CDS-T
331.880981
W 399 S
23144-7-SAB

À Maria Isaura
com a admiração
e respeito do
Weffort
17-7-72

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E URBANOS (CERU)
SÃO PAULO (SP)-BRASIL

# SINDICATOS E POLÍTICA

Francisco C. Weffort

003

Class: Tese
Registro: t-003
Data: Agosto/95
Doação: Profª Beatriz
Maria Isaura

Tese apresentada à USP
para Concurso
de Livre-Docência,
São Paulo, 1972.

## EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Por razões de urgência os capítulos deste trabalho foram datilografados separadamente. Por isto, foi necessário numerar as páginas capítulo por capítulo. Assim, para o Capítulo I, a numeração é como segue: I.1, I.2, etc.; Para o Capítulo II: II.1, II.2, etc..

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - SINDICALISMO POPULISTA: UM FENÔMENO HISTÓRICO TARDIO

1 - Varguismo e Peronismo: uma Hipótese Comparada ..... I.3
2 - Estrutura e Conjuntura ..... I.6

CAPÍTULO II - 1945-1950: UMA TENTATIVA FRUSTRADA DE FORMAÇÃO DO SINDICALISMO POPULISTA

1 - O Populismo da Ditadura à Democracia ..... II.9
2 - Democracia e Movimento Sindical ... II.28
3 - Autoritarismo e Movimento Operário. II.46

CAPÍTULO III - 1950-1954: RENOVAÇÃO DO POPULISMO E EMERGÊNCIA DO SINDICALISMO POPULISTA

1 - A Crise do Segundo Governo Vargas.. III.2
2 - As Greves de 1953 e as Novas "Organizações Paralelas" ..... III.10
3 - 1954: A Renovação do Populismo .... III.29

CAPÍTULO IV - 1955-1964: OS SINDICATOS NA POLÍTICA

1 - Estrutura Econômica e Ideologia Nacionalista num Regime em Crise .... IV.9
2 - Desenvolvimento e Crise do Sindicalismo Populista ..... IV.19

APÊNDICE - LEVANTAMENTO DAS GREVES OCORRIDAS ENTRE 1945 E 1964

# INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre as relações entre os sindicatos e a política durante o período que vai de 1945 a 1964. O caminho que toma é, em seus marcos gerais, o mesmo que foi aberto pelos trabalhos de Azis Simão e que vem sendo percorrido por outros depois dele, como Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues. Assim, o sindicato é aqui concebido como organização social, distanciando-se portanto o presente trabalho das preocupações jurídicas típicas dos primeiros estudos sobre o sindicalismo no país. Mais especificamente, o sindicato é visto como uma organização corporativa de classe, diferente portanto das organizações políticas. Finalmente, este trabalho se orienta, ainda como os estudos sindicais daqueles autores, para a busca dos pontos de confluência com esta outra linha de trabalhos sociológicos que, a partir das primeiras pesquisas de Juarez Rubens Brandão Lopes, vem desenvolvendo indagações no campo das atitudes e do comportamento da classe operária nas relações de trabalho e nas relações políticas.

Trata-se, pois, de mais um estudo no âmbito de um tema que já se tornou clássico na sociologia brasileira sobre as relações entre sindicatos, classe operária e política. Deste modo, a pretensão deste trabalho é menos de originalidade temática do que uma questão de ênfase. Minha única ambição é a de chamar a atenção para os aspectos políticos daquelas relações, um pouco mais talvez do que já foi feito pelos diversos autores que mencionei antes. E assim, pretendo igualmente colocar sob o foco da análise de maneira mais direta os aspectos conflitivos das relações sociais. Cabe acrescentar,

portanto, que aqui as relações entre os sindicatos e a política serão vistas quase sempre do ângulo da política (embora raramente do ângulo do Estado), buscando-se caracterizar especialmente as orientações dos grupos políticos que incidem sobre o problema sindical. Complementarmente, a análise procurará proceder segundo os padrões da história política, mais do que segundo cânones sociológicos. É que, embora me apóie permanentemente sobre uma base de conhecimentos oferecidos pela sociologia, me interessa sobretudo contribuir para a elucidação da influência da política na formação e no desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. E a política é, como se sabe, indissociável da história no sentido de que ambas colocam em evidência a capacidade da ação humana de transformar as condições de existência.

1 - A escolha da política como nível privilegiado de análise e a escolha da história como perspectiva justificam-se neste caso menos por razões de ordem acadêmica, embora estas tenham certamente seu papel, que por algumas exigências que de certo modo são propostas pelas próprias peculiaridades do tema. O sindicalismo brasileiro dos anos 50 e 60 teve um processo de formação histórica o bastante "difícil" para distanciar-se daqueles fenômenos históricos que, por se implantarem sob a pressão mais ou menos imediata de um conjunto de condições estruturais, chegam às vezes a aparecer quase como fenômenos de ordem natural. O sindicalismo brasileiro, com as características que apresentou naqueles anos, foi em grande medida um produto "artificial", tomada a palavra no senti-

do em que aparece entre os clássicos do pensamento político, da vontade dos homens, ou melhor, de alguns homens. E foi também o produto de circunstâncias históricas de certo modo excepcionais, apesar de que fatores de ordem estrutural peculiares à formação da sociedade brasileira tenham desempenhado seu papel.

Um esboço de comparação com a Argentina que apresento no Capítulo I, me sugeriu a idéia de que o sindicalismo brasileiro dos anos 50 e 60 teve certamente algo de anacrônico no quadro da história latinoamericana como também no âmbito da própria história brasileira. Produto da crise e da decadência do populismo no país, o estudo de suas origens mais ou menos excepcionais pareceu-me muito mais interessante que a análise dos mecanismos internos de seu funcionamento. Daí que os Capítulos II e III deste trabalho se alonguem sobre a explicação de sua gênese, dando assim desenvolvimento ao tema sugerido pelo Capítulo I, enquanto que reservo apenas o quarto e último capítulo para analisar seu período de "consolidação", que começa por volta de 1956 e vai até 1964. É que, nascido de circunstâncias históricas muito particulares, o funcionamento do sindicalismo não poderia deixar de expressar a inconsistência que se achava em suas próprias raízes. Em realidade, seu período de "consolidação" foi pouco mais que o desenvolvimento das contradições sobre as quais se formara e que deveriam conduzí-lo até sua crise final. É que desde meados dos anos 50 já vinha em decadência o regime populista que deveria oferecer-lhe a premissa política, naufragava a política de desenvolvimento capitalista nacional na qual pretendia

encontrar sua premissa econômica e a ideologia nacionalista que deveria orientá-lo passava cada vez mais ao nível do mito. Particularmente desde 1961 a 1964 a crise do sindicalismo só pôde ser menos visível porque coincidiu com a crise geral de todo o sistema político. Assim, seu funcionamento foi pouca coisa mais que o epílogo de sua história.

Tratando-se de um fenômeno histórico desta ordem, me parece que as explicações da história e da política devem poder quando menos servir de complemento ao conhecimento sociológico já existente. Deste modo, tendo em vista o próprio caráter do tema, gostaria de desenvolver nesta introdução alguns aspectos dos procedimentos seguidos neste trabalho.

2 - Para resumir uma discussão teórica que poderia ser longa para uma introdução como esta, vou direto à afirmação de que o problema da autonomia-heteronomia do comportamento operário e sindical constitui o núcleo principal deste estudo. Do mesmo modo, desde há muito tempo constitui o núcleo das hipóteses e teorias desenvolvidas sobre o tema tanto por sociólogos e cientistas políticos brasileiros como por especialistas de outros países latinoamericanos.

Contudo, as hipóteses sobre o comportamento operário e sindical, embora centradas como antes no problema da autonomia-heteronomia, têm mostrado mais recentemente uma peculiaridade que não pode ser aqui esquecida. Tendem a solidarizar-se com teorias globais sobre as sociedades sub-desenvolvidas e, deste modo, tendem igualmente a ser apresentadas

segundo os padrões oferecidos por estas teorias. Tomando pois de maneira resumida estes padrões teóricos, temos:

a) em primeiro lugar, as tentativas de explicação do comportamento de classe que põem a ênfase nas peculiaridades da transição da sociedade (rural) tradicional à sociedade (urbana) moderna ("teoria da modernização") ou da transição da sociedade pré-capitalista à sociedade capitalista("teoria marxista tradicional"). Em qualquer destes dois casos, a ênfase da explicação é colocada nos padrões de comportamento e de orientação valorativa formados num ambiente rural tradicional (ou pré-capitalista) e na capacidade de persistência destes padrões nos indivíduos que migraram recentemente à cidade e que se acham submetidos aos processos de "mobilização social" (Deutsch) que acompanham o processo geral de modernização da sociedade. No caso específico do comportamento operário, poderiam classificar-se aqui as hipóteses bastante conhecidas sobre o que se tem chamado comumente de <u>experiência de classe</u> e que se traduzem em expressões tais como "tradição de classe", "classe atrasada", etc..

b) como reação crítica à "teoria da modernização" e à "teoria marxista tradicional", surgiram as tentativas de explicação do comportamento de classe que põem a ênfase nas peculiaridades histórico-estruturais da formação social dos chamados "países dependentes". Voltando-se contra o evolucionismo implícito nas primeiras teorias, a chamada "teoria da dependência" tem tratado, no campo da análise de clas-

ses, de qualificar uma heterogeneidade peculiar à estrutura social dos "países dependentes" que resultaria diretamente da diferenciação interna da economia destes países segundo os padrões de vinculação das suas diferentes regiões com a economia internacional, ou que resultaria da variação das condições históricas e econômicas segundo as quais estes países foram colonizados e depois submetidos à penetração do capitalismo internacional. Para tomar o exemplo brasileiro, o açúcar, depois a mineração, depois o café e mais recentemente a indústria, cada um destes produtos econômicos tem uma época e uma estrutura, numa região que assim se diferencia das outras, contribuindo a acumulação histórica de suas respectivas influências para a formação de uma estrutura social bastante heterogênea no conjunto do país. Heterogeneidade esta que não poderia deixar de afetar a estrutura interna, e portanto o comportamento, das próprias classes sociais. No caso especial da classe operária se tem tentado, no contexto destas idéias, recolocar o problema clássico da formação da consciência de classe: a heterogeneidade de interesses no interior de uma classe obscureceria a consciência dos interesses comuns. Do mesmo modo se tem tentado revalorizar algumas hipóteses antigas: por exemplo, a célebre hipótese da "revolução individual" na passagem do migrante do campo à cidade seria vista como caso particular de uma teoria da heterogeneidade segundo a qual a mobilidade ascendente já não seria um atributo das relações inter-classes mas também das relações intra-classes.

Em verdade, os dois conjuntos de idéias sucin-

tamente descritos apresentam cada qual hipóteses que, além de pertinentes ao problema em exame, não são necessariamente excludentes. De fato, o mais freqüente é que estas diferentes hipóteses se combinem na análise sociológica concreta, especialmente nas orientações sociológicas de caráter histórico. Não obstante, seria ingênuo pretender que elas fossem manejadas com a devida flexibilidade crítica no estado atual dos debates teóricos sobre a condição das sociedades subdesenvolvidas. No âmbito destes debates, elas têm sido não apenas apresentadas de maneira solidária com conjuntos teóricos determinados, como também com determinadas perspectivas ideológicas e às vezes também seguindo a políticas determinadas. De fato, estes debates se ideologizaram com tal intensidade que já hoje é duvidoso que tenham servido de muito ao conhecimento positivo do comportamento das classes. Antes pelo contrário, talvez tenham confundido um pouco mais as coisas tanto no plano do conhecimento como nos planos da teoria e da política. É necessário, portanto, mencionar aqui algumas das características mais comuns a estas discussões. Isto poderá ser útil quando menos para evitar confusões entre os possíveis resultados deste trabalho e o andamento de uma polêmica teórica que, segundo me parece, terminou por desviar-se de seus objetivos iniciais e chegou assim a um verdadeiro impasse. Espero ademais que, isolando assim os termos atuais destas discussões, se consiga maior clareza na definição posterior dos procedimentos adotados por este estudo.

Assim, em favor das idéias associadas às teorias da transição da sociedade tradicional à sociedade moder-

na (ou do pré-capitalismo ao capitalismo), criou-se uma espécie de obrigatoriedade para um procedimento comparativo que, segundo me parece, tem originado mais dificuldades do que vantagens para o conhecimento. Alguns dos estudos filiados a esta perspectiva têm se orientado para uma espécie de objetivo fixo: marcar as semelhanças ou as diferenças entre as classes sociais nos países subdesenvolvidos e o que se teria observado na experiência histórica européia. Mais ainda, alguns trabalhos têm tentado tirar desta cartola comparativa mais coelhos do que ela contém e passam freqüentemente a confundir as formas histórico-concretas assumidas pelas classes sociais num período determinado do desenvolvimento capitalista europeu com a teoria das classes no sistema capitalista em geral (teoria de resto muito pouco elaborada até hoje). Depois desta confusão, a comparação com a Europa pareceria tornar-se inevitável, pois à falta de uma teoria suficientemente articulada, as descrições e análises sobre a experiência histórica européia terminam por assumir, embora erroneamente, a função de paradigmas teóricos. Certamente as razões ideológicas pesam tanto ou mais que as razões teóricas para a produção de um equívoco tão elementar. Em realidade, o que se busca é apenas confirmar aquilo que já está de certo modo contido nas premissas das teorias em questão, ou seja, confirmar a possibilidade de uma assimilação de diferentes experiências históricas de formação da sociedade capitalista no âmbito de uma mesma visão geral da transição que seria apresentada, em forma paradigmática, pelas sociedades européias. Sem negar que esta perspectiva tem sugerido alguns problemas interessan

tes para análise, cabe advertir contra os riscos de interpretações errôneas que se encontram envolvidos por este procedimento.

A proposta de uma crítica radical a este procedimento comparativo talvez seja a virtude maior da chamada "teoria da dependência". Buscando caracterizar uma especificidade estrutural dos países sub-desenvolvidos que se pretende seja irredutível aos modelos teóricos construídos sobre a experiência européia, esta "teoria" prestou inicialmente o útil serviço de aconselhar maior prudência no uso das comparações Europa-América Latina. Deixando de lado, porém, os resultados críticos, o fato é que deste lado também não se avançou muito no sentido de um conhecimento positivo das classes sociais nos países subdesenvolvidos. As melhores tentativas feitas nos rumos apontados por este movimento crítico não vão além de um esboço de conceptualização, também de caráter crítico, que busca reintegrar e reinterpretar os mesmos achados empíricos e históricos feitos no âmbito da "teoria marxista clássica" ou da "teoria da modernização", dando especial relevo àqueles pontos que indicam diferenças com a experiência européia. Assim, aquilo que antes se concebia como "desvios" em relação ao "padrão europeu" passam a ser vistos como característicos constitutivos de um padrão estruturalmente peculiar. Talvez fosse possível dizer que este movimento crítico não teve ainda tempo suficiente para passar da crítica a afirmações originais. Por uma razão ou por outra, o fato é que hoje, depois deste amplo movimento crítico, nós sabemos tanto quanto antes sobre as classes sociais. A diferença é que ho-

je sabemos também que as teorias anteriores interpretavam nossos conhecimentos de maneira inadequada, pretendendo tirar deles mais do que podiam oferecer para uma visão global da sociedade subdesenvolvida.

3 - Segundo me parece, há algo que deveria mudar neste debate, a começar pelo nível de excessiva generalidade em que ele se coloca. Generalidade que pode ser indicada pela dominância de dois tipos de argumentos aos quais as duas tendências indistintamente recorrem quando analisam as classes sociais. É interessante observar como as duas tendências, especialmente a "teoria marxista clássica" e a "teoria da dependência" passam quase sem mediações de proposições de caráter estrutural sobre as posições ocupadas pelas classes na estrutura social a proposições de caráter psico-social que buscam caracterizar diretamente atributos da conduta individual. Não é casual, portanto, a oscilação da sociologia brasileira e latinoamericana neste movimento pendular entre os ensaios vagamente históricos mas em realidade globalizantes e dirigidos primordialmente às dimensões estruturais, e o survey inevitavelmente dirigido à análise de atributos individuais. É como se as idéias estruturais contidas nos ensaios pudessem provar-se através dos surveys ou dos levantamentos de dados censais que como aqueles se dirigem, em última instância, a atributos individuais. Debilidade metodológica evidente da qual não pode salvar-se nenhuma teoria sociológica ou política inspirada numa perspectiva histórica.

A passagem direta das proposições estruturais

a proposições de caráter psico-social constitui uma evidência segura do caráter abstrato, e rigorosamente a-histórico, que domina estes debates teóricos. Contudo, não fosse suficiente esta indicação, haveria ainda a acrescentar que não deixa de ser notável que discussões tão acirradas sobre a interpretação do comportamento das classes se conduzam, em especial quando se examina o caso da classe operária, sobre as bases de um acordo bastante generalizado em torno da descrição deste comportamento.

Para tomar de novo o exemplo do Brasil, parece me evidente que qualquer destas teorias concordaria em descrever a classe operária como dependente no plano político, incapaz de autonomia no plano organizatório e, finalmente, portadora de um baixo nível de consciência de si como classe. Proposições desta ordem não são de fato mais do que simples constatações do que tem sido mais aparente no período que vem desde o após-guerra e valem mais pelos problemas que colocam no plano do conhecimento que por aqueles que resolvem. Seria de elementar prudência científica duvidar das aparências ou quando menos tratar de precisá-las quando se apresentam a um tal nível de generalidade. Que significa precisamente a "dependência política" da classe operária? Significa que ela aparece como "massa de manobra" na política ou que participa de uma aliança política determinada? Se se escolhe esta última alternativa: de que tipo de aliança se trata? Contudo, nem sempre aquelas proposições descritivas gerais foram tomadas com a cautela devida. Apoiadas quase sempre em dados censais muito agregados, quando não na pura impressão fragmentária

suscitada pelo embate dos acontecimentos históricos sobre a sensibilidade intelectual, elas terminaram por constituir-se em evidências indiscutíveis pela simples razão de que o interesse maior do debate estava quase sempre a um nível de interpretação tão abstrato que realmente não necessitava questionar seriamente a descrição.

Aí se sente muito claramente o peso da ideologia: a urgência ideológica era menos a de conhecer que a de reorganizar as idéias gerais de maneira suficientemente coerente para dar conta das aparências mais grosseiras da realidade. Deste modo, o nível de generalidade da descrição só constitui uma indicação do nível que se requeria para a explicação. No caso das duas teorias mencionadas inicialmente se afirmaria, por exemplo, que a dependência política da classe operária se explica pelo caráter rural da origem da maioria dos trabalhadores e por sua inexperiência na fábrica, na cidade e na política. Isto significa que a classe operária estaria numa etapa de transição entre os padrões tradicionais de comportamento vigentes no campo e os padrões modernos típicos da vida urbana, não se podendo, portanto, pensar que a simples transferência do trabalhador do campo à cidade pudesse significar uma ruptura abrupta de padrões de orientação e de conduta. No caso da "teoria da dependência", buscar-se-ia explicar a dependência política da classe operária pela heterogeneidade de sua estrutura, decorrente, por sua vez, da condição de dependência do país.

Hipóteses deste nível de generalidade são sobretudo úteis para estudos comparativos de alto nível de agre

ção ou, eventualmente, para a consideração de longos perío-
s históricos. Mas se revelam obviamente insuficientes quan
o foco da análise se transfere para as conjunturas concre-
s vividas pelas classes sociais num dado período histórico.
r exemplo, estas hipóteses são quase irrelevantes, senão
mpletamente irrelevantes, para se explicar o surto grevista
1946, o descenso do movimento operário a partir de 1947, a
tomada do ascenso com as grandes greves de 1953, etc.. Du-
nte o período compreendido pelos anos 1946-1954, fatores ge
ricos do tipo urbanização ou homogeneização estrutural va-
aram muito pouco e podem ser considerados, sem grandes ris-
s, como constantes. Deste modo, não podem ser de nenhuma
ilidade como fatores gerais enquanto tais e só podem ga-
ar alguma eficácia explicativa se puderem ser redefinidos ao
vel do "curto prazo", ou melhor, ao nível da conjuntura his
rica. Insisto em que estas considerações são válidas igual
nte se se tem em conta períodos de mudança estrutural (como
rão a ocorrer depois de 1954). Creio que é precisamente
stes momentos de mudança estrutural que se percebe claramen
que as estruturas não têm, nem poderiam ter, nenhuma eficá
a histórica se não se atualizassem ao nível da conjuntura.
ssibilidade de atualização sempre presente na história mas
a não depende de nenhum automatismo estrutural e sim da po-
tica, mais especificamente de fatores ligados às formas de
lentação e de organização vigentes entre os grupos sociais
olíticos atuantes num dado período histórico.

Não se pretende, portanto, negar utilidade às
óteses mencionadas, mas apenas indicar os limites de sua

eficácia para a explicação do comportamento das classes em conjunturas históricas concretas. Para este fim, elas são certamente necessárias mas, de qualquer modo, sempre insuficientes. Crítica talvez evidente por si mesma, mas difícil de evitar aqui tendo em vista o uso que se lhes tem dado recentemente e que exorbita seu campo próprio de validação enquanto hipóteses científicas. É necessário observar que a exorbitância não é neste caso ideologicamente neutra. Deste "excesso", que consiste precisamente na transferência para o campo da história concreta mas sem as mediações históricas devidas, de hipóteses elaboradas num campo a-histórico, como nas análises funcionalistas ou nas análises sincrônicas de estrutura, ou apenas vagamente histórico, como nas análises dos longos períodos, decorrem não apenas prejuízos para o conhecimento concreto do comportamento das classes como também certas confusões de ordem ideológica muito comuns no debate intelectual destes últimos anos no Brasil como em outros países latinoamericanos.

4 - Ignorar a política na explicação do comportamento das classes num dado período histórico, ou tomá-la superficialmente como se fosse mero epifenômeno, envolve sempre o risco de se cair num tipo de ideologia cientificista muito comum nas ciências sociais. A pretexto de se fazer ciência, se passa de fato a justificar as orientações políticas seguidas no período em nome de supostas exigências estruturais. Envolve, pois, o risco de se transformar a história do que aconteceu na história do que devia acontecer. As orientações políticas perdem, neste passo, o seu caráter histórico- concreto

de opções assumidas diante de um quadro de possibilidades historicamente dadas. Mais do que possíveis, passam a soar como inevitáveis, necessárias. Eliminando-se assim o caráter histórico das orientações, elas se "naturalizam" no plano da análise e ao mesmo tempo se "justificam" no plano da ideologia. Em nome da racionalidade da ciência passam a ser vistas imediatamente como "adequadas" às "exigências" da estrutura.

Voltemos ao problema da dependência política da classe operária brasileira. Se superarmos o nível de generalidade da descrição e atingirmos o nível do comportamento histórico-concreto, perceberemos que a simples combinação de proposições estruturais e psico-sociais não pode dar conta das formas e da significação real do fenômeno, simplesmente porque estes dois tipos de proposição apenas indiretamente dizem respeito ao comportamento de classe. Este, como se sabe, é de tipo coletivo e envolve situações de conflito (greves, por exemplo) em conjunturas históricas determinadas. Contudo, a limitação explicativa destas proposições, limitação real e aceitável no plano da ciência, tende a ser facilmente esquecida no plano da ideologia e, deste modo, a análise é conduzida subrepticiamente à "explicação" de um fenômeno que nem mesmo chegou a ser rigorosamente observado.

Mais ainda, a explicação só pode ser obtida a partir de inferências que têm como base as mesmas proposições estruturais e psico-sociais. Inferências duvidosas, pois as proposições estruturais neste caso valem menos por sua substância histórica concreta do que por indicarem um quadro de referência teórico-abstrato para fins interpretativos. Do mes

mo modo, as proposições de caráter psico-social, embora tentem caracterizar condutas individuais de classe, padecem normalmente de duas limitações. Primeiro, desconsideram a influência da política sobre a formação das atitudes individuais, correndo assim o risco de superestimá-las como condição do comportamento de classe quando elas próprias são, em ampla medida, o produto de conjunturas e de processos históricos complexos que envolvem precisamente a política. Um levantamento das atitudes individuais dos operários de Petrogrado em 1916 seria capaz de prever seu comportamento de classe em 1917? Ao lado desta pergunta clássica, anoto outra mais modesta: um levantamento das atitudes individuais das massas populares urbanas em relação a Vargas em julho de 1954 seria capaz de prever sua conduta no 24 de agosto? A segunda debilidade das inferências à base de proposições psico-sociais resulta de que estas são muitas vezes apenas a "tradução" de atributos estruturais em termos de itens observáveis a nível individual. Por exemplo, observada uma correlação entre atitudes modernas e grandes cidades, os indicadores estruturais de urbanização passam a servir grosso modo como indicadores psico-sociais de modernidade, e vice-versa.

Procedimentos inferenciais deste tipo são certamente aceitáveis a níveis elevados de abstração. Quando porém se aplicam a períodos históricos determinados, funcionam mais no sentido da ideologia que do conhecimento. Saltando sobre as dificuldades reais que apresenta a história concreta, estes procedimentos "facilitam" enormemente a explicação e qualquer das teorias mencionadas já pode interpretar o fenôme

no da "dependência política" com todas as aparências de rigor científico. Aí está, evidentemente, o problema maior do ponto de vista da ciência: qualquer das teorias explica. Más, precisamente neste ponto, onde deveria começar o trabalho propriamente científico, a ideologia declara que a decisão agora é sua e a análise estanca.

5 - Cabe advertir, porém, que interessa aqui menos o problema geral das relações entre ideologia e ciência que o problema específico dos debates atuais sobre o comportamento das classes na sociedade subdesenvolvida e suas teorias e ideologias específicas. Embora não pretenda me alongar sobre este ponto, poderia ser interessante indicar pelo menos as linhas de desenvolvimento ideológico que partem usualmente do abuso explicativo das hipóteses mencionadas anteriormente.

Parece-me que estas linhas ideológicas podem ser claramente percebidas, no exemplo em foco, quando passamos do lado negativo ("dependência política") para o positivo e indagamos como aquelas diferentes teorias explicariam a autonomia da classe operária. Do mesmo modo que aquelas teorias tomam a dependência política em geral e se indagam sobre suas condições, tomemos também em geral a autonomia e indaguemo-nos sobre suas condições. Veremos então que para a "teoria da modernização" a autonomia da classe operária tenderia a crescer com as proporções de operários de origem urbana, com a socialização urbana dos migrantes, etc.. De maneira muito coerente com as regras probabilísticas da teoria, a passagem da dependência operária à autonomia é vista em termos graduais.

Coerente ainda com o funcionalismo da teoria, as mudanças na conduta da classe deveriam ocorrer como expressão da mudança do conjunto do qual faz parte. Significa dizer que a autonomia da classe é concebida como "variável dependente" do processo de modernização da sociedade em geral.

Seria possível distinguir os aspectos ideológicos do argumento? Os funcionalistas só raramente se propõem esta pergunta e menos ainda tratam de explicitar a relevância política de suas proposições. De qualquer forma, parece claro que a teoria não prevê nenhuma ruptura histórica em seu gradualismo (embora possa considerá-la ex-post). Seria assim inteiramente surpreendente (ou disfuncional) uma autonomia da conduta operária que se antecipasse ao padrão geral da conduta na sociedade transicional.

A chamada "teoria marxista clássica" procede de maneira similar, embora fazendo depender a autonomia da classe operária do desenvolvimento das relações de produção no sistema capitalista. Como as demais versões economicistas do marxismo, a "teoria marxista clássica" enfatiza precisamente o fato de que as classes se formam gradualmente no processo de desenvolvimento do sistema capitalista e neste sentido "dependem" deste processo. Afirmação apenas parcialmente correta como interpretação do pensamento marxista, pois se enfrenta de imediato com a questão célebre: pode o desenvolvimento do sistema capitalista ser concebido no marxismo independentemente da luta de classes? Não é a luta de classes o motor da história? De fato, o marxismo concebe as classes numa posição contraditória em relação ao sistema de que são ao mesmo

tempo produto e fator de transformação e esta contradição, que só pode resolver-se no plano da história concreta, é uma das raízes da oscilação permanente da política marxista entre a reforma e a revolução. Já se sabe que, desde os tempos da Terceira Internacional, a chamada "teoria marxista clássica" para os países "semi-coloniais" escolheu seu caminho no sentido da reforma.

Assim, a ênfase estrutural da teoria passou a cumprir uma função explicativa na mesma medida em que tratava de justificar uma política determinada. Enfatizava-se, no plano da teoria, a dependência da classe operária em relação ao desenvolvimento do sistema na mesma medida em que o argumento servia para justificar, no período da "revolução democrático-burguesa", uma política de subordinação da classe operária em relação à burguesia nacional, ou seja, à classe portadora das virtualidades de desenvolvimento do sistema. Deste ponto de vista, a dominância tipicamente economicista dos argumentos estruturais e psico-sociais cumpre uma função ideológica muito definida. Do mesmo modo, a desconsideração quase completa do nível da política, cumpre uma função ideológica de "justificação" e serve ao obscurecimento do problema da heteronomia política da classe operária: ao se tratar a política como mero epifenômeno não se estaria tentando justificar uma orientação política reformista e ao mesmo tempo obscurecendo a influência histórica desta mesma orientação política no encaminhamento da classe operária a uma posição de subordinação?

A "teoria da dependência" se volta contra qual

quer das duas anteriores mas suas críticas principais dirigem se contra a "teoria marxista clássica" e no campo das classes especialmente contra as concepções pré-existentes sobre a burguesia nacional, sobre as relações sociais semi-feudais no campo e, por decorrência, sobre a teoria da "revolução democrático-burguesa". A burguesia nacional é considerada inexistente ou historicamente fracassada, as relações sociais no campo são qualificadas como capitalistas ou subordinadas à hegemonia das relações capitalistas de produção e, finalmente, a teoria da "revolução democrático-burguesa" é considerada um mito. Em meio a críticas tão radicais às concepções anteriores, as críticas referentes às concepções sobre a classe operária são certamente as menos enfáticas e pode-se dizer mesmo que, no geral, a "teoria da dependência" tenderia antes a concordar com as anteriores pelo menos no plano descritivo.

Tratando-se, portanto, de tópico menos desenvolvido que os outros, é certamente mais difícil captar o sentido ideológico da análise. De qualquer modo, vale a pena colocar pelo menos algumas indagações também neste terreno. Se a heteronomia da classe operária se explica pela heterogeneidade de sua estrutura interna, que por sua vez decorre da condição de heterogeneidade própria do "país dependente", como se conceberia a autonomia daquela classe? Seria possível concebê-la de outro modo senão como expressão da homogeneidade de sua estrutura interna que, por sua vez, deveria decorrer da condição de homogeneidade própria do "país independente"? É evidente que ainda aqui é possível falar de graus e de formas de heterogeneidade (ou de homogeneidade). Permanece, con

tudo, a idéia de que a homogeneização das classes dependeria da homogeneização econômica, tecnológica, etc. da indústria e do conjunto da economia, processo que, por sua vez, decorreria da possibilidade do país romper seus vínculos de dependência ou, pelo menos, de ganhar maior autonomia nas relações com o exterior. Em termos gerais, isto significa que a autonomia da classe seria concebida, em última instância, como dependente da autonomia da Nação.

Embora diferindo do gradualismo típico das teorias anteriores por introduzir a possibilidade de rupturas históricas, ou seja, a ruptura das relações de dependência com a passagem do antigo "país dependente" a um estágio histórico qualitativamente diferente, a "teoria da dependência" tem até aqui permanecido substancialmente dentro dos mesmos marcos anteriores quando trata de considerar o problema da classe operária. Não é casual, portanto, que este problema mereça menor atenção que aqueles referentes à burguesia ou às relações sociais no campo. A rigor, a questão da autonomia-heteronomia da classe operária já se encontrava por assim dizer "resolvida" pelas teorias anteriores. Se para a "teoria marxista clássica" e para a "teoria da modernização" a classe operária será dependente enquanto a sociedade for "transicional" ou enquanto o sistema for "pré-capitalista", a "teoria da dependência" pareceria tender a fazer uma proposição similar: a classe operária será dependente enquanto a Nação for dependente. É interessante observar a propósito que, embora criticando-se as teorias anteriores, manteve-se, de certa forma, a premissa nacional em que elas se apoiavam. Assim, ex-

cluída a burguesia nacional, o projeto da autonomia da Nação permaneceu não obstante como opção decisiva no plano ideológico. Deste modo, se antes se aconselhava a subordinação da classe operária à burguesia, que outra coisa se poderia propor agora senão sua subordinação aos ideais do nacionalismo popular? Muda portanto de forma no plano político e ideológico a subordinação da classe operária: antes era a subordinação à burguesia para o desenvolvimento econômico da Nação, agora se sugere sua subordinação aos ideais do nacionalismo popular para a libertação da Nação no estilo dos movimentos policlassistas revolucionários dos últimos anos. Passa-se, assim, de uma teoria da exploração, ao estilo do "marxismo clássico", a uma teoria da opressão. Mas a questão da autonomia-heteronomia da classe operária permanece basicamente nos mesmos quadros que antes.

6 - As considerações anteriores não devem ser entendidas num sentido meramente negativo. Se bem seja necessário definir os limites de eficácia das hipóteses mencionadas, parece-me igualmente necessário mantê-las naquilo em que são pertinentes ao problema em exame. Este estudo pretende por a ênfase na política e na história. Mas não com a intenção de sugerir um enfoque substitutivo aos anteriores. Seria demasiado fácil, e falso, passar ao extremo oposto, depois de todas as restrições que fiz aos "excessos" estruturais e psicosociais das perspectivas que mencionei. Corrijo portanto por antecipação qualquer possibilidade de interpretação que este trabalho oferecer neste sentido. Tendo por objeto um tema es

pecificamente político num período histórico determinado, nem sempre me foi dada a oportunidade (ou imposta a necessidade) de tornar explícitas as condições estruturais. Isto não significa, porém, que pretenda substituir o "economicismo" ou o "sociologismo" das análises estruturais pelo voluntarismo, mas simplesmente sugerir que é tempo de se repor a política em seus direitos. Marx tem razão ao dizer que os homens não fazem a história em condições de sua própria escolha. Mas também é certo que, embora não escolham as condições, fazem a história, ou seja, atuam sobre condições herdadas do passado com margens mais ou menos amplas de liberdade. Este trabalho não pretende mais do que ajudar a recordar esta verdade tão esquecida ultimamente.

7 - Por todas estas razões, a perspectiva adotada por este estudo sobre o movimento sindical apresenta, como todo estudo de história política, dois requisitos principais que caberia expor aqui, embora sumariamente.

Primeiro, o de incluir no campo de observação os fatores vinculados a conjunturas históricas determinadas que possam ser considerados relevantes para a explicação dos ciclos de ascenso-e-descenso que caracterizam o movimento operário no período. Neste primeiro nível se consideram os fatores que compõem a dinâmica externa do movimento operário, ou seja, as condições históricas sobre as quais este se desenvolve.

Seguindo aqui as sugestões de Gramsci (retomadas depois por Poulantzas), entendo por conjuntura o modo pe-

lo qual as diferentes classes e grupos sociais se relacionam entre si, e em face de seus respectivos objetivos, em situações históricas determinadas. É específico das situações conjunturais que elas incidem sobre os "parâmetros" estruturais que definem as relações entre classes e grupos sociais, sem contudo alterá-los qualitativamente. Podem, por exemplo, fazer crescer o "poder de negociação" da classe operária sem que isto, de modo algum, se possa considerar uma revolução social; ou inversamente, podem fazer decrescer este "poder"sem que isto se possa considerar como o aniquilamento histórico desta classe. Deste modo, as conjunturas supõem uma relativa permanência de marcos estruturais dados e transcorrem em períodos relativamente curtos de tempo.

Em segundo lugar, cabe considerar a dinâmica interna do movimento operário. Embora submetido à influência de condições externas, o movimento operário, como já se disse, é também o sujeito de sua própria história. Sob este aspecto, o problema diz respeito especialmente às formas pelas quais a classe operária articula e representa seus interesses a nível corporativo e a nível político. Diz respeito portanto a questões de orientação e de organização que estão implicitadas na relação entre classe, sindicato e partido. Tendo dedicado este trabalho ao exame do problema sindical, não me foi possível tratar com o detalhe que seria desejável os demais termos daquela relação. Mantenho, contudo, a esperança de haver chegado a indicações suficientes, pelo menos como pontos de partida a serem retomados por trabalhos posteriores.

*****

Finalmente, algumas linhas para agradecer a quantos me ajudaram, direta ou indiretamente, na realização deste trabalho. São muitos mas eu não poderia deixar de mencionar pelo menos alguns: Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Boris Fausto, Bolivar Lamounier, Emir Sader, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Cassiano Marcondes, Fátima Jordão, Elizabeth De Fiore, José Álvaro Moysés, Jorge Mattoso, Fábio Munhoz e Regis Andrade. Meus agradecimentos a todos eles que de maneira diversa, com críticas, sugestões e informações, deram, em diferentes momentos da elaboração deste trabalho, uma colaboração sem a qual ele não teria sido possível. Devo agradecer em especial a Maria Sylvia de Carvalho Franco sua permissão para que eu usasse seú arquivo sobre os acontecimentos de 1957, talvez o mais completo levantamento já feito no país sobre um movimento social urbano. E também a Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira que, por suas análises econômicas, certamente as mais inovadoras e sugestivas dentre as produzidas nos últimos anos pelo pensamento econômico brasileiro, tiveram neste trabalho uma influência bem maior do que se poderia supor por seu caráter histórico-político. Agradeço finalmente ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) a ajuda financeira para a realização da pesquisa.

# CAPÍTULO I

## SINDICALISMO POPULISTA: UM FENÔMENO HISTÓRICO TARDIO

O movimento sindical populista é fenômeno de formação recente na história brasileira. Embora se deva registrar uma tentativa (frustrada) em 1945 e 1946, o sindicalismo populista só começa a tomar corpo em inícios dos anos 50. Além disso, é só a partir da segunda metade desta década que ele chega a definir-se plenamente: no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir como complemento à estrutura sindical oficial, de corte corporativista e apendicular ao Estado (1); finalmente, a nível político, subordina-se às vi

(1) A organização sindical oficial foi criada pela ditadura Vargas no espírito do corporativismo fascista italiano e dotada de uma articulação rigidamente vertical. A cada setor da produção (indústria, comércio etc.) corresponde, tanto para patrões como para empregados, uma estrutura hierarquizada de sindicatos (base), federações (nível intermediário) e confederações (cúpula).

A expressão "organização paralela", de inspiração jurídica, não é talvez a melhor. É porém a que vem sendo usada pelos estudiosos do sindicalismo brasileiro para designar as organizações inter-sindicais de caráter horizontal (Pacto de Unidade e Ação, Pacto de Unidade Inter-sindical, etc.), que complementavam e dinamizavam a estrutura oficial (porisso, talvez, fosse melhor dizer "organizações complementares"). Embora proibidas pela legislação, foram toleradas pelos governos populistas, os quais evidentemente tiravam vantagens políticas de suas atividades. Submetidas em geral ao controle dos comunistas, estas organizações começaram nos anos 50 ao nível dos sindicatos, passaram depois aos níveis superiores das federações e confederações e culminaram na formação do Comando Geral dos Trabalhadores em 1962.

É a esta composição entre as organizações oficiais e as "organizações paralelas" que eu chamo de estrutura dual do sindicalismo populista. Para uma visão geral da expansão da organização oficial e das "organizações paralelas" ver RODRIGUES, Albertino - Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

cissitudes da aliança formada pela esquerda, por Goulart e por outros populistas fiéis à tradição de Vargas. Atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista, para quebrar em 1964 e desaparecer com o regime ao qual associara seu destino.

## 1 - VARGUISMO E PERONISMO: UMA HIPÓTESE COMPARATIVA

O fato de que o sindicalismo populista brasileiro tenha terminado com o regime populista não significa, evidentemente, que tenha começado com ele. Pelo contrário, formou-se com atraso em relação ao regime, diferentemente da Argentina, por exemplo, onde o movimento sindical foi a base inicial para a formação do regime de Peron. No Brasil, o sindicalismo populista é, portanto, não apenas um fenômeno recente como de curta duração, fato que constitui uma de suas peculiaridades não apenas na escala de uma comparação latinoamericana mas sobretudo no quadro oferecido pela própria história da política populista no país.

Como se sabe, a classe operária começa a aparecer como uma base de apoio para a política de Vargas desde os anos 30. Neste sentido, a vinculação paternalista de Vargas com a massa operária é um elemento constitutivo do regime populista no Brasil desde suas origens. Contudo, se a massa operária aparece assim como uma condição inicial para a formação do regime, este já se encontrará plenamente constituído

quando passa a aliar-se com o movimento operário organizado. Diferentemente do que viria a ocorrer com o peronismo, Vargas teve no Brasil a possibilidade de manter, por um longo período, relações difusas e massivas com a massa operária por intermédio principalmente das leis sociais e dos decretos sobre o salário mínimo. Ainda mais, estas relações se implementavam em detrimento de qualquer forma de organização popular, sejam os partidos ou os sindicatos. Como diz Perry Anderson num estudo recente sobre a história política brasileira, "Getulismo was a mystique, where Peronismo was an organization" (1).

Na mesma época em que surge o peronismo na Argentina, Vargas realizava no Brasil uma primeira tentativa de aliar-se aos sindicatos. Mas onde Peron tivera êxito, Vargas fracassou e com ele vem abaixo o primeiro esboço de um sindicalismo populista no Brasil. Fará nova tentativa alguns anos depois, durante seu segundo governo.

A construção do sindicalismo populista será feita sobre duas premissas políticas: as inovações introduzidas por Goulart na política populista tradicional e a reorientação dos comunistas no sentido de uma volta aos sindicatos oficiais e a uma política de alianças com os populistas. A mudança de atitude dos comunistas em relação aos sindicatos

(1) "The core phenomenon of Peronismo is (...) the cadre system which it created in the trade union movement. Getulismo is a populism of development, in a much more retarded and amorphous society, in which the rural sector is much more important. Its political achievements - diffusion of Getulio's legend in the urban masses - were by-products of the economic growth over which it presided. 'Getulismo was a mystique, where Peronismo was an organization". Perry Anderson, Tese de Doutoramento não publicada, págs. 105-106.

começa em 1950, quando Vargas por seu turno começava a dar os sinais de uma nova política em que os sindicatos deveriam assumir maior importância, Goulart tentou desde 1952 levar à prática estas novas diretrizes e sua oportunidade surgiu finalmente em 1953 quando assumiu o Ministério do Trabalho num momento marcado pelas grandes greves havidas no Rio e em São Paulo e pelo completo fracasso das tentativas do governo de realizar uma aliança política com as forças conservadoras. É neste contexto de isolamento e decadência do poder de Vargas que Goulart começa a atribuir ao Ministério do Trabalho a função de promover um "populismo de participação", por meio de uma revalorização das organizações sindicais (1).

Da parte dos comunistas, a oportunidade surgiu logo depois em agosto de 1954. É neste momento de crise final do governo de Vargas que os comunistas passam a estabelecer alianças com os herdeiros do populismo varguista, orientação que deverá combinar-se pouco depois com o novo enquadramento dado àquele partido pela estratégia de "coexistência pacífica" assumida pela União Soviética.

Nestas condições, a formação do movimento sindical populista segue no Brasil linhas muito diferentes da Argentina. Se naquele país, o movimento operário apareceu como uma condição para a formação do regime de Peron, aqui é pelo contrário o regime que condiciona a transformação do movimento operário em movimento sindical populista. Se na Argentina,

(1) Cf. Keneth Paul Erickson, Labor in the Political Process in Brazil: Corporatism in a Modernizing Nation, Ph.D. Thesis, Faculty of Political Science, Columbia University, 1970, págs. 101-108.

o movimento operário associou-se ao regime de Peron em seus inícios, aqui ele associou-se ao regime em suas etapas finais. Mais ainda, se na Argentina esta associação se deu numa fase de ascenso do regime de Peron, aqui ela ocorreu num momento de franca decadência de um regime populista que se mostrava já incapaz de conciliar ou mesmo de encobrir suas próprias contradições internas e que já se achava de fato derrotado nos objetivos mais fundamentais de sua política de desenvolvimento capitalista nacional. Diferentemente da Argentina, aqui os sindicatos não serão a primeira base para o desenvolvimento do populismo mas a última esperança de conservação de um populismo que constituía quase um anacronismo histórico.

## 2 - ESTRUTURA E CONJUNTURA

É necessário, portanto, qualificar e explicar este caráter recente do movimento sindical populista no quadro do desenvolvimento social e político do país. Há que registrar, em primeiro lugar, o fato bastante conhecido do atraso relativo do processo de formação da classe operária brasileira, ou melhor, do processo geral de emergência das classes numa sociedade como a brasileira, onde as tradições agrárias mantêm uma influência ainda muito forte. Apesar de sua inegável atração quando se trata de comparações globais entre países, esta hipótese mostra-se insuficiente quando se trata, como é o caso deste trabalho, de uma tentativa de análise concreta do movimento operário e de suas possibilidades histór-

cas de orientação num país e num tempo determinados. Parece-me inteiramente evidente que a análise histórica não pode ser reduzida ao jogo de supostos automatismos estruturais. Antes pelo contrário, a explicação da ação histórica requer, e particularmente na análise de um movimento social, a análise das conjunturas nas quais o movimento realizou suas opções. Não se trata, de modo algum, de desqualificar a importância das estruturas para a explicação, mas simplesmente de reconhecer que elas não se atualizam na história senão ao nível das conjunturas. É este, portanto, o único nível em que elas podem ser eficazes para a explicação histórica.

Portanto, se se pretende entender o caráter recente do movimento sindical populista no país, há que ir além da idéia abstrata do atraso da classe operária brasileira. Em realidade, o que parece ser peculiar ao movimento operário brasileiro é menos a ausência de "tradição de classe", qualquer que seja o sentido que se dê a esta expressão, que a profunda ruptura que caracteriza a sua história posterior a 1930. A propósito, são bastante conhecidas as diferenças que separam o movimento sindical populista do movimento sindical anterior à Revolução de 1930. Por suas características burocráticas e de dependência perante o Estado, ele é quase o oposto do movimento de minorias militantes daquela fase heróica do sindicalismo brasileiro (1).

(1) Azis Simão foi quem primeiro caracterizou as diferenças entre estes dois períodos na história do movimento operário brasileiro. Leôncio Martins Rodrigues acrescentou depois a importante observação de que a burocratização do sindicato no Brasil se deve menos aos efeitos do crescimento de seu número de associados que "à intervenção do Estado nos problemas trabalhistas". Observação esta bastante próxima às análises de

A ruptura existente entre estas duas fases da história do movimento operário é fundamental para se entender o processo do seu desenvolvimento no período de 1945 a 1964. Do ponto de vista estrutural ela se caracteriza pelas conhecidas mudanças sofridas na composição social e cultural da classe operária a partir dos anos 30. Contudo, não é este o único fator a ser tomado em consideração, pois a ruptura a que aludimos é certamente mais evidente, e mais dramática, no plano político que no plano estrutural.

Deste ponto de vista, ela se caracteriza pelos efeitos desorganizadores da ação do Estado Novo sobre o conjunto das classes sociais no país. Em particular sobre a classe operária devido à política bifronte adotada pelo regime que, por um lado, reprime o velho movimento operário e, por outro, tenta "substituí-lo" em suas funções corporativas através de sua política paternalista de aproximação entre Vargas e a massa operária.

É nestas condições estruturais e políticas, de resto bastante conhecidas dos estudiosos do sindicalismo no país, que se produz na história do movimento operário brasileiro este grande vazio constituído pelo período da ditadura. Não fossem as mudanças em curso na composição estrutural da classe operária, as quais por si só teriam certamente obriga-

---

Azis Simão, e apoiada também pelo livro de Albertino Rodrigues. Cf. Azis Simão, "Industrialização e Sindicalismo no Brasil", Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, janeiro de 1962, e Sindicato e Estado, Dominus Editora, São Paulo, 1966; Leôncio Martins Rodrigues, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, pag. 97; José Albertino Rodrigues, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, op.cit.

do a uma transformação radical do velho movimento operário, acrescentaram-se, para terminar por liquidá-lo em suas próprias bases, os efeitos desorganizadores de uma nova linha de ação do Estado que passou a combinar a repressão à organizações operárias pré-existentes a uma política de conquista das simpatias junto às massas.

Acrescente-se finalmente, no plano da dinâmica interna do movimento operário que esta orientação desorganizadora do Estado se inicia em 1930 quando aquele movimento social se encontrava extremamente debilitado por quase uma década de descenso em suas atividades. Descenso que vem desde o primeiro após-guerra e se prolonga por todo o decênio dos 20, coincidindo portanto com o ascenso dos movimentos contestatórios de classe média ("tenentismo") que não podiam deixar de exercer atração sobre as lideranças operárias e influir sobre a sua atitude ante a República Velha como em relação ao regime saído da Revolução de 30. A aproximação e, finalmente, o ingresso de Prestes, então no auge de seu prestígio como o "Cavaleiro da Esperança", no Partido Comunista, constitui certamente o capítulo mais importante desta história.

Parece-me importante reter o conjunto destes fatores estruturais e conjunturais, referidos uns e outros à dinâmica externa ou à dinâmica interna do movimento operário. Mudança estrutural, repressão do movimento operário organizado e incorporação difusa da classe operária por parte do Estado, descenso do movimento operário e influência crescente da ideologia e das lideranças saídas da classe média, foi a ação combinada destes fatores, e não a ação isolada de qualquer des

les, que teve a eficácia histórica que se conhece na destruição do velho movimento operário.

De novo se faz útil a comparação com a Argentina. Naquele país a alteração havida no mesmo período na composição social da classe operária parece haver sido muito menos importante que a observada no Brasil (1). Assim, é evidente que o caráter mais moderno da sociedade argentina desempenhou um papel favorável à relativa continuidade do movimento operário. Novamente, porém, chamo a atenção para a necessidade de se ir além de uma explicação estrutural abstrata, pois lá como aqui as condições políticas tiveram seu papel, embora com resultados inteiramente diferentes para a história do movimento operário nos dois países.

Se aqui o ano de 1930 assinala a crise final do regime oligárquico da República Velha e o início de um processo de ampliação das bases sociais do Estado, que precisamente possibilitará sua orientação no sentido da incorporação da classe operária, na Argentina se assiste em 1930 à queda do radicalismo de classe média representado por Irigoyen e ao início de uma longa tentativa de restauração oligárquica realizada sob patrocínio militar. Ocorre, portanto, quase o contrário do observado no Brasil, pois ao invés de iniciar um processo de aproximação com as massas populares, o Estado argentino se orienta para dissolver o que os 14 anos de governos

(1) Cf. Juan Carlos Portantiero e Miguel Murmis, El Movimiento Obrero en los Origenes del Peronismo, publicação do Instituto Torcuato Di Tella, Centro de Investigaciones Sociales, Buenos Aires, Argentina, 1969.

radicais haviam conseguido neste sentido (1). No quadro de uma política de restauração oligárquica que deve durar até 1943, o Estado argentino evidentemente reprime o movimento operário que, de resto, enfrentava também seu período de descenso, mas não "compete" com ele pelas simpatias da classe operária. Deste modo, o movimento subsiste, embora deprimido pelas condições políticas vigentes, para apresentar-se em meados dos anos 40 quando se inicia o peronismo, como portador de uma tradição que se extende sem grandes rupturas desde fins do século XIX.

Para maior clareza na comparação, talvez vales se a pena esquematizar as situações vividas pelos dois movimentos, o brasileiro e o argentino, na passagem para os anos 30:

---

(1) Não é necessário pensar que a política do Estado argentino durante o período radical tenha sido uniforme no sentido de uma aproximação com a classe operária. De fato, ela foi contraditória e em momentos diversos bastante repressiva. De qualquer modo, parece ter sido no conjunto diferente quando comparada com a política do regime oligárquico anterior. "Con el ascenso de Irigoyen a la presidencia, las relaciones entre el gobierno y el movimiento obrero adquirieron un caracter distinto con respecto a las que prevalieron durante el regimen. El paternalismo desplegado por Irigoyen al intervenir en forma favorable al movimiento obrero en algunos de los numerosos conflicto estallados durante los primeros años de su gobierno, condujo a un acercamiento, notable por entonces, entre el gobierno y la F.O.R.A. del IX" (o autor refere-se à tendência sindicalista que vencera a tendência anarquista no IX Congresso da Federação Operária Argentina). Cf. Juan Carlos Grosso, "Los Problemas Económicos y Sociales y la Respuesta Radical en el Gobierno (1916-1930)". In: Luis Alberto Romero et alii - El Radicalismo, Carlos Perez Editor, Buenos Aires, 1969, págs. 154-165. Ver também págs. 168 e 169.

| | BRASIL | ARGENTINA |
|---|---|---|
| Condições externas ao movimento operário | | |
| Ascenso/Descenso dos movimentos de classe média | Ascenso do "tenentismo" | Descenso do radicalismo |
| Incorporação/"Desincorporação" da classe operária por parte do Estado | Incorporação | "Desincorporação" |
| Repressão/Liberalização do Estado em face do movimento operário organizado | Repressão | Repressão |
| Dinâmica interna do movimento operário | | |
| Ascenso/Descenso da influência de classe média sobre o movimento operário | Ascenso | Descenso |
| Ascenso/Descenso das atividades do movimento operário | Descenso | Descenso |
| Mudança na composição rural/urbana da classe operária | Mais acentuada | Menos acentuada |

Se no caso argentino, as circunstâncias históricas favorecem a continuidade das tradições do movimento operário, no caso brasileiro ocorre precisamente o contrário. Quando termina a ditadura em 1945, o movimento operário brasileiro se encontra, por assim dizer, completamente esquecido de sua própria história, e de fato inteiramente desarticulado. Mais ainda, a imagem paternal de Vargas já se encontrava amplamente difundida sobre as massas da classe operária. Deve-

ria começar para esta classe uma etapa inteiramente nova na história de suas atividades associativas. Os novos rumos do movimento operário brasileiro começarão a definir-se na conjuntura democrática do após-guerra.

É importante repetir uma vez mais que as conjunturas históricas, tão importantes quanto possam ser para a história dos movimentos sociais, não podem ser entendidas independentemente da orientação e da disposição de ação dos grupos sociais e políticos. Se assim fosse, elas teriam a mesma "objetividade" das estruturas reificadas pelo "economicismo" e pelo "sociologismo". Antes pelo contrário, a análise das conjunturas é importante precisamente por trazer ao nível do conhecimento estas encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem um relevo decisivo. São precisamente as situações em que os homens fazem a história. A conjuntura de 1945-1946 está neste caso, do mesmo modo que a conjuntura dos anos 50-54.

Pretendo sugerir que se a análise histórica do período anterior a 1945 explica a ruptura existente no movimento operário e a perda de suas tradições, nem por isto se encontrava pré-determinado no após-guerra o rumo que ele deveria seguir. São as orientações vigentes em 1945-1946, retomadas e reafirmadas em 1950-1954, que darão ao movimento operário as características que veio a possuir até 1964. Na análise destas duas encruzilhadas na história sindical brasileira, parece-me evidente que a explicação da "tragédia do movimento operário brasileiro" deve ser procurada menos no "atraso" da classe operária que numa orientação persistente por parte de

seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste "atraso" para suas manobras políticas.

A idéia do "atraso" da classe operária, e das massas populares em geral, tem sido motivo de tanta ênfase que terminou por converter-se na pedra de toque das ideologias "justificadoras" dos seus pretensos dirigentes. Por que, afinal, dar uma ênfase tão parcial à teoria do "atraso"? Por que não reconhecer, como manda a boa tradição sociológica, que o "atraso" diz respeito a toda a sociedade brasileira e não apenas às massas? Não seria o caso de pensarmos um pouco também no "atraso" das elites brasileiras? Condição retardada das elites que é tão mais enfática quanto mais assumiram a idéia do "atraso" das massas como "modo de ser" da sociedade brasileira. Tratando de duas conjunturas históricas determinadas e pondo a ênfase nas orientações ideológicas, os dois capítulos seguintes pretendem oferecer material de reflexão sobre este problema.

# CAPÍTULO II

## 1945-1950: UMA TENTATIVA FRUSTRADA DE FORMAÇÃO DO SINDICALISMO POPULISTA

II.2

A retomada das atividades sindicais no país ocorreu no contexto da crise vivida pelo populismo varguista na passagem da ditadura à democracia da Constituição de 1946. Crise final da ditadura mas também a primeira da série de crises que assinalam a história da democracia brasileira, a conjuntura dos anos de 1945 e 1946 antecipa os elementos que passarão a compor a história do populismo no país, condicionando a formação e o desenvolvimento posterior do movimento operário.

Convém, portanto, reter aqui estes elementos: um líder populista no governo enfrenta uma crise que, a exemplo do que virá a ocorrer várias vezes depois, afeta diretamente sua posição de poder; os liberais, empenhados na ingrata tarefa de pôr abaixo um governo prestigiado pelas massas, passam a manobrar, como o fará a UDN em outras oportunidades, no sentido de uma intervenção salvadora das Forças Armadas; os comunistas, por seu turno, realizam sua primeira aliança com o populismo varguista e, no seu estilo político habitual, subordinam a sua política sindical às condições determinadas pela aliança política.

É, pois, neste contexto político que a retomada das atividades sindicais se orienta para a formação de um sindicalismo populista no país. Tentativa que frustrou quase no nascedouro e que não será repetida senão quando surge uma conjuntura política similar alguns anos depois. Embora frustrada, ou talvez por isto mesmo, esta experiência merece exame, pois ela constitui, em seu êxito relativo como em seu fracasso, uma nítida antecipação do sindicalismo dos anos 50 e

60. Pelo ascenso que propiciou num primeiro momento ao movimento operário, como pela duradoura depressão que se seguiu, ela constitui uma clara ilustração das possibilidades e dos limites do sindicalismo populista em toda a sua história.

Seria, porém, correto datar de 1945 a primeira tentativa? Não seria possível encontrar antecedentes no período do Estado Novo ou mesmo antes? Chamo a atenção para o fato de que estas perguntas não se dirigem apenas a problemas de cronologia ou de periodização histórica. Em verdade, dizem respeito à maneira de se conceber o movimento operário dos anos 50 e 60, bem como à maneira de se explicar suas características. Dizem respeito, sobretudo, a um dos problemas mais peculiares da democracia da Constituição de 1946 e da orientação geral assumida pelas esquerdas naquele período.

É certo que alguns elementos componentes do sindicalismo populista começam a formar-se desde os anos 30. Entre eles merece referência, por sua importância futura como fator da dependência do movimento operário em face do Estado, a nova organização sindical que desde então começa a elaborar-se nos textos legais. Contudo, é sabido que as iniciativas legais do Estado no sentido de construir uma nova organização sindical não tiveram reflexos imediatos ao nível da prática dos movimentos então existentes. Deste modo, foram mais relevantes como pretexto para o Estado reprimir as velhas organizações autônomas e como indicação de sua disposição de substituí-las por outras sob sua tutela, do que como orientação que tivesse tido uma vigência construtiva de alcance geral junto ao movimento sindical.

A propósito, é sabido que o Decreto 19.770, de 19.3.1931, foi praticamente inoperante fora do contexto legal. Embora postulasse a unidade sindical, princípio que será acolhido pela Constituição de 1937 e pela atual estrutura sindical oficial, o Decreto 19.770 não parece ter tido grande eficácia contra a realidade de um sindicalismo marcado pela pluralidade (1). Tanto assim que o Decreto 24.694, promulgado em 12.7.1934 pouco antes da Constituição de 1934, esquece o princípio unitário em favor da pluralidade, embora limitada pois só seriam legalmente reconhecidos os sindicatos que representassem pelo menos um terço da categoria (2).

Não obstante, se o princípio unitário de 1931, bem como a condição de heteronomia sindical que o acompanha, constituiram mera ficção legal até 1934, o regime de pluralidade e de autonomia (3) consagrado pela Constituição de 1934

---

(1) Diz Pontes de Miranda que a pluralidade sindical resistiu depois da Revolução de 30 até a Constituinte de 1934, apesar do Decreto 19.770. "Nas proximidades das eleições para a Constituinte, a pluralidade sindical estava nos fatos, se bem que a lei vigente se inspirasse na unidade". Pontes de Miranda, Comentários à Constituição de 1946, 2ª edição, Vol. V, São Paulo, Max Limonad, 1953, pág. 107.

Cupertino de Gusmão, que foi até 1944 Presidente do Sindicato dos Empregados no Comercio do Rio de Janeiro e membro da comissão, criada pelo governo para regulamentar o Decreto 1.402 (Comissão de Enquadramento Sindical), vai ainda mais longe ao sugerir que o regime da pluralidade sindical funcionou de fato de 1930 a 1939, "vigorou mascarado na vigência do Decreto nº 19.770 e continuou, atenuado, com a expedição do Decreto nº 24.694". Ver Cupertino de Gusmão, Do Bojo do Estado Novo, Rio de Janeiro, 1945, pág. 25.

(2) Cf. Consolidação das Leis do Trabalho, edição comentada por Eduardo Gabriel Saad, pág. 205.

(3) Como se sabe, os princípios de unidade e de pluralidade foram no Brasil correlatos de heteronomia e autonomia sindical, respectivamente. Cf. Azis Simão, op.cit., pág. 192.

não teve tempo de se consolidar. Já em 1935 instalou-se no país a conjuntura repressiva que acompanha a derrota da rebelião da Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.) e que não poderia deixar de acarretar a depressão e a desorganização do movimento operário. Coroando o quadro de compressão política que deverá conduzir em seus desdobramentos à implantação da ditadura, Vargas outorgou ao país a Constituição de 1937, de caráter autoritário e corporativista, onde estabeleceu o princípio do sindicato único e dependente do Estado (1).

Contudo, a ditadura não parecia ter muita pressa em ver os sindicatos funcionando. De fato, a regulamentação do princípio constitucional só virá através do Decreto 1.402, de 5.7.1939. É, portanto, quase dois anos depois da Constituição, que o novo sindicalismo começa a elaborar-se nos textos legais. Mais ainda, é só em 1940 que se estabelece com o "imposto sindical" a condição real que permitirá ao governo começar o processo de recrutamento e formação de novos sindicalistas (2).

---

(1) A influência do corporativismo fascista na redação do artigo 138 da Constituição de 1937 que define o princípio da unidade e da dependência sindical perante o Estado é ressaltada por Evaristo de Morais Filho ao afirmar que aquele dispositivo constitucional constituía "tradução, quase que literal e ao pé da letra, da Declaração III da Carta del Lavoro fascista italiana, de 21 de abril de 1927". Evaristo de Morais Filho, O Problema do Sindicato Único no Brasil, Rio de Janeiro, 1952, pág. 243.

(2) É deste período o surgimento dos primeiros "pelegos". O termo se refere aos burocratas sindicais que começam a aparecer durante a ditadura e que se caracterizam por uma acentuada conformidade com o espírito e a letra das instituições sindicais oficiais. Funcionando como um amortecedor entre os operários, por uma parte, e os patrões e o Estado, por outra, o "pelego" assume um caráter burocrático muito bem definido por Albertino Rodrigues. "O "pelego" se comporta como uma sub-classe do funcionalismo pois, sem pertencer necessariamen-

É evidente que a existência legal dos sindicatos não é garantia suficiente de sua existência real. Além disso, é bem provável que a nova estrutura sindical, com todos os seus ritos rigorosamente definidos e com todos os seus "pelegos", tivesse sido perfeitamente irrelevante no quadro político de então. Apoiado na escalada repressiva que desde 1935 desarticulara a esquerda e o movimento operário em todo o país, e nos instrumentos de coerção que lhe eram garantidos pela Constituição de 1937, Vargas terá tido pouca ou nenhuma necessidade de estimular qualquer forma de organização popular, mesmo se esta se encontrava, como era o caso, sob seu controle direto. Bastava-lhe o desenvolvimento de uma política de paternalismo difuso em relação às massas populares.

Neste sentido, é bastante expressivo de sua posição em face dos sindicatos, a orientação que passa a assumir desde 1943 até 1945: embora já começassem a surgir os sinais da crise de poder que deverão levar à sua derrocada, Vargas prefere intensificar a propaganda junto às massas populares a eliminar quaisquer restrições que pesassem sobre as organizações sindicais. É certo que lança um programa de sindicalização em massa para a eventualidade de ter que passar por um processo eleitoral no país, mas ao mesmo tempo retira dos sindicatos qualquer possibilidade de atuação real no campo sala-

---

te aos quadros ministeriais, age de conformidade com os padrões mais convincentes ao Ministério do Trabalho". José Albertino Rodrigues, op.cit., pág. 19. No mesmo livro se pode encontrar uma descrição do processo de expansão dos sindicatos oficiais desde sua criação pela ditadura Vargas. Ver especialmente págs. 123 e seguintes.

rial, de interesse mais direto para a classe operária (1).

Nestas circunstâncias, parece evidente que os sindicatos no período da ditadura não poderiam ser mais que um fenômeno de ordem legal. Na melhor das hipóteses, um fenômeno de ordem administrativa e assistencial (2). Deste modo, para preencher suas funções próprias de órgãos de reivindicação operária eles terão que esperar o restabelecimento da democracia no país.

Nada disso constitui novidade. Seria realmente difícil imaginar uma ditadura com funcionamento regular dos sindicatos e neste sentido o exemplo oferecido pela histó

---

(1) De 1943 a fevereiro de 1945, o governo conferiu aos sindicatos exclusividade na apresentação de dissídios. Estes, porém, passaram a depender de prévia audiência do Ministério do Trabalho. Cf. Evaristo de Morais Filho, op.cit., pág. 252.

Isto significa que a reivindicação salarial não apenas ficava subordinada à política econômica do governo, questão já prevista nas leis sindicais, como também se subordinava administrativamente ao governo. Só seria possível a um sindicato apresentar uma reivindicação quando o governo a aprovasse previamente através do Ministério do Trabalho. É evidente que não se trata aqui apenas do "estilo" de política adotado por Vargas em relação aos sindicatos, mas também dos resultados para estas organizações da política de compressão salarial adotada durante o Estado Novo.

(2) O transformar-se em órgãos puramente burocrático-assistenciais tem sido norma para os sindicatos oficiais em todos os períodos repressivos da história política do país. Ver a propósito o livro de José Albertino Rodrigues, já citado.

Diz bem do caráter dos sindicatos no Estado Novo esta descrição de Cupertino de Gusmão: "Para conseguir facilmente seus intentos de manejar a seu sabor os "líderes" empuleirados nos postos sindicais, preferia o Ministério que eles fossem portadores de certas "fraquezas", dizendo-se, constantemente, nos corredores e antecâmaras palacianas, que as falhas e os defeitos dos dirigentes de classe, sua pouca ou nenhuma influência e seu reduzido ou inexistente prestígio junto às massas eram uma necessidade para o Governo, porque assim sua permanência nos cargos ficava à mercê do apoio que lhes dessem os poderes públicos". Cupertino de Gusmão, op.cit., pág. 172.

ria brasileira não foge à regra. Contudo, foi necessário esta revisão geral do sindicalismo na ditadura para chegarmos a colocar o problema que importa considerar neste capítulo: o Brasil, agora fugindo à regra, fornecerá o exemplo de uma democracia onde os sindicatos funcionarão com os mecanismos criados pela ditadura.

O que há de insólito nesta etapa da história brasileira não é que a ditadura tenha usado de mecanismos ditatoriais, mas sim que a democracia tenha aceito os mecanismos criados pela ditadura para o controle do Estado sobre os sindicatos. Como já disse Evaristo de Morais, o surpreendente é "a sobrevivência de uma lei, promulgada para um regime corporativo fascistizante, em pleno quadro democrático de uma nação" (1). Em realidade, seria possível ir mais longe: se é estranho que as leis sindicais tenham sobrevivido, mais notável ainda é o fato de que sejam do período democrático as primeiras tentativas para conferir-lhes alguma eficácia como instrumento de mobilização e controle do Estado sobre a classe operária. Aquilo que a ditadura idealizara caberá à democracia realizar.

Contudo, seria equivocado supor que esta estrutura sindical seja apenas uma extensão da ditadura que sobrevive numa democracia distraída. Em realidade, foi a democracia que ofereceu o contexto e as premissas políticas sobre as quais a estrutura sindical deveria funcionar. Este contexto e estas premissas aparecem pela primeira vez em 1945 e 1946.

---

(1) Evaristo de Morais Filho, op.cit., pág. 273.

A análise das orientações do movimento operário nestes anos não poderá deixar de levar em conta este problema: a estrutura sindical criada pela ditadura nos moldes do corporativismo fascista não foi imposta à democracia, mas, de certo modo, foi escolhida por ela numa conjuntura política produzida pelo fim da ditadura e pela derrota do fascismo na segunda grande guerra.

Cabe observar, porém, que o problema não diz respeito apenas ao caráter geral da democracia brasileira sob a vigência da Constituição de 1946. A questão é tão mais relevante numa história do movimento operário quando se sabe que as tentativas feitas para colocar em funcionamento esta estrutura criada especificamente para o controle corporativista da classe operária serão implementadas pela esquerda, em especial pelo Partido Comunista. Este capítulo é dedicado a estes dois problemas.

## 1 - O POPULISMO DA DITADURA À DEMOCRACIA

Desde 1942, ano em que o Brasil entrara na guerra, Vargas vinha considerando alternativas para o problema da institucionalização política do regime. Além do que se deve imputar aos efeitos internos da tomada de posição no conflito mundial a favor das forças aliadas, cabe lembrar que, em 1942, terminava o prazo provisório para a legitimação da Constituição através de um plebiscito e que, em 1943, terminaria, segundo os termos da Constituição, o mandato presiden-

cial. Não era sem razão, portanto, que o tema da institucionalização do regime suscitava controvérsias e dificuldades para Vargas entre seus próprios aliados e mais ainda entre os que se opunham à ditadura. É assim que surge, em outubro de 1943, o "Manifesto dos Mineiros", trazendo à tona uma oposição liberal que depois deverá transformar-se na União Democrática Nacional (UDN). Portanto, quando começam a aparecer em 1943 os sinais de uma vitória das forças aliadas na guerra, eles coincidem e reforçam os primeiros sinais de abertura para o processo de redemocratização do país.

O "Manifesto dos Mineiros" era de certo modo uma resposta liberal às tendências de dentro do governo que pretendiam dar forma institucional ao regime autoritário então vigente (1). Segundo o depoimento do General Gois Monteiro, a proposta de Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, era no sentido de se realizarem eleições "através de sindicatos, como sendo a maneira mais exequível e apropriada ao Brasil para estabelecer o regime definitivo". Embora a idéia tivesse encontrado "uma oposição mais ou menos generalizada" entre os personagens do regime, tem-se a impressão que esta é a alter-

(1) Diz Virgílio de Mello Franco que a posição de Vargas em relação à democracia começou a mudar quando "começou a mudar a sorte das batalhas e o imenso poderio militar e industrial americano passou a pesar na balança". A partir de então Vargas "surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia". "Dizia-se diariamente democrata. Mas enquanto isso, seu fiel Ministro do Trabalho (...) tramava a eleição pelos sindicatos". Desvendando as intenções de Vargas, "os homens da resistência democrática, especialmente os de Minas, conspiraram, a bem dizer, para, em segredo, elaborar um manifesto, que logo se tornou conhecido com a denominação de Manifesto dos Mineiros". Virgilio de Mello Franco, A Campanha da UDN, Rio de Janeiro, Livraria Editora Zelio Valverde S.A., 1946, págs. 12 e 13.

nativa preferida pelo próprio Vargas (1).

É assim que, em 1943, quando o problema da institucionalização do regime deixa de ser assunto interno do governo para passar ao campo da oposição, as respostas imediatas de Vargas vão no sentido de reforçar seus vínculos junto à massa operária ao mesmo tempo que acena com uma nova função a ser atribuída aos sindicatos. Num discurso efetuado no dia 10 de novembro, quando cumpria seus seis anos de governo, Vargas anuncia a decretação de um aumento de salários para o funcionalismo civil e para a classe operária e promete: "Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da Nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro. E das classes trabalhadoras organizadas tiraremos de preferência os elementos necessários à representação nacional (...)" (2). São ainda de 1943 o lançamento da Consolidação das Leis do Trabalho, peça importante do governo na mobilização da opinião da massa popular, e a campanha de sindicalização massiva (3).

---

(1) Lourival Coutinho, O General Goes depõe ..., págs. 396 e 397. Entre os homens do regime que se opunham à solução corporativista proposta por Marcondes Filho, estava Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores. Ver Lourival Coutinho, op.cit., pág. 401.

(2) Folha da Manhã, 11/11/1943. No contexto do discurso a referência aos "trabalhadores" tem um sentido corporativista e inclui, portanto, patrões e empregados.

(3) A campanha da sindicalização em massa foi lançada por Vargas em 1º de Maio de 1943. Evaristo de Morais Filho relaciona a campanha diretamente às finalidades político-eleitorais do governo: "Esperava-se àquela época, fazer o alistamento eleitoral através da carteira profissional e as eleições através dos sindicatos. Era, pelo menos, o projeto do então Ministro do Trabalho". Evaristo de Morais Filho, op.cit., pág. 257.

A partir desta manifestação vinda de Vargas estava aberto o processo de definição das forças políticas que buscam rearticular-se em todos os setores. Contudo, toda a movimentação política parece ter ficado restrita aos altos escalões políticos durante todo o ano de 1944. É só em fevereiro de 1945 que o processo de dissolução da ditadura ia entrar em sua fase final (1), com as cúpulas políticas trazendo a público suas decisões em relação à reabertura do regime democrático no país. Aparece o Ato Adicional prometendo as eleições, quase ao mesmo tempo quebra-se a censura à imprensa e aparece de público a candidatura Eduardo Gomes, articulada no curso do ano anterior pela oposição liberal.

A partir de fevereiro já os grupos não se dividem em torno da reconquista da democracia, ponto sobre o qual todos pareciam estar de acordo. O problema central passava a ser o da presença do ex-ditador no processo político, seja como eventual candidato, seja como possibilidade de uma volta ao statu quo ante. Em qualquer destas duas possibilidades, Vargas era visto como uma ameaça pelos liberais, temerosos de seu prestígio de massas e do uso que daria à máquina do Estado num processo eleitoral, bem como de ver repetida a experiência de 1937, quando o processo eleitoral terminou sendo apenas uma etapa preliminar para o golpe de Estado e para a ditadura.

(1) Diz o General Goes Monteiro que em janeiro de 1945 "já havia agitação bem forte no país", "parecia que o Estado Novo ia entrar em agonia". Lourival Coutinho, op.cit., pág. 409. Esta declaração parece referir-se mais aos movimentos de cúpula que a agitações de opinião pública, pois a imprensa encontrava-se ainda sob controle do governo. De qualquer modo, no mes de janeiro realiza-se em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Escritores que aprova uma proclamação em favor da democracia no país.

Por sua parte, Vargas se mantém relativamente afastado do jogo eleitoral que se consolidava a partir de março com o lançamento da candidatura do seu Ministro da Guerra, General Eurico Dutra. De qualquer modo, não se distancia do jogo de poder, pois neste se decide a sorte de suas posições políticas.

Nestas circunstâncias políticas o jogo de poder, até então restrito ao confronto entre o governo e a oposição liberal, é ampliado em abril, mes em que a UDN se forma como partido, com a concessão da anistia política que vem beneficiar a um grande número de comunistas. Embora a anistia fosse uma resposta esperada do governo diante das campanhas de opinião pública pela libertação dos presos políticos e de um clima político nacional e internacional marcado pelo fim da guerra e pelos acordos entre as nações aliadas, Vargas procurará tirar proveito da ampliação do número de parceiros no jogo e das disposições dos comunistas em favor de uma aliança com o governo. Além disso, as diferenças entre Vargas e a oposição liberal acentuam-se mais ainda em junho, com o decreto anti-truste, a chamada "lei malaia", que escandalizava a UDN que se lançara à campanha eleitoral com um programa de abertura ao capital estrangeiro e uma política de estabilização monetária (1). Daí para diante, as relações entre o governo e a oposição tornam-se cada vez mais conflitivas.

Neste quadro, os comunistas, que se transformam em partido legal em maio, assumem posição ao lado do governo e, em agosto de 1945, já entravam de rijo na campanha

(1) Cf. Thomas Skidmore - Brasil: de Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969, pág. 76.

pela Constituinte fazendo frente comum com o movimento "queremista" que apregoava o slogan de "Constituinte com Getúlio". Apoiada nos comunistas que já a esta altura controlavam importante setor do movimento sindical, a campanha da "Constituinte com Getúlio" parecia ter efetivamente mudado o jogo político numa direção favorável a Vargas (1).

Contudo, a oposição não parece disposta a ceder em relação a suas idéias sobre a posição de Vargas no processo de democratização. Se os comunistas surpreendiam a opinião liberal ao estabelecerem uma aliança com o antigo ditador, os liberais, por sua vez pouco confiantes na mobilização da opinião pública, passam a buscar com insistência os militares pedindo-lhes uma solução de urgência para a crise institucional. Uma entrevista concedida por Otavio Mangabeira em junho constitui uma indicação clara dos rumos a serem seguidos pela UDN: "Penso que as forças armadas estão no dever de in-

(1) A definição da posição comunista favorável a uma aliança com Vargas aparece no discurso de Prestes do dia 23 de maio. Em fevereiro de 1946, mudada a situação política com a derrubada de Vargas, os comunistas passaram a negar que tivessem feito movimentação em favor da idéia de "Constituinte com Getúlio". Segundo afirmações de Grabois na Constituinte, este seria um slogan exclusivo dos queremistas. Cf. Diário do Poder Legislativo, 28/2/1946. Contudo, esta correção segundo a qual os comunistas seriam favoráveis à Constituinte enquanto os queremistas acrescentariam "com Getúlio", não nega os fatos bastante conhecidos sobre a campanha da Constituinte. Em todo o seu curso pelos meses de agosto a outubro, esta foi de fato conduzida por uma aliança entre Vargas e o P.C..

Um exemplo de como transcorreu a campanha pode ser encontrado no comício de Vargas no dia 7 de setembro de 1945. Presente um grande número de representantes dos sindicatos, Vargas foi saudado pelo Presidente do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), o dirigente comunista João Amazonas. Ao fim da solenidade, Vargas cumprimentou o Presidente do MUT: "Apertando a sua mão, quero apertar a mão dos trabalhadores presentes". Cf. Tribuna Popular, 8/9/1945.

tervir na atual situação brasileira. Vou adiante: é seu dever intervir. A Nação está, não só ameaçada, mas gravemente ferida, e sem defesa, e toda a gente sabe e reconhece que dadas as deficiências de nossa organização civil, sobretudo considerando que sofremos oito anos de uma ditadura tremenda, impõe-se que as únicas forças que têm força real para acudir em defesa da Nação não lhes faltem nesta hora" (1).

Não era a primeira vez que um liberal brasileiro fazia este tipo de apelo à intervenção militar e, além disso, o simples fato de que os dois candidatos à Presidência da República saíssem dos quadros das Forças Armadas indica o grau de envolvimento político em que já se encontravam estas instituições. Contudo, parece ter sido esta a primeira vez na conjuntura política daqueles anos que os apelos dos liberais aos militares conduzem ao caminho da conspiração (2). É

---

(1) Cf. Virgílio de Mello Franco, op.cit., pág. 305. As declarações de Otavio Mangabeira constam de uma entrevista coletiva sobre a "lei malaia".

(2) A resolução da UDN em favor da conspiração parece ter ocorrido em setembro. É neste mes que Virgilio de Mello Franco procura o General Goes Monteiro e estabelece com ele bases para conversações de que deveriam participar os dirigentes da UDN. As bases apresentadas pelo General incluiam a "não eleição do Dr. Getúlio, nem sua continuação no governo por um prazo maior do que o necessário para empossar o seu sucessor, constitucionalmente eleito" e "uma combinação de natureza política, ainda que provisória, até a posse do sucessor do Dr. Getúlio, no sentido de restabelecer a confiança do país no Governo e a ordem sob todos os seus aspectos, bem como a garantia de um pleito livre e honesto para a eleição do Presidente e dos representantes da Nação, pela forma que for aceita pelas diferentes correntes da opinião nacional - menos o comunismo ...". Cf. Virgilio de Mello Franco, op.cit., págs.38 e 39.

Do depoimento do General Goes Monteiro pode-se inferir que os dirigentes da UDN teriam desejado mais do que os militares estariam dispostos a conceder: "... no mes de setembro, a agitação no País era grande, e a UDN, no desconhecimento de que o governo não dava toda força à candidatura do General Dutra, mas, ao contrário, supondo que (...) esse apoio era integral,

este o caminho que a UDN deverá seguir a partir de setembro, deixando em plano secundário a mobilização da opinião pública.

Depois do incidente havido em fins de setembro entre o governo e o embaixador americano, as posições em conflito encontram um motivo a mais para uma radicalização em que a iniciativa cabe às forças pró-Vargas. No dia 3 de outubro, uma grande manifestação "queremista" entrega a Vargas a sua plataforma (1). O tom vago da resposta de Getúlio só faz aumentar a desconfiança da oposição. No dia 10 o governo praticamente conduz a oposição ao desespero, com o decreto antecipando as eleições locais de prefeitos e governadores que deveriam realizar-se então no mesmo dia das eleições presidenciais. Por outro lado, a campanha pela Constituinte vinha, desde agosto, desenvolvendo uma série de comícios que atestavam a participação cada vez maior dos sindicatos coordenados pelo Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e programara para o dia 27 uma grande manifestação no Rio, com cerca de 50 sindicatos.

É neste momento em que as forças varguistas pareciam empolgar a opinião pública que se desencadeia o golpe de Estado. Surpreendentemente, o comício programado pelos

---

tinha a partida como perdida e entrou pelo terreno da conspiração, não encontrando, porém, a receptividade desejada". Lourival Coutinho, op.cit., pág. 423. Ver também págs.427 e 429.

(1) A proclamação "queremista" pedia eleições a 2 de dezembro, como estava previsto. Contudo, não pedia as eleições para a Presidência da República, e sim para "eleger legítimos representantes do povo para compor a Assembléia Constituinte". Concluia dizendo que "as eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em epoca que a nova Constituição elaborada fixar". Cf. Virgílio de Mello Franco, op.cit., pág.346.

sindicatos para o dia 27 foi proibido pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal. Vargas trata de substituí-lo por seu irmão numa última tentativa de retomar o controle sobre a situação, mas encontra a resistência do General Goes Monteiro. O golpe veio finalmente a 29 de outubro, dando a vitória à linha seguida pela UDN: os poderes da República passam às mãos do Judiciário.

A análise deste primeiro momento da passagem da ditadura à democracia deixará forçosamente algumas questões em aberto sobre as posições assumidas e pelos partidos em face do processo de democratização em que se encontrava o país. Neste primeiro momento, que termina em outubro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) praticamente não tinha existência independente do movimento "queremista" e o Partido Social Democrático (PSD), embora mantendo a candidatura do General Dutra, vivia colado à máquina administrativa do Estado em todas as regiões do país. Pouco se diferenciavam do jogo político do próprio Vargas. Deste modo, estes dois partidos tipicamente governistas só terão sua oportunidade de desempenhar algum papel de relevo depois de formada a Constituinte onde precisamente formarão a base inicial de apoio do governo eleito em dezembro.

As influências decisivas neste momento inicial da democracia brasileira que vai de abril a outubro de 1945, couberam certamente a Vargas e à UDN. O primeiro, envolvido na ambiguidade do ditador que, por força das circunstâncias,

passa a promover a democracia, parecia dividido entre uma linha de defesa em que buscaria garantir sua posição de poder para entregar o governo ao seu sucessor legitimamente eleito e uma linha de ataque que estaria expressa no movimento "queremista" e na aliança com os comunistas (1). Seria esta uma indecisão em relação aos seus próprios objetivos ou tratava apenas de desorientar os adversários? A UDN optou pela segunda hipótese. Mais ainda, escolhendo a segunda hipótese, decidiu também cortar o caminho a Vargas por meio da intervenção militar. É difícil saber qual destas duas posições terá influído mais para a conformação inicial da democracia no país, se a ambiguidade do ditador obrigado a transformar-se em democrata, se a ambiguidade do partido liberal-democrata que se confessa impotente para mobilizar a opinião pública a favor da democracia nascente e apela para os mesmos recursos que anos antes haviam servido a Vargas para instalar a ditadura.

Embora intimamente relacionado ao problema anterior, a aliança entre o PCB e Vargas deve ser analisada à parte por força de sua própria relevância para o desenvolvimento posterior do movimento operário. Sabe-se que a aliança, que começa em maio para tornar-se ostensiva em agosto e terminar em outubro, se devia em parte a uma confluência de inte-

(1) Segundo o General Goes Monteiro, Vargas teria efetivamente considerado viável esta segunda possibilidade quando do exame de um relatório de Batista Luzardo sobre os acontecimentos de outubro na Argentina. Como se sabe, naquele mes Peron havia sido preso pela Marinha e no dia 17 fora libertado pelo Exército com o apoio da classe operária. Diz o General Goes que "foi sob o influxo desses acontecimentos no país vizinho, de mistura com o que se passava no Brasil, que surgiu uma quarta fase para a atitude final do Presidente Getúlio, a qual culminou na jornada do dia 29 de outubro". Lourival Coutinho, op. cit., pág. 429-430.

resses políticos e em parte a algum arranjo segundo o qual o PCB obteria sua legalidade em troca de um apoio ao ditador em tão em dificuldades. Na conjuntura de 1945 é, porém, difícil decidir o que significavam precisamente cada um destes fatores e o quanto teriam influído para que as duas forças políticas chegassem a um acordo.

Da parte dos comunistas a idéia de uma aliança vem desde 1942, quando o governo, sob o impacto do torpedeamento dos navios pelos alemães e sob pressão da opinião pública, resolve entrar na guerra. O apelo de Vargas à união nacional em torno do governo, feito nesta oportunidade, foi respondido prontamente pelos comunistas, que depois farão sua a posição assumida neste momento pelo governo. É de agosto de 1942 um telegrama enviado por Prestes ao jornal argentino La Razon, em que declara: "... o povo brasileiro volta-se para o Sr. Getúlio Vargas na esperança de que o antigo chefe do movimento popular de 1930 queira guiá-lo sem vacilações na luta de morte contra a barbarie fascista". Acrescenta, porém, uma condição: "Mas para isso é necessário (...) confiar no povo e abrir as prisões onde se encontram os mais consequentes lutadores anti-fascistas, porque só assim (estará) consolidada a união nacional ..." (1). É basicamente a mesma posição que os comunistas assumirão em agosto de 1943 na Conferência da Mantiqueira, onde, em função da guerra, definiam "o estabelecimento da linha política à base da união nacional em torno do governo" (2). Em abril de 1944, os comunistas mantêm a

(1) Cf. Tribuna Popular, 22/8/1945.
(2) Cf. Tribuna Popular, 7/8/1945.

mesma orientação quando de sua resposta ao discurso de Vargas em novembro de 1943. Depois de definir uma posição de colaboração com o governo, acrescentam a mesma condição já definida anteriormente por Prestes: "O governo dispõe no momento da força, do poder, mas é cada vez mais claro que o prestígio, a autoridade moral, está do lado dos antifascistas, dos perseguidos políticos, principalmente daqueles que apodrecem há longos anos nas prisões do Estado. A União Nacional será praticamente possível pela união da força com o prestígio, do poder com a autoridade moral. Aos antifascistas cabe o dever de colaborar agora com o governo; mas ao governo também o de reconhecer o direito à liberdade de que necessitam os primeiros para tornar efetiva tal colaboração" (1).

Não obstante todas estas declarações indicassem uma disposição de aliança dos comunistas com o governo, esta só vem a tornar-se efetiva quando o processo de democratização do país já se encontra em curso. Vargas deve ter relutado por muito tempo em aceitar estas manifestações de boa vontade, se é que chegou a tomar conhecimento delas, pela simples razão de que isto inevitavelmente lhe cortaria o trânsito entre as forças conservadoras, em especial as Forças Armadas. Assim, a anistia pedida pelos comunistas desde 1942 só é decretada pelo governo em abril de 1945, quando termina a guerra e quando o governo preparava o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética. Mesmo depois da anistia, concedida sob pressão das circunstâncias internacio-

(1) Cf. Luiz Carlos Prestes, Problemas Atuais da Democracia, Rio de Janeiro, Editora Calvino, 1947, pag. 51.

nais e às quais se juntavam os movimentos de opinião dentro do país, o que se observa é mais a tentativa de adesão dos comunistas ao governo do que uma aliança (1).

A aliança, ou seja, a cooperação prática entre as duas forças políticas para alcançar um objetivo comum, só começa a partir de julho, quando tem início a campanha pela Constituinte e quando os comunistas passam a fazer frente com o "queremismo". Efetivamente, só depois do episódio da "lei malaia" que lhe fechara a saída pelo lado conservador e que estimulara a UDN a buscar uma solução através do golpe de Estado, Vargas se decidiu a aceitar um acordo com o P.C.. Significa dizer que os comunistas passarão a ser recebidos como aliados quando Vargas já se encontra isolado no governo e quando o conjunto das forças políticas se encontrava empenhado em garantir o processo eleitoral, ainda que à custa do golpe de Estado. Não obstante, os comunistas não apenas aliam-se a Vargas como de fato se subordinam a seus objetivos polí-

---

(1) No discurso feito no dia 23 de maio Prestes, recém-libertado, e na mesma linha de adesão ao governo que vem desde a época da guerra, afirmava: "Mas a anistia foi obra também de nosso governo que, dando volta atrás nas suas tendências inaceitáveis para o povo, vencendo dificuldades mil criadas sempre pelos reacionários que o comprometiam e que, infelizmente em grande parte ainda o comprometem, preferiu ficar com o povo - cortar relações com o Eixo, declarar-lhe guerra, estabelecer relações com o governo soviético e finalmente abrir as prisões e revogar na prática as restrições à democracia mais sensíveis ao nosso povo. Honra aos homens de governo que sabem ficar com o povo e evitar por superior patriotismo o dilaceramento terrível das guerras civis". Cf. Luiz Carlos Prestes, op.cit., pág. 78.

Apesar destas declarações, as campanhas pela anistia foram feitas em aliança com os liberais, ou seja, com a oposição. Fato que parece sugerir que também os comunistas, ou pelo menos uma parte deles, consideravam duvidosa ou pouco viável uma aliança com o governo, apesar de todas as suas propostas neste sentido.

ticos e desinteressando-se das eleições previstas para dezembro, põem todo o empenho no movimento pela Constituinte, engrossando assim o movimento "queremista".

Nestas condições, parece-me ingênua a interpretação segundo a qual os comunistas teriam dado seu apoio a Vargas apenas em troca da anistia (1). Na conjuntura internacional que se abre em abril de 1945, todas as forças políticas brasileiras, exceto os integralistas, estavam dispostas a conceder anistia aos presos políticos e liberdade de funcionamento legal ao P.C., apesar de que todas desconfiassem dos comunistas, inclusive Vargas. As forças políticas se manifestaram neste sentido em mais de uma oportunidade (2). Embora a

(1) Um exemplo deste tipo de interpretação, aliás muito corrente, pode ser encontrado na autobiografia de Agildo Barata, Vida de um Revolucionário, Rio de Janeiro, Editora Melso S.A.. Segundo Agildo Barata, Prestes teria "aconchavado" com Vargas sua liberdade e a dos demais presos comunistas em troca do apoio ao governo. Cf. págs. 319 a 322.

(2) Numa entrevista concedida aos jornais argentinos La Razon e La Crítica, Prestes, no aceso da campanha pela Constituinte, trata de negar o fato. Tentando explicar a aliança dos comunistas brasileiros com Vargas (enquanto que na Argentina os comunistas ficaram contra Peron), diz: "Enquanto o Sr.Vargas dá aos comunistas liberdade legal de fato que jamais desfrutaram, candidatos que se dizem democráticos em alguns Estados do Brasil firmam sua propaganda no combate ao comunismo. Além disso, nenhum dos dois candidatos deu, até agora, nenhum programa mínimo que assegure legalidade à vida do partido como a temos". Cf. Tribuna Popular, 31/8/1945.

Contudo, em maio de 1946, quando se encontrava no governo o General Dutra, Prestes leu no plenário da Constituinte uma carta do Presidente, datada de abril de 1945, portanto pouco anterior ao lançamento de sua candidatura, declarando-se favorável à legalidade do P.C.. Por outra parte, é sabido que os liberais, especialmente a Esquerda Democrática, consideraram a adesão dos comunistas a Vargas como uma quebra da frante antifascista que vinha da campanha da anistia. Cf. Virgilio de Mello Franco, op.cit., pág. 23. Ver também págs. 278 e seguintes. Do mesmo modo, sabe-se que a UDN assumiu, em 1946 e 1947, uma posição de defesa do direito do P.C. à vida legal.

anistia e a legalidade concedida ao P.C. tenham desempenhado seu papel, a aliança me parece dever-se principalmente a uma confluência de interesses políticos entre os comunistas e o governo de Vargas já em decadência.

Os comunistas apareciam no cenário político com uma estratégia de colaboração de classes que seguia a linha então adotada pela União Soviética, em aliança com os Estados Unidos e demais potências ocidentais. Em suas linhas gerais, era a mesma estratégia que vinha dos tempos de guerra e que os comunistas haviam traduzido, no Brasil como em muitos países cujos governos se solidarizaram com os aliados, em termos de uma política de apoio ao governo nacional. Terminada a guerra, os comunistas, sempre seguindo a política externa soviética, adotaram uma política de "ordem e tranquilidade" em nome da paz e da reconstrução da democracia (1). Deste modo, apoiaram Vargas durante a guerra porque ele era o chefe do governo e continuaram apoiando depois de terminada a guerra porque temiam que a ordem pudesse ser afetada com a sua queda.

É certo que idéias tão gerais quanto "ordem e tranquilidade" poderiam eventualmente ser representadas não apenas pelo governo mas por qualquer força política. Do ponto de vista da UDN, por exemplo, Vargas, o ditador, não significava certamente ordem e tranquilidade, mas precisamente o contrário. Por mais que os comunistas buscassem seguir à risca as indicações da política externa soviética, estas não po-

(1) Cf. Discurso de Prestes na instalação do Comitê Nacional do PCB. Tribuna Popular, 8/8/1945.

deriam ser aplicadas automaticamente, necessitavam de alguma interpretação da conjuntura política (1). Os argumentos comunistas em torno da anistia e da liberdade de funcionamento legal para o P.C. procuravam, de certo modo, suprir a ausência de uma interpretação deste tipo. Eram, porém, pelo menos insuficientes senão mesmo historicamente incorretos, como explicação real da conduta daquele partido e, assim, devem ter funcionado apenas como justificativa perante seus seguidores e, eventualmente, perante os liberais.

Os comunistas, em realidade, agiram como um partido da ordem. Embora tenham se subordinado a Vargas e certamente sobreestimado sua força real na conjuntura, Vargas não lhes interessava senão como representante do governo, o qual por sua vez era visto como símbolo da ordem que desejavam preservar. Tanto assim que, alguns dias depois do 29 de outubro, passaram a apoiar o governo Linhares (2). Do mesmo

(1) A crítica de Domingos Velasco, da Esquerda Democrática, ao discurso de Prestes no dia 23 de maio é dirigida precisamente neste sentido: "Prestes, querendo conservar-se fiel à linha internacional comunista, que aconselha apoiar os governos em guerra contra o nazismo, não tomou conhecimento do problema brasileiro, com o qual teria de acomodar-se a linha internacional. Não era, e não é possível ser antifascista lá fora e tolerar o fascismo interno, sem se produzir uma tremenda confusão divisionista. A verdadeira linha teria de atender às nossas condições objetivas, como sustentam alguns velhos lutadores do Partido. Antifascistas no exterior, os comunistas teriam também de ser antifascistas dentro de nossas fronteiras. A linha brasileira deveria ser, portanto, a de união com as correntes democráticas que, durante anos, combateram o Estado Novo e todas as suas misérias". Cf. Virgílio de Mello Franco, op.cit., págs. 280 e 281.

(2) No dia 4 de novembro de 1945, recém-empossado o Presidente Linhares, o jornal comunista publicou um manifesto com o seguinte título: "Ao povo o que interessa neste instante é a consolidação do novo governo". Sua explicação dos acontecimentos que conduziram ao 29 de outubro consiste basicamente num ataque a Vargas: "O Sr. Getúlio Vargas preferiu (...) ce

modo, apoiarão também o governo Dutra até o momento em que este começa a mostrar-se sensível à política da guerra fria. Parece claro, portanto, que os comunistas apoiariam naquele período a qualquer governo desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinalam o fim da guerra.

A influência soviética sobre o P.C. desempenhou, certamente, um papel decisivo nestes anos, mas talvez não seja suficiente para explicar tudo. Não deixa de ser surpreendente que este partido político, que sempre se pretendeu representante da classe operária e sobre a qual chegou de fato a adquirir uma notável influência neste período, jamais tenha considerado a hipótese de uma posição de independência em face do conflito entre as duas tendências dominantes na política brasileira. Particularmente quando se tem em conta que ambos estavam naquela conjuntura igualmente comprometidos com a democracia que buscavam atingir por meios diversos. Mais surpreendente ainda para um partido supostamente operário é o fato de que, tendo entendido como necessária a aliança com Vargas, não tenha sido capaz de realizá-la senão sob formas que significavam sua subordinação aos objetivos deste. A referência a este problema é importante porque esta incapacida-

---

der aos fascistas do governo. Traiu o povo, permitindo que se articulassem as forças da reação (...) que, afinal, unidas numa frente comum, desfecharam o golpe militar". Depois de caracterizar o novo governo como contraditório, indica sua disposição de colaboração quase com as mesmas palavras que usara antes em relação ao governo de Vargas: "Que os democratas sinceros e os antifascistas honestos agora nos postos de responsabilidade, confiem, pois, no povo, porque só assim poderão cumprir a palavra empenhada e livrar-se da pressão que sobre eles exercerão os remanescentes do fascismo". Cf. Tribuna Popular, 4/11/1945.

de de independência dos comunistas brasileiros - seja de assumir uma posição de independência no conflito entre os grupos dominantes, seja de manter-se independente no âmbito de uma aliança política - não pode explicar-se apenas por sua subordinação à política externa soviética. Há algo nisto que deve certamente explicar-se por suas características nacionais, de composição social e de formação ideológica, sobre as quais será necessário voltar mais adiante.

Qualquer que seja a interpretação que se apresente para as orientações assumidas em 1945 por Vargas, pela UDN e pelo P.C., o fato é que nenhuma destas forças políticas deixou de ser afetada pelas circunstâncias em que se processou a democratização do país e que, por outra parte, resultaram, pelo menos parcialmente, de suas próprias ações. Vargas perdeu o governo mas não o prestígio de que desfrutava entre as massas populares as quais, pelo contrário, devem ter visto em sua deposição um motivo a mais para apoiá-lo e para se indispor contra o "partido dos ricos" que havia provocado a sua queda. A UDN ganhara momentaneamente a partida. Contudo, ganhara a nível palaciano, jogando acima da opinião pública de tal modo que distanciou-se assim um pouco mais dos seus ideais iniciais de formar-se como um partido liberal de tipo reformista (1). Ganhara através do golpe de Estado e tenderá cada

(1) Refiro-me às tendências representadas dentro da UDN por Virgilio de Mello Franco que, seguindo o exemplo de Roosevelt, pretendia fazer daquela agremiação um "partido de centro inclinado para a esquerda". Cf. Virgilio de Mello Franco, op. cit., pág. 79. Ver também pág. 46.
Mello Franco foi um dos chefes udenistas que propugnaram pelo

vez mais à busca de soluções golpistas. Poder-se-ia dizer que a democracia brasileira esboçava já ao nascer, através de Vargas e da UDN, as duas alternativas de poder que haveriam de tornar-se dominantes em sua história: o apoio massivo das classes populares e o golpe de Estado.

Do mesmo modo, os comunistas, ao promover, em nome da paz e da reconstrução da democracia, uma aliança com o ditador então em crise, começavam a tomar o caminho que deveria conduzir ao funcionamento da estrutura sindical oficial, concebida pela ditadura para os fins de subordinar a classe operária ao Estado. Se a UDN declarava-se incapaz de mobilizar a opinião pública quando se decidia a caminhar para o golpe de Estado, o P.C. dizia algo equivalente ao aceitar a estrutura sindical oficial no âmbito de sua política de aliança com Vargas: de certo modo, isto significava que se declarava incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma, ou seja, declarava-se incapaz de competir com o prestígio difuso de Vargas junto às massas. A democracia brasileira, democracia das massas e dos golpes de Estado, parecia condenada a ser também uma democracia corporativa.

---

golpe de Estado. Minha hipótese é de que esta posição deve ter debilitado suas idéias dentro da UDN em favor das tendências liberais mais tradicionais representadas por Otavio Mangabeira. Este certamente ganhara força para a disputa intrapartidária que vem logo a seguir, sobre a posição a ser adotada pela UDN em face do governo do General Dutra que, por sua vez, participara também do golpe de Estado. A tese da adesão ao governo, defendida por Mangabeira, é vitoriosa sobre a proposta de intransigência liberal feita por Mello Franco que renuncia ao posto que ocupava na direção nacional deste partido. A UDN realizava assim o seu segundo, e definitivo, movimento para converter-se num partido liberal de direita.

## 2. - DEMOCRACIA E MOVIMENTO SINDICAL

Embora Vargas tentasse estimular a sindicalização em massa desde maio de 1943 e buscasse, ao mesmo tempo, ampliar e consolidar seu prestígio popular, isto não produziu até 1945 nenhuma alteração no estado de paralizia em que se encontravam os sindicatos. Mesmo em 1945, quando tornava-se público o processo de dissolução da ditadura, Vargas não tomou nenhuma medida de caráter positivo em relação à liberalização das atividades sindicais. Em todo o primeiro semestre de 1945, tomou uma única medida liberalizante e esta consistiu na eliminação de um entrave criado pelo proprio governo ao movimento sindical: foi suspenso em fevereiro o requisito, estabelecido em 1943, de que fosse ouvido o Ministério do Trabalho previamente à apresentação de dissídios pelos sindicatos. Parecia claro, portanto, que embora tivesse algum interesse na dinamização da vida sindical, Vargas não se mostrava disposto a soltar os controles além do que fosse estritamente necessário aos seus objetivos políticos.

Por outro lado, os comunistas também não pareciam dispostos a ir muito longe em suas atividades sindicais recém-iniciadas. Em realidade, não havia neste momento muita diferença entre sua política de cooperação de classes e a tradicional política de paz social para a qual foram criados os sindicatos oficiais no Estado Novo. Deste modo, não se dispõem a colocar em debate o problema do caráter geral da estrutura sindical oficial, mas tentarão introduzir nelas algumas reformas no sentido de conferir-lhes maior eficácia e de faci

litar sua própria participação. É portanto para complementar a organização sindical oficial, demasiado rígida e que ademais não controlavam, que os comunistas fazem o primeiro ensaio de formação de uma "organização paralela" e impulsionam o primeiro esboço da estrutura dual que o sindicalismo brasileiro virá a ter nos anos 50 e 60. Cria-se, então, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT).

Do mesmo modo que as "organizações paralelas" dos anos 50 e 60, o MUT era uma organização inter-sindical de cúpula, através da qual o P.C. tentava agrupar e coordenar os dirigentes sindicais próximos à sua influência ou com os quais pudessem aliar-se. Nas condições políticas de 1945 e tendo em conta a política do P.C. de apoio ao governo, é bem provável que o número destes sindicalistas fosse bastante elevado. Segundo Jover Telles, participaram da fundação do MUT cerca de 300 dirigentes sindicais de 13 Estados do país. Entre seus objetivos iniciais se incluiam reivindicações de liberalização das leis sindicais, expurgando-as dos dispositivos anti-democráticos da época da ditadura, extensão da legislação sindical ao campo, melhoria da previdência social, etc. (1). Outro dos objetivos iniciais do MUT era o de "lutar pela eleição de direções sindicais unitárias" (2), o que sugere que não apenas os comunistas não estavam interessados em confrontar suas forças com os "pelegos" formados durante o Estado Novo como buscavam formar alianças com eles.

---

(1) Jover Telles, O Movimento Sindical no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962, pág. 39.

(2) Jover Telles, op.cit., pág. 39.

II.30

Apoiados nesta organização inter-sindical, que já se inicia em escala nacional, os comunistas promoveram nos primeiros meses de 1945 uma campanha de sindicalização em massa e, ao que parece, obtiveram algum êxito (1). Desde o início, portanto, o MUT cumpria as funções típicas das "organizações paralelas" de dar vida à estrutura sindical oficial, que a ditadura criara mas que não fora capaz ou não tivera interesse em fazer funcionar.

Apesar do que a campanha de sindicalização pode sugerir, os objetivos centrais do MUT em 1945 eram, em realidade, menos de caráter sindical do que de caráter político. A própria campanha de sindicalização, renovando uma diretriz lançada pelo governo com vistas às eleições corporativas, não deixava de ter também sua significação política. Contudo, os objetivos propriamente políticos desta organização inter-sindical virão a definir-se pouco depois em julho, com a campanha pela Constituinte, que vai dar início à etapa de ascenso do movimento "queremista". É então que começam os comícios e manifestações que, envolvendo um número sempre maior de sindicatos, deverão culminar na grande manifestação programada para o dia 27 de outubro, cuja proibição foi o estopim para o desencadeamento do golpe de Estado.

Paralelamente ao desenvolvimento das funções políticas do MUT, os comunistas passam a pressionar o governo de maneira mais definida no sentido de obter reformas na es-

(1) Os dados sobre a sindicalização nesta época são tão duvidosos quanto em qualquer outra. Limito minha observação à campanha de sindicalização e aos dados apresentados, dispersamente, por várias notícias que se podem encontrar na Tribuna Popular.

trutura sindical. Assim, em julho, a orientação do MUT com referência a estes objetivos ficará especificada em quatro pontos: (1) soberania das assembléias, ou seja, eliminação do dispositivo legal que tornava obrigatória a presença, nas assembléias sindicais, de um representante do Ministério do Trabalho; (2) eleição e posse dos eleitos sem depender da aprovação do Ministério; (3) autonomia administrativa, ou seja, eliminação dos controles do Estado sobre a aplicação dos fundos dos sindicatos; (4) eliminação do requisito legal da padronização dos estatutos dos sindicatos (1). Os dois primeiros itens serão atendidos pelo governo, embora isto só venha a ocorrer em outubro (2).

Os dois restantes, porém, permanecerão para confirmar que realmente pouca coisa mudara na estrutura do sindicalismo oficial. Houvera, por certo, uma liberalização que respondia a necessidades políticas da conjuntura vivida pelo governo. Mas permanecia o essencial: Vargas, naquele momento, do mesmo modo que qualquer dos governos que vieram depois dele, não cederia de bom grado nos meios de controle

(1) Ver apelo dirigido ao Presidente da República por dirigentes sindicais do Distrito Federal, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ceará, Bahia e Sul Fluminense. Cf. Tribuna Popular, 01/07/1945.

(2) Pelo Decreto 8.080, de 11.10.1945, o governo altera o artigo 532 da C.L.T. que fazia depender a posse das diretorias eleitas de autorização do Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo, altera a letra c do artigo 555 que determinava a cassação da carta de reconhecimento da entidade sindical "que não obedecer às normas emanadas das autoridades corporativas competentes ou às diretrizes da política econômica ditadas pelo Presidente da República, ou criar obstáculos à sua execução". Segundo o Decreto 8.080, cai a parte inicial do dispositivo, ficando porém o referente aos obstáculos à execução da política econômica. Cf. Evaristo de Morais Filho, op.cit., pág.280-281 e Cesarino Junior, Consolidação das Leis do Trabalho, Livraria Editora Freitas Bastos, 1943, pag. 365.

administrativo e financeiro que constituiam precisamente os mecanismos básicos da subordinação dos sindicatos ao Estado, Estaria, porém, o MUT disposto a quebrar lanças pela autonomia administrativa e financeira dos sindicatos?

O controle exercido pelo Estado sobre a administração, especialmente sobre a aplicação do dinheiro dos sindicatos, era de certo modo a contrapartida inevitável do Imposto Sindical. Se o Estado transferia ao sindicato uma renda obtida por meio da capacidade de tributação do poder público, como poderia renunciar ao controle sobre sua aplicação? O Imposto Sindical, desde que foi estabelecido em 1940, constituiu-se na condição fundamental da dependência dos sindicatos. Não deixa de ser significativo, portanto, que o MUT reivindicasse a supressão dos controles mas não dissesse palavra sobre a eliminação do Imposto. Subordinado à política comunista de apoio ao governo, o MUT pretendia maior autonomia para os sindicatos, porém sem tocar naquilo que constituia a explicação básica de sua dependência.

Esta intenção de colaboração com o governo era explicitada sempre que algum sindicalista vinha a público para reivindicar autonomia. Por exemplo, em inícios de julho um representante do Sindicato dos Marceneiros do Rio presta declarações sobre o êxito da campanha de sindicalização em massa no seu setor e depois acrescenta: "Eis porque é premente para nós a liberdade sindical (...). Por essa liberdade entendemos - não o desligamento do Ministério do Trabalho - mas o respeito à soberania de nossas assembléias, o direito de escolhermos e empossarmos os nossos melhores companheiros

independentemente de homologação ministerial, a dispensa de apresentação de previsões orçamentárias, etc. Um sindicato, como o nosso, com uma gloriosa tradição na vida sindical brasileira, recrutando em pouco menos de tres meses 800 novos sócios, necessita da liberdade sindical, da autonomia administrativa para, mais eficientemente, cooperar com as forças progressistas de dentro e de fora do governo nas tarefas inadiáveis de nossa emancipação"(1). Um mes depois deste, vem outro exemplo, agora a propósito da posição assumida pelo governo brasileiro na Conferência de Chapultepec: "A mensagem que trouxemos", diz um representante do MUT, "é, em primeiro lugar, de apoio à atuação do atual Ministro Interino das Relações Exteriores na Conferência de Chapultepec e São Francisco e, em segundo lugar, de solidariedade às suas oportunas declarações por uma independência cada vez maior do movimento sindical brasileiro, independência que não significa ruptura com o Ministério do Trabalho, mas liberdade efetiva para as nossas organizações" (2).

Contudo, como poderia haver "liberdade efetiva" para os sindicatos sem desligamento do Ministério do Trabalho? Seria possível seguir enumerando os exemplos, todos à base desta mesma contradição. O que se buscava não era a autonomia das organizações em nome dos interesses da classe operária, que não poderia existir sem a liquidação da estrutura sindical vertical e corporativista e a criação de uma nova que a substituisse, mas um pouco mais de liberdade dentro da

(1) Tribuna Popular, 1/7/1945.
(2) Tribuna Popular, 1/8/1945.

estrutura existente para melhor servir aos interesses políticos do governo. Deste modo, os comunistas, a serviço de uma aliança política, começavam a realizar desde os primeiros meses de democracia no país, aquilo que Vargas imaginara como necessário à sua política mas que os seus "pelegos" pareciam incapazes de realizar, ou seja, a mobilização a serviço do governo dos sindicatos que até então tinham uma existência meramente assistencial e administrativa.

É necessário, contudo, não exagerar na avaliação do êxito obtido pelo MUT. A medida deste êxito está na diferença entre a movimentação sindical que conseguiu promover e a situação de paralizia em que se encontrava o sindicalismo na ditadura. Contudo, os sindicatos haviam sido liberados para fins muito definidos e dentro do estritamente necessário para cumprir suas funções dentro da aliança estabelecida entre os comunistas e o governo. Aliança política que definia para os sindicatos <u>funções políticas</u>, especialmente através do movimento da Constituinte. No âmbito desta aliança não caberia aos sindicatos representar os trabalhadores em suas <u>reivindicações econômicas</u>. Pelo contrário, o que lhes caberia seria antes controlar a emergência de tais reivindicações. Enfim, os sindicatos haviam sido liberados para apoiar o governo e não para criar dificuldades para a sua política de compressão salarial, em verdade tão rígida quanto na ditadura apesar de algumas pequenas concessões que, de resto, apoiavam-se também menos em razões econômicas do que em razões políticas.

Operava-se assim desde o início um processo de

inversão nas funções normais dos sindicatos. De associações que normalmente se definem primeiramente como de representação econômica e só secundariamente como de relevância política, os sindicatos brasileiros começavam a transformar-se em associações onde a ênfase maior seria dada à mobilização política que interessava ao governo, em detrimento de suas funções de representação dos interesses econômicos da classe operária. Mais ainda, assumiam eles a função adicional de controlar, e onde isto não fosse possível, reprimir as reivindicações econômicas.

Este era, pois, um novo ponto de coincidência entre os interesses políticos do governo e do P.C. que nestes anos definia para a classe operária, e em nome da democracia, uma política de "apertar o cinto". Nesta linha, os comunistas faziam com freqüência proclamações contra as greves e evitavam-nas tanto quanto possível, buscando sempre resolver os conflitos salariais através de apelos dirigidos diretamente ao governo (1). Poderia haver melhor estrutura sindical para

(1) Nos números da imprensa comunista até outubro são vários os apelos à ordem, manifestações contra greves e pedidos de dirigentes sindicais apresentados diretamente às autoridades. Cabe observar que os pedidos dirigidos às autoridades são evidenteménte mais frequentes quando se trata de empresas vinculadas a serviços de utilidade pública. É interessante notar, a propósito, a relativa facilidade com que Vargas cedeu aos apelos dos comunistas no sentido de que o direito de sindicalização fosse estendido às autarquias marítimas e portuárias. O jornal Tribuna Popular registra, no dia 9 de agosto, pela primeira vez, a existência de um memorial dos portuários ao Presidente da República e já no dia 22 do mesmo mes publica um agradecimento: "Mostrou-se o governo - é de justiça reconhece-lo - sensível a essa reivindicação que os mais prestigiosos líderes da classe trabalhadora, com Luiz Carlos Prestes à frente, inscreveram como uma das mais sentidas aspirações do movimento sindical brasileiro". Cf. Tribuna Popular, 9 e 22 de agosto de 1945. Teria Vargas, já em 1945, percebido o papel que deveriam assumir os setores sindicais vincula-

levar à prática esta concepção de ação reivindicativa da classe operária que a estrutura sindical concebida pela ditadura no espírito do corporativismo fascista?

Em ambiente democrático e organizados através de um partido, os comunistas eram certamente mais eficazes que os "pelegos". Foram deste modo, por algum tempo, capazes de mobilizar setores da classe operária para o movimento da Constituinte, ao mesmo tempo em que mantinham sob controle as reivindicações econômicas. Contudo, também eles terão que enfrentar suas dificuldades quando, através de suas reivindicações econômicas, a classe operária transborda, nos primeiros meses de 1946, os limites até então estabelecidos para o jogo.

Mas se a eficácia dos comunistas veio a revelar-se limitada no plano econômico, qual teria sido sua eficácia real no plano político das atividades sindicais? É sabido que a campanha da Constituinte produziu grandes manifestações de massa, as quais chegaram ao ponto de atemorizar os liberais e alguns setores militares com a perspectiva de uma repetição de 1937. Além disso, aparecia, pela primeira vez, na história brasileira, o fantasma da "república sindicalista" que deveria assustar os grupos de direita em todos os momentos de crise do período democrático. Mais ainda, o P.C. desde que efetivara sua aliança com Vargas parecia cada vez mais

---

dos a empresas públicas ou vinculados a serviços de utilidade pública no desenvolvimento do sindicalismo populista? O mesmo se pode perguntar em relação aos comunistas que vão insistir, em seu programa eleitoral de fins de 1945, na necessidade do apoio do governo aos sindicatos, inclusive das empresas autárquicas.

firme em seus propósitos e apenas dez dias antes do 29 de outubro Prestes teve oportunidade de reafirmar a disposição dos comunistas de apoiar o governo contra os golpes "salvadores" (1). Contudo, a posição dos comunistas em face do golpe de Estado não deixa de ter seus aspectos surpreendentes. Ao que se sabe, a única tentativa de greve em favor de Vargas teria ocorrido na Light do Rio de Janeiro, tentativa feita porém por Segadas Viana, então funcionário do Ministério do Trabalho, e frustrada precisamente pela oposição dos comunistas(2). O MUT só veio a público depois de passado o temporal e ainda assim para recomendar calma ao meio operário (3). Que teria ocorrido com os comunistas? Teriam sido apanhados de surpresa ou teriam entendido à última hora que o destino dado a Vargas era inevitável? Minha hipótese é que não pensavam realmente em conflitos deste gênero quando diziam que se dispunham a apoiar o governo contra o golpe de Estado. Seria compatível com sua política de "ordem e tranquilidade" tomar a defesa de um governo já deposto? Qualquer que seja a interpretação que se proponha, o fato é que o P.C. começou rapidamente a preparar-se para apoiar o novo governo (4). O 29 de

(1) Cf. Tribuna Popular, 19/10/1945.

(2) Cf. Tribuna Popular, 2/11/1945 e Diário da Assembléia Legislativa, 11/5/1946, pág. 1684.

(3) Cf. Folha da Manhã, 2/11/1945.

(4) Cabe mencionar de passagem a interpretação dos acontecimentos apresentada pelo dirigente comunista e Presidente do MUT, João Amazonas. Não tenho elementos para saber até que ponto é representativa da visão que os comunistas se formaram dos fatos. De qualquer modo, o menos que se pode dizer é que é extremamente inconsistente: "Os sindicatos operários levantaram com energia a bandeira da Assembléia Constituinte. 57 sindicatos do Rio convocaram um grande comício exigindo a Constituinte. Mas sobreveio o golpe dos generais reacioná-

outubro no Brasil não seria uma repetição do 17 de outubro na Argentina.

No primeiro mes do governo Linhares, os comunistas continuam suas atividades na mesma orientação que vinham seguindo desde inícios de 1945, embora dedicando aparentemente mais energia que antes aos seus objetivos propriamente sindicais. Com a queda de Vargas e com a proximidade das eleições programadas para 2 de dezembro, é abandonado o tema da Constituinte, que fôra até então o centro das atividades do MUT. O MUT passa então a desenvolver um amplo programa de preparação de reuniões e congressos sindicais com vistas à formação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (C.G.T.B.), objetivo que se tornará dominante em suas atividades até setembro de 1946. A ênfase na idéia da formação da C.G.T.B. não implica, porém, qualquer alteração na política sindical dos comunistas que continuam como antes voltados pa-

---

rios que, como o denunciamos oportunamente, foi dirigido contra o Partido Comunista e a classe operária. E o comício foi proibido. Muitos sindicatos foram fechados. Em frente à sede do Partido Comunista foram postados 200 tanques de guerra e metralhadoras de grosso calibre. Mas a classe trabalhadora e os comunistas não responderam às provocações. Lutaram pacífica e resolutamente contra o golpe e as tentativas de greve e assim a situação se foi modificando e os reacionários retrocedendo de seus primitivos intentos". Cf. Tribuna Popular, 12/7 12/1945. Se os "generais reacionários" tivessem dado o golpe contra o Partido Comunista, por que não teriam usado seus "200 tanques de guerra e metralhadoras de grosso calibre" para fechar sua sede e proibir seu funcionamento? É incrível imaginar que os generais tenham retrocedido porque os comunistas "não responderam às provocações" e lutaram pacificamente "contra o golpe e as tentativas de greve". Talvez fosse mais razoável admitir que, afinal de contas, o golpe foi dado contra Vargas e que os comunistas, além de protegidos pelos acordos internacionais, eram um dado realmente secundário na preocupação dos generais e das forças políticas dominantes no momento.

ra a reforma da estrutura sindical oficial (1) e buscando aproximar-se do Ministério do Trabalho do governo Linhares, do mesmo modo como haviam feito em relação ao governo Vargas e como tentarão fazer em relação ao governo Dutra. Mais ainda, o programa eleitoral dos comunistas chega ao extremo de reivindicar a colaboração do governo para a sua política sindical. Um dos itens do programa eleitoral diz o seguinte: "Pela ajuda decidida do governo à organização sindical do proletariado, inclusive empresas autárquicas, a fim de que unifique nacionalmente suas forças numa grande Confederação Geral" (2). Levando às últimas conseqüências sua política anterior, chegavam assim os comunistas aos limites do absurdo político. Queriam nada menos que o Estado os ajudasse a organizar uma central operária!

---

(1) Notícias sobre o projeto de formação da C.G.T.B. começam a aparecer imediatamente depois de 29 de outubro e continuarão pelos meses seguintes. A C.G.T.B. aparece mencionada como o 5º ponto do 1º Congresso Sindical dos Trabalhadores de São Paulo que o MUT, aliado a um número de sindicatos e associações, estava começando a preparar. Os demais pontos do Congresso repetem a temática anterior de reforma da estrutura sindical oficial: 1) liberdade e unidade sindical: por um enquadramento sindical mais eficaz e mais prático; 2) aperfeiçoamento da legislação trabalhista, tornando-a extensiva ao campo; 3) melhoria da previdência social; 4) padrão de vida: por um salário compatível com as necessidades e extensão do salário mínimo ao campo. Cf. Tribuna Popular, 2/11/1945.

(2) Os demais itens do programa eleitoral dos comunistas que se referem aos sindicatos são os seguintes: item 5 - "Pela efetiva aplicação da legislação trabalhista sob o controle dos próprios interessados organizados em seus sindicatos realmente livres e autônomos. Ampliação da Justiça do Trabalho e imediata substituição dos juizes que não foram livremente eleitos"; item 6 - refere-se à extensão da legislação trabalhista ao campo. O item mencionado no texto é o de número 7. Os grifos do texto são meus (F.C.M.). Cf. Tribuna Popular, 14/11/1945.

Continua também a política de "ordem e tranquilidade" que ainda depois das eleições de 2 de dezembro deveria fornecer argumentos para que o P.C. (1) tentasse conter as reivindicações econômicas dos trabalhadores. Se até a queda de Vargas os comunistas insistiam em que os operários deviam "apertar o cinto" em nome da Constituinte, insistirão depois em que o fizessem em nome das eleições e depois que estas se realizam usarão a idéia da C.G.T.B. e, depois ainda, a campanha pela abolição da Carta de 37. Se os operários foram chamados antes a "apertar o cinto" para que viesse a democracia, deveriam apertá-lo ainda mais para consolidá-la.

Contudo, depois das eleições de 2 de dezembro começa a mudar o quadro de relativa paz no movimento operário tanto da parte da classe operária quanto da parte do governo. Os novos argumentos dos comunistas, agora separados de Vargas e dos "queremistas", parecem revelar-se pouco eficazes para controlar uma classe operária mantida durante quase uma década sob uma rigorosa política de compressão de salários (2)

---

(1) Observe-se, en passant, que a visão comunista da "ordem e tranquilidade" não era muito diferente da tradicional concepção conservadora da "paz social". A propósito, é curioso ler o artigo de Pedro Motta Lima na Tribuna Popular em que se tecem elogios à Carta da Paz Social preparada numa reunião da Associação Comercial. Na época, o Presidente da Associação era João Daudt de Oliveira que, como se sabe, era amigo pessoal de Vargas. Cf. Tribuna Popular, 2/11/1945.

(2) Constitui uma indicação do rigor da política de compressão salarial durante o Estado Novo esta informação que aparece numa proclamação dos Sindicatos dos Trabalhadores Marceneiros, Metalúrgicos, Chapeleiros e na Indústria da Borracha de São Paulo e dos Sindicatos dos Trabalhadores em Construção Civil e Metalúrgicos de Santo André: "Recente estatística, bem conhecida por todos nós, demonstra que o custo-de-vida aumentou, de 1939 a 1943, de 120% ao passo que os salários e ordenados sofreram uma majoração de apenas 10%". Cf. Folha da Manhã, 19/10/1943.

que via surgir agora sua oportunidade no cenário de otimismo democrático do fim da guerra e do fim da ditadura.

Segundo me parece, constitui um indicador da capacidade de controle da aliança entre Vargas e os comunistas o fato de que tenham sido bem poucas as greves havidas entre abril e outubro de 1945. A crer nas informações da imprensa, não chegaram a mais de 8, somados os casos de São Paulo e Rio, não obstante os inúmeros dissídios propostos e as muitas reclamações apresentadas contra empresas que não cumpriam os acordos salariais. Em novembro, mes de campanha eleitoral em todo o país, o número de greves continua pequeno. É em fins de dezembro que o dique se abre com a greve do abono de Natal do pessoal de energia elétrica que, alcançando imediatamente uma escala nacional, deverá atuar como um detonador para o movimento operário em todo o país. É assim que, se o ano de 1945 registra apenas 12 greves, os dois primeiros meses de 1946 somarão mais de 60, indicando um nível de ascenso do movimento operário que, embora momentâneo, só será ultrapassado nos anos 60. Depois de quase uma década de ausência, o movimento operário ressurgia assim com as aparências de uma explosão que deverá provocar reações em todo o sistema político, a começar pelos comunistas e pelo Governo. Os primeiros passarão de uma posição francamente contrária às greves a uma posição ambígua de tolerância. O segundo passará da tolerância à repressão.

A mudança dos comunistas vem em janeiro, pouco antes da greve nacional dos bancários, e foi provavelmente suscitada por seu fracasso ante os trabalhadores em energia e

II.42

létrica os quais vinham tentando conter desde o período pré-eleitoral. Depois de haverem frustrado a greve da Light do Rio no dia da deposição de Vargas, os comunistas conseguem manter o controle nos dois meses seguintes. É assim que em novembro uma nova tentativa de greve nesta empresa suscita uma nova proclamação do MUT do Distrito Federal em que esta organização reafirma sua posição sobre as greves em geral. Nas circunstâncias políticas do país, as greves seriam "estimuladas por elementos ligados às forças reacionárias e ao capital estrangeiro colonizador (que) pretendem criar novamente um ambiente de confusão propício à desordem, com o intuito, agora, de prejudicar a realização de eleições pacíficas, livres e honestas no próximo 2 de dezembro". Nesta época de eleições, "a desordem, as greves e as perturbações só favorecem aos fascistas, inimigos declarados do proletariado e do povo". "Por isso, o MUT Metropolitano repete sua palavra de ordem aos trabalhadores: (...) comparecer ao trabalho mesmo que agentes provocadores tentem afastá-lo de suas atividades; apertar mais o cinto e esperar um pouco, até que, consolidada a vitória da democracia e dentro de seus órgãos próprios, seus anseios e reivindicações sejam normalmente alcançados" (1). Ainda em meados de dezembro, um dirigente do MUT na Light reafirmava a mesma orientação. Referindo o acordo sobre o abono de Natal rompido pela empresa, acrescenta: "não podemos, porém, aceitar as provocações dos nossos inimigos que querem a todo momento, lançar os operários em aventuras" (2). Era época em que o

(1) Cf. Tribuna Popular, 25/11/1945.
(2) Cf. Tribuna Popular, 12/12/1945.

MUT se empenhava na realização dos congressos preparatórios do lançamento da C.G.T.B. e as tentativas de greve apareciam como um elemento de perturbação indesejável.

Não obstante, o movimento da Light do Rio veio e foi vitorioso, suscitando de imediato uma série de greves do pessoal de energia elétrica em todo o país reivindicando o cumprimento do acordo estabelecido no Rio. Levados de roldão pelo movimento reivindicatório, os sindicalistas do MUT não deixaram, porém, de tomar parte nele (1) começando a esboçar-se, assim, a fórmula que os comunistas deveriam adotar a partir da greve nacional dos bancários. Farão o possível para evitar as greves mas não deixarão de participar quando venham a revelar-se inevitáveis. Até lá, porém, mantêm sua posição contrária às greves. Ainda em janeiro, quando os movimentos grevistas já espoucavam em todo o país, "desmascaram" uma "manobra grevista" entre os marítimos do Rio (2). É neste espírito que uma reunião da cúpula do P.C. realizada também em janeiro no Rio realizou o balanço de suas atividades nos últimos quatro meses: teria aumentado a sindicalização, crescido a unidade do movimento sindical, surgido um ambiente mais favorável para a formação da C.G.T.B., do mesmo modo teriam surgido muitas uniões sindicais novas e os comunistas teriam ganho muitas eleições sindicais. Tudo, portanto, encaminhava à reafirmação da política que vinha desde o governo Vargas: os problemas que surgem na área operária "só podem ser resolvi -

(1) Veja a descrição de José Maria Crispim sobre a greve da Light em São Paulo, no Diário do Poder Legislativo, págs. 256-259.

(2) Cf. Tribuna Popular, 5/1/1946.

dos com ordem e tranquilidade" (1).

Não obstante, as coisas não pareciam caminhar de acordo com as previsões do P.C. e se tornarão de fato cada vez mais difíceis para este partido. Por uma parte, este partido se demonstrava incapaz de conter os ímpetos reivindicatórios da massa operária não apenas porque seus argumentos pareciam agora menos eficazes junto à classe operária, como também porque não encontrava no governo Linhares ou no governo Dutra a mesma receptividade e confiança que Vargas lhe havia concedido desde julho de 1945 e que lhe havia permitido encaminhar muitos dos dissídios por meio de apelos diretos às autoridades, agindo assim sobre as bases de um compromisso em que a boa vontade do governo desempenhava um papel fundamental. Por outra parte, para os governos Linhares e Dutra a classe operária não tinha nenhuma importância especial, senão como problema ou mesmo como adversário potencial. Deste modo, a sua atitude diante das greves tenderá rapidamente para a repressão que, evidentemente, não poderia discriminar entre os operários grevistas, o MUT e os commistas, quaisquer que fossem suas respectivas opiniões sobre a justeza das greves. Em realidade, nenhuma das declarações de boa vontade do MUT e dos comunistas parecia, neste particular, suficiente para conquistar uma atitude correspondente por parte do governo. Se ambos se proclamavam organizações representativas do operariado, como admitir que fossem incapazes de mantê-lo sob controle no âmbito de sua própria política? Quem senão o MUT e os comunistas deveriam ser considerados responsáveis pelas gre-

(1) Cf. Tribuna Popular, 11/1/1946.

ves? Assim, a partir dos acontecimentos de 30 de dezembro na greve da Light em São Paulo, a repressão, que de fato já começara em novembro, alcançará o padrão a ser seguido pelas autoridades nos meses seguintes em que deverá atingir diretamente o MUT, o P.C. e os sindicatos (1).

É portanto, a partir de uma pressão que vem tanto do lado da classe operária quanto do lado do governo, que os comunistas mudam sua posição em relação às greves. Pouco antes do movimento dos bancários, declaram que "greve não é desordem" (2). Desordeiros são aqueles empresários e setores do governo que se recusam a atender ou não atendem em tempo as reivindicações dos trabalhadores, criando assim condições para a ocorrência de greves. Deste modo, se até então as greves eram vistas pelos comunistas como "provocação", agora passarão a ser vistas como um "direito dos trabalhadores". Mantendo, não obstante, sua política de "ordem e tranquilidade", o P.C. defenderá a greve como um "direito" mas ao mesmo tempo insistirá em transferir a responsabilidade pela ocorrência de greves para os empresários e para "setores do governo". Posição sutil e difícil. Se considerava a greve realmente como um "direito dos trabalhadores", por que insistia tanto este partido - que se considerava o partido dos trabalhadores - em declarar-se não responsável pelo seu exercício? Em realidade, nos termos da orientação política seguida pelos comunistas, a greve era vista não precisamente como um direito, mas como um mal que já não se podia evitar e para o qual era sempre neces

(1) Cf. Tribuna Popular, 30/12/1945.
(2) Cf. artigo de Pedro Pomar, Tribuna Popular, 24/1/1946.

sário encontrar responsáveis. É inteiramente evidente que nem os empresários nem o governo poderiam aceitar esta responsabilidade.

O governo Dutra, empossado em 1º de fevereiro, reagiu de maneira imediata diante da maré crescente do movimento operário. Em 16 de março, através do Decreto 9.070, regulamentou o "direito de greve", que era ainda matéria de deliberação na Constituinte, em tais termos que praticamente qualquer greve poderia ser considerada ilegal sempre que o governo tivesse interesse nisto. Conferindo ao governo um poder discricionário no julgamento da legalidade das greves só inferior à proibição pura e simples que constava da Constituição de 1937, não é sem razão que o dispositivo legal foi mantido, apesar de sua duvidosa constitucionalidade, por todos os governos que se sucederam no país até 1965.

## 3 - AUTORITARISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO

A instalação do governo Dutra foi de fato o começo do fim para o movimento de ascenso que se havia registrado no movimento operário em janeiro e fevereiro de 1946. Decidido a por um ponto final às greves, o novo governo não teve dúvidas em usar as prerrogativas que lhe haviam sido legadas pela ditadura para o controle dos sindicatos e da classe operária. Apoiado inicialmente nos dispositivos repressivos da C.L.T. e depois no Decreto 9.070, o governo retomou a prática das intervenções sobre os sindicatos que se solidarizassem com as greves. Mais ainda, no desejo de estancar o pro-

cesso de participação dos comunistas nas direções sindicais, decidiu em 26 de março suspender por um ano as eleições sindicais e prorrogar por igual prazo os mandatos das diretorias então em funções (1). Começava, pois, a desmoronar o esboço de sindicalismo populista construído sobre o compromisso entre Vargas e os comunistas.

A instalação do novo governo era também o começo do fim para os sonhos liberais de uma democracia livre das inovações da ditadura. Tendo sido eleito para a Presidência com apoio no prestígio popular de Vargas, o antigo Ministro da Guerra do Estado Novo terá na Constituinte o apoio da maioria dos deputados agrupados em torno dos dois partidos criados por Vargas ao fim da ditadura: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Assim, se o novo governo se instaura com a preocupação de restabelecer a ordem perturbada pelos movimentos grevistas, não lhe faltará a maioria parlamentar tanto para a sua defesa diante das críticas da oposição, como também para a definição das normas de caráter constitucional necessárias neste período de transição institucional. É assim que uma das primeiras medidas da Constituinte foi o reconhecimento, contra a opinião da UDN e do P.C., da Carta de 37 até que fosse elaborada a nova Constituição. Não poderia ser mais clara a presença do espírito autoritário do Estado Novo definindo os limites para a emergência da democracia da Constituição de 1946 e é sob o signo do autoritarismo que serão definidas as normas constitucionais sobre os direitos sociais.

(1) Cf. Diário da Assembléia, pág. 1.685.

O PSD e o PTB, formados com as forças políticas em que se apoiava o Estado Novo, trarão para a Constituinte a ideologia estatista, autoritária e paternalista na qual foram formados e garantirão a transferência para a nova Carta de boa parte dos princípios constitucionais que permitirão ao governo Dutra manter os instrumentos de controle criados pela ditadura e que depois serão incorporados à estrutura do Estado brasileiro. Apoiados numa ideologia que vinha tendo uma expansão vitoriosa desde os anos 30, o PSD e o PTB representavam algo mais do que a vontade do governo no parlamento. Representavam igualmente uma "ideologia de Estado" (1) que não era exclusividade sua mas que penetrava também a UDN e o P.C., debilitando e confundindo suas tentativas de oposição. Embora a UDN estivesse nestes anos em sua melhor época liberal, ela já se debatia internamente entre o liberalismo clássico individualista e as frágeis tendências a um liberalismo moderno de tipo pluralista e voltado para as reformas sociais, representadas por Virgílio de Mello Franco. Predominando a primeira orientação, o liberalismo da UDN se esterilizava num puro jurisdicismo incapaz de resistir aos sentimentos que já se dirigiam para a adesão ao governo, preparando a aliança com Dutra que deverá estabelecer-se um ano e pouco depois. Quanto ao P.C., a situação era ainda mais paradoxal: partido supostamente marxista e supostamente operário, ele via recusadas suas tentativas de colaboração com o governo e praticamente se imobilizava no âmbito de uma política de "ordem e tranquilidade" que, por outra parte, já não lhe oferecia nenhuma

(1) A expressão é de Bolivar Lamounier.

alternativa.

É neste contexto político que vem a prevalecer na Constituinte uma visão dos problemas sociais que era típica do Estado Novo. Ao reconhecer a influência liberal presente na Constituição como de origem externa, Pontes de Miranda diz bem do autoritarismo então dominante neste seu comentário ao dispositivo constituiconal que assegura o direito de greve: "O artigo 158 da Constituição de 1946 foi (...) resultado da vitória dos povos aliados. Sem ela, prevaleceria o pensamento que tivemos a coragem de denunciar em 1933: o da proibição da greve, que estava à base dos movimentos "libertadores" de 1930 em diante (...)" (1). Contudo, esta influência externa que Pontes de Miranda menciona para explicar com acerto aspectos liberais da conduta dos legisladores em face do direito de greve, era certamente percebida por muitos destes como uma interferência perturbadora que,afetando a ordem das relações sociais no país, chegava a determinar a conduta da classe operária. Não eram poucos os que, construindo uma visão rósea e equilibrada da ordem no Estado Novo, viam na Conferência de Chapultepec - que estabelecia o direito de greve entre os países latinoamericanos - a causa dos movimentos grevistas no país. É indicativo deste tipo de percepção ideológica um relatório da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Constituinte: "De 1937 até fins de 1944 e princípios de 1945, a série de reivindicações sociais atendidas pelo Governo, a ação do Governo por meio das organizações

(1) Pontes de Miranda - Comentários à Constituição de 1946, S. Paulo, Ed. Max Limonad, 1953, 2ª ed., Vol. V., pag. 89.

sindicais e a autoridade de árbitro em que se colocara o Estado com os dissídios coletivos, conseguiram deter as explosões grevistas, se bem que permitindo, facilitando e até impondo, em certos casos, elevação de salários". Vinha depois a influência externa como causadora das greves: "Depois da Conferência de Chapultepec, tiveram início, em grande estilo, as greves no Brasil" (1).

Se o governo e os partidos governistas viam nas greves uma ameaça à ordem, o P.C. tratava de defender senão as greves, pelo menos o direito de greve. Mas a partir da incômoda posição política em que se encontrava, não poderia fazê-lo senão no mesmo campo de debate estabelecido pelos conservadores. Como se faltasse à sua visão das relações sociais qualquer outro apoio para estabelecer os fundamentos de legitimidade do direito que reivindicavam, os comunistas usavam como um de seus grandes argumentos precisamente a Conferência de Chapultepec e os compromissos então assumidos pelo governo brasileiro.

Quando tratam de esboçar uma análise das relações sociais para apoiar seus argumentos, a emenda fica realmente pior que o soneto: "A greve é um direito do proletariado" (...) "...lutar por melhores salários, por um nível de vida digno é, na verdade, nos dias de hoje, lutar por ordem e tranquilidade, pela eliminação prática da causa fundamental e primeira do descontentamento popular (o texto refere-se à miséria popular), habilmente explorado pelos reacionários e fas

(1) Cf. Diário da Assembléia, 4/9/1946.

cistas que querem a guerra civil e a volta do regime de 1937" (1). A defesa feita pelos comunistas não podia, evidentemente, deixar de dar razão ao governo e à maioria parlamentar. Enfim, se a defesa da greve não encontrava melhores argumentos que um acordo internacional (que o governo brasileiro firmara por vontade própria, embora de maneira relutante, e que podia, portanto, romper quando bem lhe aprouvesse) e que uma política da ordem, por que não deveria a maioria assegurar que o direito à greve fosse regulamentado como queria o governo em nome da ordem? Mais ainda, se a miséria da massa popular pode ser "habilmente explorada pelos reacionários e fascistas" não poderia ser explorada também pelos comunistas? Haveria alguma força política no país mais interessada em "ordem e tranquilidade" que o governo, que instituiu o Decreto 9.070, e a maioria parlamentar que o apoiava na Constituinte?

Partido da ordem, porém combatido pelo governo, a posição do P.C. na Constituinte era realmente das mais penosas. Já submetidos em várias partes do país a uma severa repressão, os comunistas buscavam desesperadamente oferecer provas de boa vontade ao governo. Assim, a propósito da repressão havida contra o MUT no mes de março, João Amazonas de novo négava qualquer responsabilidade dos comunistas pelas greves e declarava sua intenção de apoio ao governo "porque sentimos que sem o apoio de todas as camadas populares jamais

(1) Os grifos são meus (F.C.W.). O texto, da Comissão Executiva Nacional do P.C., acrescenta a seguir um ataque aos "queremistas", aliados da véspera, dizendo: na "luta contra o monstrengo de 1937, devem ser desmascarados todos os traidores, muito particularmente aqueles que se dizem "trabalhistas" e ainda tentam enganar o povo com os restos da demagogia getulista ou queremista". Cf. Diário do Poder Legislativo, pág. 330.

se poderá governar o Brasil e levar nossa pátria para dias mais felizes" (1). No mesmo mes, já iniciada a campanha de opinião pública que deveria resultar na cassação do registro do P.C., Prestes insistia em sua disposição de apoiar o gover no que estaria sendo empurrado para a reação e declarava: "é contra a nossa vontade que atacamos o governo" (2). É na mes ma linha que viria a manifestar-se, em maio, o representante comunista Oswaldo Pacheco em discurso que pronunciou sobre a greve dos estivadores de Santos em protesto contra Franco. No va oportunidade para um ataque à repressão, no caso sob a res ponsabilidade do Ministro do Trabalho, e para a apresentação de uma nova oferta de colaboração ao governo: "são os falsos democratas que estão perturbando o governo, impedindo que es- te resolva os problemas que afligem o povo" (3).

É, porém, no debate sobre a Justiça do Traba- lho, menos afeto às circunstâncias políticas do momento, que se pode perceber mais claramente as orientações ideológicas em confronto na Constituinte. Comecemos por observar que o P.C. e a UDN, embora unidos nas discussões sobre o direito de greve e sobre o direito de associação sindical, separam-se para defender, o primeiro, a tese da justiça paritária, e o se gundo, a tese da justiça togada. Insistindo embora em argu- mentos de natureza liberal que buscavam retirar do Estado pe- lo menos parte de seus poderes de intervenção sobre as rela- ções de trabalho e eliminar o caráter corporativista das leis

(1) Cf. Diário do Poder Legislativo, pág. 378.
(2) Cf. Diário do Poder Legislativo, pág. 621.
(3) Cf. Diário da Assembléia, págs. 1682-1684.

sociais, a UDN parecia contudo não poder evitar as ressonâncias conservadoras do liberalismo juridiscista de período anterior a 1930 (1). Estavam os liberais desarmados de argumentos em face do espírito ao mesmo tempo conservador e anti-liberal que estabelecia a Justiça do Trabalho no quadro da Constituição de 1946 e que foi muito bem explicitado por Agamemnon Magalhães: "ou ela (a Justiça do Trabalho) se especializa dentro de sua jurisdição, dentro de sua própria natureza, dentro de suas funções, ou então, veremos no Brasil verdadeira revolução social. Se esses conflitos sociais existem, ou damos um remédio pronto para conciliá-los com a função normativa da Justiça, ou então os defensores da ordem jurídica privada despedem-se da ordem, da paz e da felicidade brasileira" (2). Os comunistas, por sua vez, não pareciam ter muitos reparos a fazer ao paternalismo autoritário representado pelo ex-Ministro do Trabalho e ex-Ministro da Justiça do Estado Novo e agora um dos líderes do PSD. Em realidade, suas idéias não apenas se desenvolvem dentro do mesmo padrão ideológico como são de fato mais claras pois, preferindo a argumentação política, reforçam a intenção governista e corporativista implícita na concepção autoritária: "A justiça do Trabalho só será eficazmente melhorada - faço justiça ao que já se tem conseguido - à proporção que o governo possa e queira prote-

(1) Sua defesa da Justiça do Trabalho como justiça togada foi entendida por muitos como uma interferência contra os direitos sociais, havendo quem acusasse os udenistas de defender a concepção segundo a qual "a legislação social criou a questão social". Cf. Polêmica sobre o discurso de Plínio Barreto, de abril. Diário da Assembléia, págs. 880 e 1175 e seguintes.

(2) Cf. Anais da Comissão da Constituição, vol. II, pág. 249.

ger realmente os interessados e necessitados dela" (1).

Os debates sobre a liberdade de associação sindical, em que faziam frente comum o P.C. e a UDN, evidenciam a mesma fragilidade e confusão por parte da oposição. Até então, os dois partidos pretendiam que a Constituição simplesmente declarasse que é livre a associação profissional ou sindical, excluindo portanto a parte complementar presente no artigo 159, segundo a qual a lei regularia a forma da constituição das associações, sua representação legal nas convenções coletivas e o exercício de funções delegadas pelo poder público. A parte complementar significava, de fato, uma limitação ao direito de associação já assegurado em outro capítulo da Constituição, e o caminho pelo qual o Estado se asseguraria o controle dos sindicatos. Contudo, poucos dias antes da votação do artigo os comunistas finalmente cedem e passam a pedir apenas, em troca de sua renúncia à tese da liberdade de associação sindical, que não se inclua no artigo a regulamentação da forma de constituição dos sindicatos, deixando passar a regulamentação da representação nas convenções coletivas e o exercício de funções delegadas pelo poder público. Pretendendo justificar o pouco que pediam, os comunistas voltaram como sempre à Ata de Chapultepec, do mesmo modo que aos argumentos conservadores da política da ordem: "Há, entre muitos dos srs. Representantes, prevenção de que o proletariado pretende arregimentar-se com o fito de perturbar a ordem pública. Ocorre exatamente o contrário. Quando proibimos que ele, através

(1) As palavras são de Caires de Brito. Cf. Anais da Comissão da Constituição, vol. II, pág. 256. Os grifos são meus (F.C.M.).

de seus sindicatos, adquira a necessária educação democrática para enfronhar-se com os complexos problemas do país, estamos, sem dúvida, fomentando a desordem, criando condições para que o proletariado procure em fontes que as que a lei lhe possa assegurar - a defesa de seus direitos" (1).

É inteiramente evidente que este tipo de concessão servia menos para atenuar os rigores autoritários da maioria do que facilitar-lhe a tarefa e desmoralizar a reivindicação de liberdade sindical. Neste sentido, é importante observar os debates na Constituinte para se perceber claramente que as idéias do Estado Novo sobre os direitos sociais tinham que prevalecer, não apenas pela pressão do governo sobre a maioria para que assegurasse a permanência de seus instrumentos de controle, como também pela incapacidade da oposição em resistir de maneira eficaz a uma "ideologia de Estado" que a fascinava e confundia. A rigor, nem a UDN nem o P.C. tinham nada de novo a oferecer como alternativa a esta ideologia, refugiando-se a primeira no liberalismo juridicista anterior a 30 como última e desesperada resistência às heranças do Estado Novo, enquanto que o segundo, descomprometido com os ideais liberais, tendia facilmente a abandonar suas proposições iniciais ou a dissolvê-las em compromissos com a ideologia dominante. Assim, os comunistas não foram capazes senão de uma defesa débil e confusa do direito de greve, identificaram-se com a ideologia dominante nos debates sobre a Justiça do Trabalho e terminaram por ceder tudo ou quase tudo no dispositivo sobre a liberdade de associação sindical.

(1) Cf. Diário da Assembléia, pág. 4429.

Para se compreender a posição assumida pelos comunistas na Constituinte há que reconhecer que sua permeabilidade à ideologia dominante vem precisamente reforçar as tendências que surgiam diretamente da política de reforma da estrutura sindical oficial e da busca, a todo custo, de uma aliança com o governo Dutra. Em realidade, é difícil saber o que terá sido mais importante, se os compromissos exigidos por sua política na conjuntura, se o fascínio que esta "ideologia de Estado" exercia sobre este partido que não podia deixar de evidenciar as influências "tenentistas" e nacionalistas de fundo pequeno-burguês que vêm dos anos 30 e que certamente se acentuam quando se submete à liderança de Prestes. Apesar da notória penetração conquistada nestes anos pelo P.C. junto à classe operária (1), penetração que tenderá a uma rápida decadência no período posterior até 1964, este partido se distanciava bastante dos tipos mais comuns de partidos operários. Como disse certa vez Otavio Mangabeira, o comunismo brasileiro era muito mais prestista do que propriamente comunista.

---

(1) Azis Simão analisou a penetração eleitoral do Partido Comunista e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na classe operária em comunicação sobre O Voto Operário em São Paulo, apresentada ao I Congresso Brasileiro de Sociologia (1955). Esta comunicação foi publicada depois pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 1, dezembro de 1956, Universidade de Minas Gerais.

Outra indicação sobre o caráter social do voto comunista pode ser encontrada na distribuição por Estado da representação do PCB à Constituinte. De fato, esta representação concentrava-se nos Estados mais urbanizados do País. De seus 15 deputados, 4 vinham de São Paulo, 2 do Rio de Janeiro e 3 de Pernambuco. Cf. Orlando Miranda, "Algumas Notas sobre a Origem dos Partidos Políticos Brasileiros na Segunda República", manuscrito, 1970, pág. 15.

Qualquer que seja a teoria que se venha a formar sobre o verdadeiro caráter social e ideológico do P.C., o fato é que a adesão deste partido às propostas da maioria sobre o direito de associação sindical não deveria surpreender quem quer que viesse observando a sua conduta real em face dos sindicatos oficiais e do Ministério do Trabalho. Desde quando se inicia o governo Dutra, os comunistas vinham mantendo a expectativa de uma colaboração do governo em seus projetos sindicais, colaboração aliás solicitada por seu programa eleitoral e, além disso, alentada por declarações do Ministro do Trabalho oferecidas à imprensa em meados de fevereiro (1). Não seria portanto possível aos comunistas nenhuma intransigência na Constituinte quando da votação, em agosto, do artigo 159, pela simples razão de que eles esperavam a participação do Ministro no primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, a ser realizado em setembro.

O governo, por sua parte, parecia apenas esperar o término dos trabalhos da Constituinte, também em setembro, para definir claramente sua posição em face do movimento sindical. Ponto culminante da série de reuniões públicas e congressos sindicais que vinham preparando o lançamento da C.G.T.B. com o beneplácito do Estado, o Congresso converteu-se, porém, no momento inicial da derrubada de toda a série de "organizações paralelas" que vinham se formando desde 1945. Embora o Ministro tivesse efetivamente comparecido à reunião

(1) Em fevereiro, os comunistas anunciaram que o Ministro do Trabalho prometera apoiar o Congresso dos Sindicatos do Distrito Federal que deveria realizar-se em março. Ao que parece a promessa não foi inteiramente cumprida, pois o referido Congresso foi reprimido pela polícia. Cf. Tribuna Popular, 14/2/1946 e 26/3/1946.

de instalação do Congresso, o governo não estava efetivamente disposto a patrocinar a formação de nenhuma central operária que viesse a pôr em risco a integridade dos controles do Estado sobre os sindicatos. O Congresso dissolveu-se, portanto, quando se discutia o último ponto do temário: os sindicalistas seguidores do Ministério queriam a permanência da estrutura sindical vertical e corporativista tal como definida pelas leis do Estado Novo; os comunistas e seguidores queriam a reforma da estrutura que consistia em acrescentar-lhe a C.G.T.B. substituindo o Conselho Nacional de Sindicalização e as Confederações específicas. Inconformados com a derrota em plenário, os "pelegos" abandonaram o recinto e se dirigiram ao Ministério solicitando que fosse fechado o Congresso (1). Assim, depois da ruptura vinha a repressão.

Iniciava-se assim um processo que deveria conduzir em 1947 à cassação do registro do P.C., à ilegalidade do MUT e da C.G.T.B., bem como à intervenção em algumas centenas de sindicatos. Era também o começo de um processo de congelamento das atividades sindicais que deveria durar até as novas eleições em 1950 (2). Terminava, portanto, a primeira tentativa de construção do sindicalismo populista que resultara do compromisso estabelecido entre os comunistas e o governo Var-

(1) Cf. Jover Telles, op.cit., págs. 266 e seguintes.

(2) Segundo Evaristo de Morais Filho, os sindicatos ficaram sem eleições desde 1946 a 1950, muitos dos quais sob intervenção. Além disso, para as eleições de 1950, o governo restabeleceu o "atestado de ideologia". Cf. Evaristo de Morais Filho, op.cit., págs. 291 e seguintes. Em junho de 1950, estariam ainda sob intervenção 234 sindicatos. Cf. Diário de Notícias, 13/7/1950, apud Philippe C. Schmitter, Interest Conflict and Political Change in Brazil, Stanford University Press 1971, pag.

gas em 1945. Estas duas forças políticas deverão esperar alguns anos mais até que uma conjuntura favorável lhes permita reencontrar-se em posição de poderem colaborar entre si.

# CAPÍTULO III

## 1950-1954: RENOVAÇÃO DO POPULISMO E EMERGÊNCIA DO SINDICALISMO POPULISTA

Os problemas que Vargas teve que enfrentar para garantir sua ascensão ao poder em 1950 não foram menos graves que aqueles que levaram à sua deposição em 1945. Seu direito à posse foi impugnado pela UDN que fez apelos públicos neste sentido, tanto aos tribunais como aos quartéis. A solução do problema foi favorável ao Presidente eleito que contava com o apoio do General Estillac Leal, então Presidente do Club Militar e líder da corrente nacionalista no Exército, e com a posição de neutralidade assumida pelo então Presidente da República e pelas Forças Armadas. Mas, a solução dada à questão da posse de Vargas não significava, necessariamente, uma garantia de sua permanência no poder (1). Em realidade, a crise apenas começava.

## 1 - A CRISE DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Embora vitorioso por larga margem em uma campanha eleitoral que se fizera em nome de uma política de industrialização e de justiça social, Vargas tentará nos inícios de seu governo seguir uma política de alianças com a direita.

(1) As Forças Armadas haviam sido consultadas quando dos contatos preliminares para o lançamento da candidatura Vargas. O General Goes Monteiro teria declarado a Vargas na oportunidade que "no seio das Forças Armadas não perduravam ressaibos ou idéias preconcebidas contra ele, nem elas se oporiam à sua posse no caso de eleito, desde que respeitasse, não só a Constituição, como os direitos imprescritíveis dos militares". Lourival Coutinho, O General Goes depõe... . Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 1955, p. 496. Em realidade, isto significava, como observa Skidmore, que a concordância dos militares em face da candidatura Vargas estava longe de ser incondicional. Ver Thomas Skidmore, Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964), Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969, p. 136.

Fosse porque reincidisse fora de época em suas antigas táticas de incorporar o adversário para controlar-lhe a ação, fosse porque temesse a possível influência da UDN nas Forças Armadas e o agravamento da crise militar que começava a lavrar desde 1950 em torno do problema da posição brasileira em face da guerra da Coréia e da polêmica sobre a questão do petróleo - o fato é que Vargas persistirá até meados de 1952 na tentativa de conquistar a participação da UDN em seu governo. A frase que, segundo a imprensa, teria pronunciado no momento da designação de seu primeiro ministério, eminentemente conservador, resume bem sua atitude conciliatória diante da situação crítica em que assume o governo: "Presidente popular, ministério reacionário. Terá que ser assim por muito tempo ainda" (1). Não poderia haver melhor previsão sobre o que es

---

(1) Vargas elegeu-se em 1950 com apoio em uma aliança entre dois partidos populistas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), o primeiro formado por ele próprio, o segundo por Adhemar de Barros. A estes partidos somou o apoio da maioria das oligarquias estaduais do Partido Social Democrático (PSD). Na composição do primeiro ministério, reservou a este último cinco lugares, subestimando a representação de seu próprio partido e do PSP, cada qual com um lugar apenas. Em setembro de 1951, o PTB fica sem nome no ministério, pois seu único representante, Danton Coelho, do ministério do Trabalho, renunciou à pasta como resultado das manobras conservadoras de Vargas. Abriu-se assim mais uma posição para o PSD, Segadas Viana.

Aliança PTB/PSP PSD

Café Filho, Vice-Presidente eleito na chapa de Vargas e que deverá assumir a Presidência na crise de 1954, observa o seguinte sobre o primeiro Ministério: "O primeiro Ministério chocou, a princípio, porque não correspondia à natureza da campanha que Getúlio empreendera como candidato. Verificou-se a dissonância ao serem divulgados os nomes dos Ministros e outros auxiliares, em grande parte homens de fortuna, ligados a interesses financeiros, escolhidos para o Gabinete de um Presidente que tornara ao poder na crista de uma onda popular". Café Filho, Do Sindicato ao Catete, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1966, Vol. I, p. 309.

tava para acontecer a seu governo, que se dividirá até o ponto em que alguns dos ministros passam diretamente ao campo adversário.

Contudo, se se orienta para a direita em suas alianças de cúpula, Vargas sabe também que não pode decepcionar a massa de seus eleitores nem governar sem seu apoio. No dia 1º de maio de 1951, alguns meses depois de empossado no cargo, dirige seu primeiro apelo à mobilização e organização da classe operária que vê como base de sustentação de seu governo. Neste apelo que, de acordo com a tradição varguista, foi lido perante a massa popular reunida num estádio de futebol (Vasco da Gama), é muito clara a importância atribuída por Vargas aos trabalhadores, em especial aos sindicatos: "Neste momento, o Governo ainda está desarmado de leis e de elementos concretos de ação imediata, para a defesa da economia do povo. É preciso, pois, que o povo se organize, não só para defender seus próprios interesses, mas também para dar ao Governo o ponto de apoio indispensável à realização de seus propósitos". "Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada; preciso de vós, tanto quanto precisais de mim. Preciso de vossa união, preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do Governo, para que este possa dispor de toda a força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas. Preciso da vossa união para lutar contra os sabotadores, para que eu não fique prisioneiro dos especuladores e dos gananciosos, em prejuizo dos interesses do povo. Preciso do vosso apoio coletivo, es-

tratificado e consolidado na organização dos sindicatos, para que meus propósitos não se esterilizem ...".

Tendo eliminado neste mesmo 1º de Maio a exigência de "atestado de ideologia" para a participação nas eleições sindicais, Vargas definia neste discurso a política de alianças que deverá ser seguida alguns anos depois por Goulart: "uni-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. As autoridades não poderão cercear a vossa liberdade, nem usar de pressão ou de coação. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política. Na hora presente, nenhum Governo poderá subsistir, ou dispor de força eficiente para as suas realizações sociais, se não contar com o apoio das organizações operárias"(1).

Vargas tinha uma lúcida consciência das necessidades de sua política. Sabia com clareza que esta deveria renovar-se para sobreviver, isto é, deveria passar das relações difusas com a massa operária às relações organizadas como o movimento operário. Isto não significa, porém, que pudesse ou estivesse disposto a realizar esta passagem. De fato, apesar deste discurso ele manterá até meados de 1952 a sua política tradicional, apelando à direita para organizar

(1) Não deixa, porém, de dizer uma palavra de tranquilidade para a burguesia nacional que também incluia em seu projeto: "As classes produtoras, que realmente contribuem para a grandeza e prosperidade nacional, o comerciante honesto, o industrial operoso e equitativo, o agricultor que fecunda a terra, estes não têm razão para temores, nem para inquietações descabidas. Jamais devem recear a força do povo os que trabalham com o povo e para o povo". Getúlio Vargas - O Governo Trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952. cf.pg. 322/325.

seu governo e, às massas, para sustentá-lo com seu apoio difuso. Não fará mais que tentar reviver, em regime democrático, o mesmo esquema de poder que nascera da revolução de 1930 e se consolidara durante a ditadura. Sem interesse em avançar, ou incapaz disto, Vargas voltava ao passado na tentativa de fazer reviver, embora em regime democrático, sua antiga posição de árbitro supremo no jogo político e de ponto de encontro de todas as forças sociais. Os tempos, porém, eram outros e Vargas o sabia melhor que ninguém.

A crise, em estado latente desde o período eleitoral, se manifesta no segundo ano de governo. A direita se recusa a qualquer aliança com o governo e, encaminhando a preparação de um golpe de Estado (já então Carlos Lacerda apelava às Forças Armadas em favor do estabelecimento de um "estado de emergência"), acusa Vargas de estimular a luta de classes e de preparar a implantação da ditadura. Nas Forças Armadas se agrava a crise em torno das questões do petróleo e da guerra da Coréia (por outra parte, os Estados Unidos pressionam o governo brasileiro a uma definição e "sugerem" o envio de tropas). Resultam desta crise os primeiros golpes no esquema militar pré-Vargas com a renúncia do General Estillac Leal ao Ministério da Guerra e com sua derrota nas eleições para a Presidência do Club Militar. Eleições nitidamente políticas nas quais a chapa de oposição alcançou quase dois terços dos votos. Por seu lado Vargas, preocupado com o volume das remessas de lucros ao exterior e colocado diante de uma situação de crise no balanço de pagamentos, começa a criticar o imperialismo e a estudar medidas de controle, fato que a im

prensa, em sua maioria sob controle dos conservadores, não lhe perdoa, atacando com virulência seu "nacionalismo extremado". Em meados de 1952, a política de conciliação com a qual iniciara o governo já havia fracassado completamente (1).

Como em 1945 Vargas também agora, quase completamente bloqueado à direita, tentará manobrar à esquerda. Assim é que passa a intensificar os esforços por conquistar apoio popular ao governo ao mesmo tempo em que começa a preparar a substituição de seu Ministério conservador. Não obstante, os problemas com os quais se defronta agora são muito mais graves que quaisquer outros que tenha podido resolver em sua vida política.

Por um lado, a crise política se agrava em 1952 com os primeiros sinais da crise econômica que se manifestará plenamente no ano seguinte. Intensifica-se a inflação, cresce o desequilíbrio do balanço de pagamentos, ampliam-se os protestos do setor agro-exportador que se sente prejudicado pela política de confisco cambial adotada pelo governo, aparecem os primeiros sinais de declínio na produção industrial. Por outro lado, o governo dividido parece incapaz de reagir diante desta situação econômica. É certo que tenta uma política de estabilização, através do Ministério da Fazenda (Horácio Lafer), mas não poderá realizá-la pois conta com a oposição do Presidente do Banco do Brasil (Ricardo Jafet) que se orienta numa linha de crédito fácil para os grupos industriais.

A estas divisões no campo da política econômi-

(1) Esta descrição da conjuntura de crise apoia-se amplamente no livro de Skidmore. Cf. op.cit., cap. III.

ca se somam aquelas que surgem na área do Ministério do Trabalho, onde Segadas Viana parece mais interessado em dificultar que facilitar as relações do Presidente com a classe operária. De fato, a política de mobilização popular do governo fica na prática muito aquém daquilo que o próprio Vargas era capaz de perceber como necessário.

reflexos a nível das classes populares

Acrescente-se, ainda, que as insatisfações populares, liberadas depois de um longo período de controle sobre os sindicatos e de compressão sobre os salários, vão muito além dos limites previstos e chegam a superar a capacidade de manipulação do chefe populista. O prestígio popular de Vargas se deteriora rapidamente como indica o fato da surpreendente vitória de Jânio Quadros nas eleições municipais de março de 1953, em São Paulo. Parece claro que agora Vargas se movimenta com mais lentidão do que em 1945, por força das dificuldades que surgem no interior de seu próprio governo, como também que seus apelos às massas populares têm menos êxito.

Um último aspecto necessita ser mencionado neste quadro de crise. Diferentemente de 1945, os comunistas mantinham nestes anos uma posição de rigorosa intransigência com relação ao governo, não obstante as declarações nacionalistas de Vargas e apesar de serem os beneficiários políticos diretos da eliminação do "atestado de ideologia" para as eleições sindicais. A partir de 1950, a estratégia comunista fixara-se no "Manifesto de Agosto" que, embora estabelecesse objetivos de tipo nacionalista e não impedisse a reaproximação dos comunistas aos sindicatos oficiais, formulava também uma

independência nacionalismo do PC

orientação de caráter inssurrecional que deverá manter-se durante os dois primeiros anos do governo Vargas. Ao que parece, os comunistas mudam esta orientação em 1952, dando um novo destaque a uma política de alianças inspirada no nacionalismo. Mantêm, contudo, sua intransigência em face do governo. Se de 1948 a 1950 os comunistas falavam de pôr abaixo o governo Dutra, usam agora os mesmos termos quando se referem ao governo Vargas.

Mudança do PC. em 1952 ↓ nova pol. de aproximação

Cabe lembrar que estes são anos de aguda tensão internacional, agravada que fôra a guerra fria com o início do conflito na Coréia em 1950. Nestas condições internacionais, não é de surpreender que o P.C., subordinado como sempre à política externa soviética, se tenha mantido tantos anos numa posição de combate frontal ao governo. Se nos anos de 1945 e 1946 este partido se dispunha, por força das circunstâncias internacionais, a apoiar qualquer governo solidário com os tratados do período final da segunda grande guerra, agora, por força de circunstâncias internacionais de sinal contrário, ele passava à posição oposta. Deste modo, os comunistas passam a buscar seus temas de combate a Vargas precisamente no campo das relações econômicas e políticas do Brasil com os Estados Unidos. Vargas era acusado de "agente do imperialismo", entre outros motivos por sua aceitação do acordo que criou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e por seu projeto propondo a criação da Petrobrás como uma empresa de economia mista. Além da campanha do petróleo, a campanha da paz foi outro dos movimentos com os quais os comunistas procuraram sensibilizar a opinião pública nestes anos.

O movimento operário começa a ressurgir precisamente nesta conjuntura de crise. Para se entender a relação do movimento popular com estas circunstâncias políticas, conviria reter dois pontos no quadro descrito acima. Primeiro: Vargas se encontrava bloqueado e aparentemente sem saída possível tanto pela direita como pela esquerda, pois se aquela lhe negava apoio para formar seu governo, esta lhe negava apoio para a política de mobilização popular. Segundo: as duas influências mais importantes sobre a classe operária se encontravam em conflito no plano político e, portanto, também no plano dos sindicatos. Não obstante, tanto Vargas como os comunistas buscavam, embora com motivos e objetivos diferentes, aproximar-se dos sindicatos.

É neste contexto que ocorrem duas das greves mais significativas na história do movimento operário brasileiro desde o após-guerra: a "greve dos 300 mil" em março e abril de 1953 em São Paulo e a greve nacional dos marítimos em junho do mesmo ano. A convergência entre os interesses políticos do populismo varguista e dos comunistas aparece no curso destas greves. Contudo, a aliança política que dará origem ao sindicalismo populista só ocorrerá depois destas greves e, pelo menos em parte, como conseqüência delas.

## 2 - AS GREVES DE 1953 E AS NOVAS "ORGANIZAÇÕES PARALELAS"

Desde o último ano do governo Dutra até começar o terceiro do governo Vargas, o movimento operário caira a níveis inferiores aos dos anos de 1948 e 1949. Para estes

dois anos se registram 48 e 49 greves respectivamente, enquanto que para 1950, 1951 e 1952 só aparecem 8, 15 e 15 casos, respectivamente. Esta mudança não pode ser explicada por qualquer abertura na política salarial, que de fato continua tão rigorosa como antes de modo que os salários permanecem praticamente congelados (exceção feita ao aumento de salário mínimo em 1951), nem por um acréscimo do controle repressivo do Estado sobre os sindicatos, pois a respeito o que se observa é precisamente o contrário. Deve ser excluída, igualmente, a hipótese de que esta baixa da atividade do movimento operário se devesse a um descenso na atividade das esquerdas junto aos sindicatos oficiais. De fato, desde o período de preparação das eleições presidenciais, nas quais Vargas não deixa evidentemente de chamar a atenção para o movimento operário, assiste-se a um crescimento da pressão das esquerdas no sentido da participação nas direções sindicais (1). E, em realidade, esta pressão para a participação cresce com a ascensão de Vargas e se intensifica depois em 1951 com a eliminação do "atestado de ideologia".

Como explicar, não obstante, a sensível queda do movimento operário destes primeiros anos do novo governo?

(1) Nas palavras de Paul Singer, "as eleições, nestas condições, constituíram importante etapa na luta dos trabalhadores pela liberdade sindical. Em alguns sindicatos chapas de oposição conseguiram, apesar de tudo, registro e foram eleitas. Em outros, a oposição conseguiu que a chapa oficial e única não obtivesse quorum, isto é, a atividade oposicionista fêz com que menos de 50% dos sindicalizados fosse às urnas. Em muitos sindicatos, no entanto, a intervenção ministerial foi "legalizada" por eleições de que a oposição operária não pôde participar. Com a posse de Getúlio, em início de 1951, a luta prosseguiu com redobrada intensidade". Paul Singer - "A política das classes dominantes" (In Octavio Ianni et alii - Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. pag. 92.

Segundo me parece, cabe mencionar ainda duas hipóteses. A primeira diz respeito ao fato de que a vitória eleitoral de Vargas significava também a conquista de uma confiança popular que se teria mantido em nível suficiente nos dois primeiros anos de governo, não obstante já apresentando sinais de deterioração. A segunda, que não é excludente mas complementar à primeira, toca um dos problemas centrais a ser discutido neste trabalho. Não seria possível pensar que a esquerda, tendo transferido seu esforço da formação de "sindicatos paralelos" para a tomada dos sindicatos oficiais, estivesse, desde a implantação de sua nova política, pagando com a baixa do nível de mobilização operária o preço requerido pela estrutura sindical oficial para permitir-lhe a participação? Enfim, parece-me razoável supor que àquelas diferentes orientações - uma dirigida, de alguma forma, à base da classe operária, outra à disputa de organizações burocráticas - devem corresponder diferentes resultados no que se refere aos níveis de atividades do movimento operário. Ou seria possível pensar alternativamente que a queda observada se deveu simplesmente às características próprias de um período de mudança de rumo, em que a orientação anterior foi interrompida e a próxima ainda não tivera o tempo de maturação necessário? De qualquer modo, os dados disponíveis com referência a estes anos iniciais do governo Vargas não permitem ir além do terreno das hipóteses.

Qualquer que seja a razão que se venha a encontrar para o descenso verificado, o fato é que o movimento operário começa a recuperar-se em 1953. O primeiro sinal neste sentido foi dado pela greve dos têxteis havida no Rio de

Janeiro, de resto também o primeiro sinal de que a crise política começava a deslocar-se dos problemas ministeriais para o campo da política salarial e da luta de classes. Esta greve vitoriosa (reivindicavam 60% e obtiveram 42% de aumento) provocou a abertura de uma polêmica entre as forças políticas de dentro e de fora do governo sobre a posição de Vargas em face do problema salarial. A Associação Comercial e o Sindicato (patronal) das Indústrias Têxteis do Rio se colocam diretamente contra a "política demagógica do governo" que é acusado de favorecer os sindicatos operários no conflito (1).

Vargas manifestava-se, de fato, interessado em estudar um novo aumento de salário mínimo, mas isto não significava que o governo estivesse capacitado a agir de imediato nesta direção. A idéia do aumento (que só um ano depois será decretado) encontra dificuldades no próprio Ministério do Trabalho e esbarra com a resistência do Ministro da Fazenda, que defende o prosseguimento de uma política salarial coerente com sua política de estabilização. Fora do governo, agrava-se o conflito entre Vargas e a direita: em fevereiro, um discurso do líder do governo no Congresso, referindo-se à "falência das elites", é interpretado pela UDN como evidência segura de que Vargas realmente estimula a luta de classes e prepara o levantamento das massas. É neste clima de tensão crescente nas relações entre os grupos dominantes que irrompe a greve de março em São Paulo.

(1) Na descrição das greves de 1953 e da conjuntura política imediata, apoio-me num levantamento feito especialmente para este trabalho por José Álvaro Moysés.

No dia 10 de março cerca de 8 000 operários têxteis dirigem-se em passeata ao sindicato patronal para fazer-lhe a entrega de um memorial de reivindicações. O memorial não fazia especificações com referência à porcentagem de aumento pretendida. Solicitava apenas a abertura de negociações com os patrões e fazia carga diretamente contra alguns organismos do governo federal, mencionando a ineficácia da instituição oficial de controle de preços (COAP), a precariedade dos critérios adotados em 1951 para a determinação dos índices do novo salário-mínimo, a incompetência da Delegacia Regional do Trabalho (D.R.T.) (órgão do Ministério do Trabalho que os acusara de promotores de agitação e ao qual, por sua vez, denunciavam como desconhecedores da real situação dos trabalhadores). O tom geral da proclamação era, pois, de oposição manifesta ao governo federal. Mudava, porém, quando se referia aos patrões, indicando em relação a estes uma intenção de entendimentos e inclusive de uma possível aliança. Fazia uma referência aos interesses das empresas ("com baixos salários não se desenvolve o mercado interno") e manifestava a esperança de que patrões e operários pudessem chegar a um acordo como em 1945 e 1946.

Greve de março → Greve de oposição à pol. fed.

Começa assim a primeira grande greve dos anos 50, com uma manifestação de intransigência em face do governo e uma disposição de colaboração em face dos empregadores. Contudo, no mesmo dia da entrega do memorial, os representantes patronais respondem que tentarão fazer "o possível para atender aos trabalhadores", mas assinalam que, de qualquer forma, "grandes aumentos não poderão ser concedidos". Dois dias de-

Tentativa de negociação direta c/ os empresários → Greve rompida

pois, os empregadores declaram excessivo o aumento pedido(60%, como os têxteis do Rio poucos meses antes). Esclarecem, além disso, que muitas empresas têxteis eram economicamente incapazes de atender a qualquer aumento. Assim, estavam rompidas as negociações diretas entre patrões e operários e começava o conflito.

Nesta época de dificuldades para todos, os sindicatos oficiais também têm as suas. Desde o início do movimento grevista se observa que o sindicato dos têxteis não tem um controle completo sobre a situação. Em realidade, a greve começa em alguns setores no dia 23 de março, ou seja, tres dias antes de que fosse declarada pela assembléia geral do sindicato (1). Por outra parte, o controle da direção do sindicato sobre as ações que se fizeram em nome da associação deve ser tomado, pelo menos, como duvidoso. Já na passeata do dia 10 de março, a liderança ostensiva dos trabalhadores aparecia não com a diretoria do sindicato, mas com um operário comunista (Antonio Chamorro) que era membro da comissão de salários designada por assembléia. E no dia 26 de março, quase ao mesmo tempo em que o sindicato dos têxteis "oficializava" a greve já iniciada, é ainda Antonio Chamorro, que daí por diante se firma como o principal líder do todo o movimento, quem dirige a comissão de têxteis que vai aos metalúrgicos reuni-

(1) Pode ser significativo observar que a greve começa no dia seguinte a este notável movimento de massas que foram as eleições municipais de 1953. Embora nos faltem dados para qualquer afirmação a respeito, é possível admitir, a título de hipótese, que as características da campanha eleitoral de Jânio Quadros tenham podido influenciar, ainda que de maneira difusa, o comportamento da massa operária que se antecipava às determinações sindicais.

dos em assembléia para pedir sua adesão.

No dia seguinte a estas assembléias, a greve, agora unificando têxteis e metalúrgicos, atingira, segundo estimativas da imprensa, cerca de 60 000 operários. Era ainda parcial, pois aquelas categorias contariam, respectivamente, 100 000 e 80 000 trabalhadores à época, mas seus efeitos já começavam a passar diretamente do plano econômico ao plano político. Inicialmente pela resposta dada pelos grevistas à declaração de ilegalidade feita pela D.R.T.. Opuseram-se explicitamente a esta declaração, que tinha por base o decreto 9.070, que consideravam inconstitucional e daí por diante a questão não era apenas a de uma reivindicação salarial, mas do próprio direito a reivindicar. A partir deste momento, a repressão do governo estadual, que em verdade já começara a atuar no dia 23, se intensifica e busca impedir a ação dos "piquetes". Produzem-se choques entre a polícia civil estadual e os "piquetes" que, aparentemente, resistem com êxito, pois o Secretário de Segurança do Estado determina a prontidão da Força Pública ao mesmo tempo em que apela, sem resultados, à intervenção do Exército.

caráter político da greve

Cabe mencionar, além disso, que a greve passa a centralizar todas as atenções políticas. A imprensa conservadora se volta contra Vargas por haver permitido a emergência da situação. No governo federal, por seu turno, aprofunda-se a divisão com relação à questão salarial: se Vargas já havia falado no ano passado em conceder um aumento de salário mínimo tão rapidamente quanto possível, seu Ministro do Trabalho anuncia agora ter designado uma comissão para estu-

dar sua decretação para 1955, ou seja, para dois anos depois. Deste modo, a partir da questão salarial, esta greve, já em seu início começa a mobilizar todos os aspectos da crise política nacional. Mais que isto, daí por diante o andamento da crise dependerá em grande parte do andamento da greve e de sua capacidade de resistência.

questão salarial ⇓ crise política nacional

Com efeito, o movimento resiste ao teste inicial e começa uma caminhada que deverá durar mais 24 dias, durante os quais mobilizará cerca de 300 000 operários. Desde o dia 26 até o dia 30 de março, ele se expande exclusivamente entre têxteis e metalúrgicos. No dia 30 aderem os carpinteiros e marceneiros. No dia 31, os grevistas fazem, apesar da proibição policial, manifestação na Praça da Sé e nesta oportunidade se dá o primeiro de vários choques que ainda deveriam ocorrer entre os grevistas e a polícia (1).

Em 1º de abril aderem os vidreiros. Logo a seguir, começa a expansão da greve para além dos limites da cidade, com algumas adesões em núcleos urbanos da periferia de São Paulo e em cidades industriais do interior, que têm início com a manifestação de greve em 3 empresas de Osasco (2-4) abril

(1) O choque do dia 31 na Praça da Sé teria durado cerca de quatro horas, segundo registra a imprensa. Importa observar, a propósito, que o Exército se manteve completamente ausente do conflito, indício seguro de que as disposições do governo federal não eram de oposição frontal ao movimento. É interessante observar, além disso, que depois da luta uma comissão de dirigentes sindicais se dirigiu ao comando regional do Exército para solicitar proteção. Sabe-se que a massa popular tinha simpatia por esta instituição militar, atitude que se manifestava nos aplausos aos caminhões do Exército que eventualmente passavam perto dos locais onde houve manifestações.

e a solidariedade dos trabalhadores de Taubaté (7-4 abril). No dia (9-4 abril) os trabalhadores em calçados de São Paulo entram no movimento diretamente, embora sem o apoio do sindicato. Ocorrerá o mesmo depois com outras categorias: os ferroviários de Sorocaba (10-4) e, seis dias depois, os de São Paulo, Bauru e Botucatu aderem não obstante a oposição manifesta de sua associação. Os gráficos de São Paulo entram no movimento no dia 10 de abril e no dia seguinte partes da cidade são paralizadas com a adesão de um setor dos trabalhadores em transportes.

Esta rápida descrição sugere que o nascimento e expansão deste movimento grevista contou com problemas de organização e coordenação que põem novamente em evidência o fato conhecido da baixa representatividade dos sindicatos oficiais. Importa lembrar de início que a greve se antecipou ao sindicato têxtil pelo menos em alguns setores desta categoria. Contudo, se estes se anteciparam, outros setores, tanto entre têxteis como entre metalúrgicos, responderam com atraso à "oficialização" da greve pelos respectivos sindicatos. Além disso, vale observar que, do mesmo modo que entre os têxteis no início da greve, o movimento grevista parece ter contado em outras categorias com uma espontaneidade de massas que ia além da capacidade de controle das direções sindicais, bem como com a presença influente de grupos políticos que tanto podiam pressionar a burocracia sindical como atuar diretamente sobre as bases operárias. Em algumas categorias, das quais a mais importante é a dos ferroviários, as direções sindi-

cais foram postas totalmente à margem dos acontecimentos (1).

Estas indicações servem como aproximação ao problema dos desajustes dos sindicatos oficiais diante de um movimento de grandes proporções mas são evidentemente insuficientes para um exame detalhado da questão. Neste sentido, é muito difícil, diante dos poucos dados disponíveis, decidir quando a adesão de um sindicato à greve evidencia uma real capacidade de liderança e de mobilização de sua base e quando indica apenas a formalização de um fato consumado.

Em qualquer hipótese, parece evidente que a rapidez de desenvolvimento da greve superou de longe a capacidade de organização e coordenação dos sindicatos. O movimento que se iniciara "oficialmente" no dia 26 com cerca de 60 000 operários, passará a contar com 175 000 no dia 2 de abril. É quando se forma a "linha de frente" da greve incluindo, além dos têxteis e metalúrgicos, os vidreiros, marceneiros e carpinteiros. As demais categorias aparecem depois, cada qual com as suas próprias reivindicações. Deste modo, não é possível falar da existência de uma coordenação geral de todo o movimento.

Ainda se a análise se restringe aos têxteis e metalúrgicos, é difícil dizer que estivessem coordenados desde o início. Os acontecimentos tornam evidente que mesmo nestas categorias houve sempre margens mais ou menos amplas de

(1) É certo, porém, que algumas direções sindicais puderam manter o controle sobre a situação. Vários sindicatos rechaçaram explicitamente a adesão ao movimento, embora, evidentemente, se tenham beneficiado das circunstâncias no processamento de suas reivindicações. Segundo a imprensa consultada, é possível mencionar os seguintes casos: Indústrias de Gás, Construção Civil, Doces e Conservar, Telefones, Padeiros e Confeiteiros.

divergências entre as direções sindicais e as organizações políticas, em especial os comunistas. Numa avaliação de conjunto do papel dos sindicatos oficiais, se poderia talvez dizer que eles funcionaram como canais por onde o movimento transcorreu mas que não esteve sempre sob seu controle a força que impulsionava os acontecimentos e que vinha das bases da classe operária. Desse modo, os sindicatos foram obrigados a partilhar a direção do processo, como já o exemplifica a apresentação do memorial dos têxteis por intermédio de um operário que não pertence à diretoria de seu sindicato.

Não obstante, quando se examina esta greve no quadro da política nacional no momento, percebe-se que o complexo problema político de como organizar e coordenar o movimento operário se reduzia a pouco mais que um simples problema de ajuste. Tendo em conta a política governamental de liberalização dos sindicatos oficiais, meio pelo qual Vargas buscava a sustentação política que lhe falta no sistema partidário, e a orientação das esquerdas de participar deles numa perspectiva de colaboração de classes, o problema da organização do movimento operário se reduzia naquele momento à preliminar de saber onde fixar um ponto de convergência para a influência da esquerda e para a influência do varguismo. Neste sentido, esta greve de São Paulo talvez deva ser considerada, por um lado, como a primeira proposição do problema em ampla escala, e, por outro, como a primeira tentativa para resolvê-lo. Nela se poderá observar alguns esboços desta estrutura dual que depois virá a caracterizar o conjunto do movimento sindical populista. Estas formas ainda embrionárias desapare-

cem com o fim da greve mas permanece a experiência que será aproveitada no futuro.

Estes embriões de uma estrutura dual começam a aparecer já nos inícios do movimento. Este se encontrava em seu terceiro dia "oficial" quando se forma uma Comissão Central de Greve que incorpora os dirigentes sindicais bem como os líderes operários sem participação nas direções dos sindicatos. No mesmo padrão, formam-se "comissões de greve" por setor. Contudo, este arranjo parecia deixar aos sindicatos um papel apenas formal e assim começam a surgir dificuldades apenas se estabelecia o compromisso. Já no dia 3 de abril a imprensa menciona reclamações de dirigentes sindicais sobre o comportamento dos comunistas que estariam "sabotando" os sindicatos. Uma semana depois, estes conseguem um compromisso mais favorável pois se forma uma Comissão Inter-Sindical de Greve composta pelos representantes dos sindicatos dos têxteis, metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e carpinteiros.

Esta Comissão Inter-Sindical é o primeiro exemplar disto que se chamará depois uma "organização paralela", ou seja, uma organização horizontal que se acoplava à estrutura vertical do sindicalismo oficial, portanto uma organização de cupula onde a participação dos representantes dos sindicatos oficiais era pelo menos dominante. Este compromisso organizatório nascia de um compromisso político entre as direções sindicais e outros grupos sindicalistas, em especial os comunistas, prefigurando o compromisso que virá a caracterizar depois o movimento sindical no país. Era em parte o resultado da pressão espontânea das bases que iam além da capacidade or-

ganizatória do sindicalismo oficial e requeriam uma organização nova capaz de assegurar a coordenação e a unidade do movimento. Contudo, esta Comissão surgiu em 1953, do mesmo modo que as "organizações paralelas" algum tempo depois, como um organismo de controle sobre as bases que em sua espontaneidade ameaçavam levar de roldão o sindicalismo oficial. É significativo desta preocupação de controle da Comissão que uma das suas deliberações iniciais tenha sido a proibição de manifestações sem a aprovação conjunta da Comissão e das diretorias dos sindicatos nela representados (1).

Permanecendo, embora de forma instável, por todo o período da greve, a dissolução da Comissão ao final do movimento mostra os limites reais da eficácia do compromisso político-organizatório sobre o qual se apoiava. Por exemplo, os sindicatos participantes haviam tomado a certa altura do movimento a resolução conjunta de mantê-lo até a libertação dos operários presos durante sua realização. Contudo, os sindicatos de vidreiros, marceneiros e carpinteiros decidiram voltar ao trabalho no dia 21 de abril, pouco depois de feito

(1) A Comissão Inter-Sindical de Greve formou-se no dia 12 de abril, ou seja, mais da duas semanas de iniciado o movimento, e deliberou, no mesmo dia, o seguinte: a) organizar um comitê único para dirigir o movimento; b) não realização de passeatas sem a aprovação do comitê e das diretorias dos sindicatos; c) os diretores dos sindicatos devem organizar-se em comissões para protestar junto ao Secretário de Segurança contra as prisões e violências; d) formação de uma comissão para redigir um boletim diário de greve; e) formação de comissões de arrecadação de fundos no interior; f) solicitação à Câmara Municipal de São Paulo de urgência para o projeto apresentado de ajuda às famílias dos operários em greve.

Dois dias antes da formação da Comissão houve um choque no bairro da Moóca entre a polícia e um grupo de têxteis (segundo a imprensa, estes se encontrariam sob a liderança do metalúrgico comunista Eugenio Chemp).

o acordo sobre suas reivindicações econômicas deixando sós os sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos no cumprimento da resolução. Por outra parte, não obstante os sindicatos membros da Comissão houvessem tomado a decisão de só aceitar um acordo conjunto, verificou-se que todos os seus componentes, inclusive os têxteis e metalúrgicos, chegaram ao fim da greve mediante a realização de acordos em separado.

Deste modo, o fim do movimento significa em realidade a volta aos termos da estrutura sindical vertical. Tomará ainda algum tempo para que esta primeira experiência de combinar a estrutura sindical oficial com uma "organização paralela" venha a inspirar, por meio do Pacto de Ação Comum , depois Pacto de Unidade Inter-Sindical, o início do grande compromisso político-organizatório que constituiu o movimento operário do período.

A greve em seu processo de expansão golpeou o sistema político em todos os níveis e este reagiu de forma contraditória em muitas oportunidades. Jânio Quadros, recém-eleito Prefeito de São Paulo, apoiou o movimento desde seu início e alguns vereadores se propuseram como mediadores enquanto a Câmara Municipal discutia um projeto, depois abandonado, de auxílio às famílias dos grevistas. O Governador do Estado apresentou-se também como candidato a mediador e foi aceito, embora fosse o responsável direto pela repressão ao movimento. A imprensa conservadora começava já no terceiro dia da greve a falar dos perigos de uma revolução social e da possibilidade de uma intervenção federal em São Paulo. Vargas, considerado sempre e por todos o responsável maior pela situa-

ção, se encontrava praticamente incapaz de agir de vez que não tinha praticamente nenhum controle real sobre o seu Ministro do Trabalho. Este, por sua vez, contrariando a orientação do Presidente e confessando a manifesta insuficiência da estrutura sindical oficial para exercer o controle sobre a classe operária chegou a ameaçar, no dia 8 de abril, com a aplicação da Lei de Segurança Nacional para reprimir o movimento ao mesmo tempo em que mencionava a necessidade de uma reforma da Justiça do Trabalho. (A propósito, alguns dias depois, o Congresso, sob pressão dos acontecimentos, começará a discutir a regulamentação do direito de greve, sem chegar, contudo, a qualquer resolução). Por seu lado, Goulart, então Presidente Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entrava em polêmica aberta com o Ministro do Trabalho e tratava de dar encaminhamento às tendências de Vargas de uma aproximação maior com a classe operária. Além disso, o Ministro da Fazenda aproveitou a ocasião e, em dado momento, acusou o Presidente do Banco do Brasil de haver contribuído com sua oposição ao programa de estabilização, para a formação de um clima de crise econômica que teria facilitado a emergência da greve. O Exército era, neste quadro, o "grande mudo"; observava, mas não se dispunha ainda a intervir no jogo político. Só o fará um ano depois, visando, entre outras coisas, a questão salarial e a política sindical do governo.

as infl. de Goulart e do PTB

Nestes meses de março e abril de 1953, Vargas sofria, com esta greve de São Paulo, sua segunda derrota como chefe de um governo de origem popular (a primeira se dera com a vitória eleitoral de Jânio Quadros, também em São Paulo). Isi

to não significa, porém, que não tivesse ainda tempo para recuperar, pelo menos em parte, o prestígio popular perdido. O governo terá uma nova oportunidade em junho, com a greve de cerca de 100 000 marítimos do Rio, Santos e Belém.

Este movimento veio de certo modo facilitar as relações entre Vargas e o movimento operário. A propósito, é importante observar que uma das reivindicações desta greve, e de forma muito coerente com a orientação das esquerdas no sentido de integrar-se à estrutura sindical oficial, diz respeito precisamente ao caráter das relações entre o Ministério do Trabalho e o movimento operário. Os sindicatos grevistas solicitavam ao governo, além de um aumento salarial e de algumas medidas referentes a condições de trabalho, que afastasse à diretoria da Federação dos Marítimos, à qual acusavam de vinculações com o Ministro do Trabalho. Isto significava que os sindicatos dos marítimos de fato renunciavam à sua autonomia e passavam a legitimar a posição tutelar do governo sobre toda a organização sindical. Além disso, não poderia haver, nas circunstâncias, reivindicação mais ajustada aos interesses políticos de Vargas, então em conflito com o Ministro do Trabalho e em busca de um caminho para a reforma de seu Ministério.

O movimento dos marítimos oferecerá, deste modo, a primeira oportunidade para a intervenção de Goulart nas relações entre o governo e o movimento operário. Designado para substituir Segadas Viana, que se demitira do Ministério do Trabalho pouco antes da greve, Goulart assume suas funções quando o movimento já estava em curso. Chegando ao Ministé-

rio com algumas relações junto ao movimento sindical que vinham de sua condição de Presidente do PTB e de homem de confiança de Vargas, começa imediatamente os entendimentos. Assim, apenas tres dias depois de sua posse, o Comando Geral da Greve se reunia sob a coordenação de um representante do Ministério e com a assistência de uma comissão oficial de técnicos para discutir uma proposta conjunta dos empresários e do governo. Depois desta reunião, os representantes dos empregadores e dos trabalhadores se reuniram com o próprio Goulart no Ministério para chegar a uma solução definitiva para o conflito.

Pondo toda a capacidade de pressão de que dispunha em favor do objetivo de conciliar as partes no conflito, Goulart deixou muito claro para todos o sentido político de sua posição. Era chegada "a hora de acabar com as intransigências". A greve terminou dois dias depois e os marítimos do Rio de Janeiro comemoraram sua vitória com uma passeata. A maior parte de suas reivindicações havia sido atendida, inclusive a renúncia da diretoria da Federação sob pressão do novo Ministro do Trabalho.

Estas duas greves representam em 1953 o ponto de chegada de uma pressão social que se encontrava em estado difuso nas bases da classe operária e que foi orientada pelas esquerdas para o interior da estrutura sindical oficial. Foram assim independentes do Estado em suas origens na insatisfação de uma classe operária ainda afetada pelos efeitos da política de "congelamento salarial" estabelecida no período Dutra e ainda vigente no governo Vargas, apesar das opiniões

pessoais do Presidente. Não obstante, tendo sido orientadas para subordinar-se às regras da estrutura sindical oficial, constituiram-se de fato nos passos iniciais do processo de incorporação e de subordinação da classe operária ao Estado através da estrutura dual que deverá caracterizar, pouco depois, o sindicalismo brasileiro. Neste sentido, é necessário recordar que se a greve de 1953 em São Paulo é o ponto de partida para a formação do Pacto de Ação Comum que oferecerá a base inicial do Pacto de Unidade Inter-Sindical, no Rio a Comissão de Greve dos Marítimos constitui a experiência inicial sobre a qual se formará depois o Pacto de Unidade e Ação.

Seria possível acrescentar que estas greves não apenas constituem o primeiro teste da orientação adotada pelo movimento operário para seus problemas de organização, como de certo modo "simbolizam" em seu desenvolvimento limitado a algumas semanas, todo o desenvolvimento do movimento sindical nos próximos dez anos. Neste sentido, podem ser muito elucidativas as diferenças havidas entre a greve de São Paulo e a do Rio no tocante às posições que assumem em face do Estado. A primeira ocorre num setor de mercado livre e se orienta por uma linha de colaboração direta classe a classe que, a julgar pelo tom do memorial dos têxteis, deveria excluir a participação do Estado. Contudo, a intenção de colaboração se frustra porque se dirige precisamente a um setor industrial decadente e incapaz de assumir os encargos resultantes de uma elevação salarial como a que se pretendia. Daí que a intervenção do Estado, embora representado pelo governador de São Paulo e não pelo Ministério do Trabalho, se faça necessá-

ria para que as partes alcancem alguma forma de conciliar seus interesses. Por sua vez, a greve do Rio, ocorrendo num setor de interesse público, portanto submetido à regulação econômica do Estado, dirige-se diretamente ao Estado e vai muito mais longe na linha da subordinação do movimento operário às regras da estrutura sindical oficial.

As duas greves podem, portanto, ser tomadas como símbolos do desenvolvimento posterior do movimento sindical em sua realidade como na imagem que ele se fazia de si próprio. Ele se orientará para uma política de colaboração de classes com vistas ao desenvolvimento capitalista nacional mas os setores chamados de burguesia nacional são precisamente os setores decadentes da economia e se revelarão incapazes de assumir os ônus da aliança proposta. Esta não será, portanto, uma aliança direta classe a classe (operariado-burguesia industrial), como pretenderá a ideologia orientadora do movimento sindical populista, mas uma aliança indireta, mediada pelo Estado e sob seu patrocínio, entre setores das duas classes. Por força das mesmas circunstâncias, o movimento sindical terá um desenvolvimento desigual segundo se localize nos setores de economia de mercado ou no setor público ou naqueles submetidos à regulação econômica do Estado. Neste último ele será muito mais forte que nos primeiros.

Não obstante todos estes pontos de semelhança, seria equivocado estabelecer uma linha de continuidade global entre as greves de 1953 e o movimento sindical populista. Se é certo que as esquerdas já vinham de algum tempo no seu esforço de infundir vitalidade às falidas estruturas do sindica-

lismo oficial, é certo também que isto não as impedia de se manterem afastadas do Estado no plano político. Por outra parte, ainda que admitíssemos que as esquerdas estivessem plenamente dispostas, já em 1953, a aceitar uma política de colaboração tanto no plano corporativo como no plano propriamente político, teríamos apenas uma das condições do sindicalismo populista. Seria sempre necessário que o Estado também estivesse disposto a contar com esta colaboração. Não se trata aqui apenas das disposições pessoais e políticas de Vargas ou Goulart, reconhecidamente favoráveis a esta hipótese. O problema é outro: subsistiria o governo Vargas ou sobreviria a deposição como em 1945? Em outros termos: subsistiria o regime populista?

## 3 - 1954: A RENOVAÇÃO DO POPULISMO

É necessário examinar a conjuntura de 1954 numa escala latinoamericana para se perceber o real significado dos problemas que o regime populista teve que enfrentar no Brasil naquele ano. Cabe lembrar a propósito que a renovação do populismo brasileiro é um fenômeno bastante excepcional. De fato, ele começou a renovar-se no Brasil quando começava a decair, senão mesmo desaparecer, em todos os países latinoamericanos onde pôde instaurar-se. Tomem-se os exemplos de Arbenz na Guatemala em 1953, de Peron na Argentina em 1955 e de Rojas Pinilla na Colômbia em 1957 e se perceberá que o populismo latinoamericano foi um fenômeno da guerra e do pós-guerra e se revelava incapaz de sobreviver nas condições eco-

Guerra da Coreia → partilha entre EUA e URSS < Norte → Socialista / Sul → fascista
da Coreia



nômicas e políticas internacionais criadas a partir do conflito da Coréia.

Neste contexto, o populismo de Goulart aparece como um caso especial, quase como um anacronismo histórico. Não se diga que o populismo brasileiro teria permanecido à margem das vicissitudes vividas pelo populismo latinoamericano sem se deixar afetar pelas circunstâncias que em diversos países promoviam a derrubada de regimes similares, pois é evidente que a queda de Vargas em 1954 se inscreve na mesma ordem de acontecimentos. Em realidade, o que surpreende quando se analisa detidamente os dez anos de relativa vigência do populismo após Vargas não é nem mesmo a manifesta fragilidade da aliança de classes na qual se apoiava e que neste período esteve a pique de quebrar em mais de uma oportunidade, mas o fato de que apesar de tudo tenha podido subsistir por tanto tempo. Mais surpreendente ainda é o fato de que, tendo subsistido, tenha também permanecido como uma alternativa de poder.

A permanência do populismo depois de Vargas deve algo por certo às tendências da história brasileira deste período marcado por uma crise generalizada de todo o sistema político criado após a revolução de 1930. Parece-me, porém, que estas características gerais, por relevantes que sejam, são por si só insuficientes como explicação. De fato, a continuidade e a renovação do populismo precisamente no momento em que parecia chegar com Vargas ao limite de sua decadência, tem muito de excepcional mesmo quando examinado no âmbito exclusivo da crise do sistema político brasileiro.

Minha hipótese é que o esquema de aliança de classes que Goulart tentava construir em 1953 só pôde salvar-se da morte certa em 1954, e assim assegurar sua oportunidade na história política brasileira, por força dos efeitos políticos da surpreendente solução dada por Vargas à profunda crise institucional em que vivia o país. A conjuntura de 1954, por sua radical e trágica excepcionalidade, diz muito sobre os estreitos limites entre os quais deverá mover-se depois a política de Goulart. Diz muito também sobre a fragilidade do movimemto operário do período posterior.

Nos meses de junho e julho de 1953 a conjuntura política encontra-se sob o impacto da pressão operária e sob a dominância da questão salarial. Do ponto de vista do governo, a questão salarial ocupa uma posição central em seu duplo significado, econômico e político: quanto ao primeiro aspecto, o problema do governo é o de saber até que ponto ele pode implementar uma política de abertura salarial, como pretendem Vargas e Goulart, sem liquidar pela raiz com a política de estabilização defendida agora por Oswaldo Aranha, que havia substituido Lafer no Ministério da Fazenda; quanto ao segundo, trata-se de saber até onde o governo pode caminhar em seu projeto de aliança com o movimento operário sem queimar todas as pontes à direita, ou seja, sem tornar inevitável o êxito do golpe de estado que já se delineava claramente no horizonte.

Mas se o problema salarial ocupa a posição dominante, isto não significa que seja o único com que se defronta o governo nestes meses. O desenvolvimento da campanha

III.32

golpista, que Carlos Lacerda dirige desde o início do ano, obtém uma importante vitória em junho com a concessão por parte do Congresso de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a veracidade das persistentes acusações de corrupção no governo (o motivo central da C.P.I. foi o chamado "escândalo do jornal Última Hora"). Isto significava, em realidade, que o Partido Social Democrático (PSD), detentor da maioria no Congresso e até então comprometido com o governo, decidira, depois da reforma ministerial, deixar Vargas à sua própria sorte. A esta perda de apoio político por parte do governo se soma a deterioração de seu esquema de sustentação militar. Os militares, afetados desde há algum tempo pelas polêmicas em torno da questão do petróleo e da guerra da Coréia, são atingidos em grau crescente pela campanha de Lacerda e deslocam-se cada vez mais para a direita depois das greves e da reforma do Ministério.

No plano externo, as coisas não parecem mais fáceis para o governo. Aparecem também em junho os primeiros sinais de mudanças nas relações externas do governo com o anúncio da intenção americana de pôr fim à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A substituição de Truman por Eisenhower em janeiro de 1953 conduzira a uma mudança da política latino americana do governo dos Estados Unidos que, desde então, passa a desinteressar-se pela orientação anterior de empréstimos de governo a governo para apoiar decididamente os interesses das empresas privadas americanas na busca de novas oportunidades de inversão. Nesta nova perspectiva americana, o governo de Vargas não poderia aparecer sob luzes favoráveis, pois não

apenas havia manifestado indecisão em relação ao conflito coreano e vinha de uma campanha de ataques ao imperialismo, como também se dispunha a estatizar o petróleo. Além disso, se esta nova orientação da política norte-americana tinha efeitos desfavoráveis para o governo brasileiro, o simples abandono da política anterior dos Estados Unidos vinha a significar, de fato, a retirada da possibilidade dos empréstimos públicos com os quais Vargas contava para poder implementar sua política de desenvolvimento capitalista nacional à base de inversões de infra-estrutura sob controle estatal (1).

Neste quadro, a busca de uma saída à esquerda chegava a assumir um caráter de urgência para o governo. Em fins de 1953 e inícios de 1954, Vargas dá ao seu nacionalismo tonalidades cada vez mais radicais. Goulart, por seu lado, tenta ampliar a abertura à classe operária e começa a preparar um decreto de aumento de salário mínimo.

Contudo, os limites para estas manobras são demasiado estreitos. Já em inícios de 1954, Goulart aparece como o centro de uma nova crise que afetará definitivamente a capacidade de movimentação do governo. A oposição civil e militar não tinha muitas dúvidas sobre o sentido de sua política de alianças e não se dispõe a dar-lhe tempo para reconso-

(1) As relações financeiras entre o Brasil e os Estados Unidos à base de empréstimos de governo a governo, vinham se desenvolvendo desde o período da guerra. São exemplos da continuidade destas relações, a Missão Cooke (1943), a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (de dezembro de 1950). Era apoiado, entre outros fatores, neste padrão de relações internacionais que Vargas se propunha em seu segundo governo à realização de um programa de investimentos de infra-estrutura sob controle do Estado. Cf. Thomas Skidmore, op.cit., pag. 125/126.

lidar a posição de Vargas com o apoio dos sindicatos. Assim, a imprensa conservadora, tomando a mesma linha da pressão americana daqueles anos contra Arbenz, Peron e outros governos populistas, qualifica Goulart de "chefe do peronismo brasileiro" e alter ego de Vargas ao mesmo tempo em que o faz diretamente responsável pelo crescimento da pressão operária (1). A situação de Goulart começa a deteriorar-se diante da pressão crescente para tornar-se realmente insustentável logo a seguir quando o problema salarial aparece de forma crítica entre os militares através do "Manifesto dos Coronéis" (2).

---

(1) Cf. "O Estado de São Paulo", dias 14 e 21 de janeiro e 16 de fevereiro de 1954. Apud Thomas Skidmore, op.cit., pág.442.

(2) Expressão típica de um movimento de defesa de status diante da maré crescente das reivindicações operárias, esta proclamação, firmada por 49 coronéis e 39 tenentes-coronéis, reivindicava a ampliação do orçamento para atender as necessidades de equipamentos materiais e de aumento de salário, ao mesmo tempo em que condenava a existência de corrupção no governo e as divisões internas nas Forças Armadas que abririam uma brecha para a penetração da influência comunista. É interessante observar que na oportunidade da redação deste memorial, o então Coronel Amaury Kruel, um dos seus signatários, teria "revisado o texto num esforço por dar-lhe um caráter apolítico". Cf. John W.F. Dulles-Vargas of Brazil, University of Texas Press, 1967, pág. 316. Em março de 1964, o General Amaury Kruel teria cumprido, segundo a imprensa, uma função similar de conciliação dos militares com o governo. Solicitara, então, a Goulart a dissolução do Comando Geral dos Trabalhadores e a exclusão dos comunistas do governo em troca de seu apoio para a preservação de Goulart na Presidência. Estes incidentes têm interesse para ilustrar as linhas de semelhança entre os acontecimentos de 1954 e de 1964.

Em realidade, os momentos decisivos nas relações entre os militares, por um lado, e Goulart e o movimento operário, por outro, são tres: 1954, 1961 e 1964, cada um dos quais esclarece o sentido do anterior. Deste modo, o documento de 1961 em que os ministros militares manifestam sua oposição à posse de Goulart na Presidência diz de maneira explícita o que no Manifesto dos Coronéis só aparecia na forma de uma referência marginal (porém inequívoca por seu significado) ao salário mínimo.

Uma parte do documento de 1961 diz o seguinte sobre os aconte

Pouco depois, em fevereiro, Goulart solicitava ao Presidente um aumento de 100% no salário mínimo. Era seu último ato importante como ministro e parecia ser também o último ato da política de aliança de classes que se propunha realizar.

Como resultado das pressões militares, Goulart e o Ministro da Guerra são destituídos, ainda em fevereiro, debilitando de maneira definitiva o governo, que perde o que lhe restava de sustentação militar e, ao mesmo tempo, sua perspectiva de uma abertura à esquerda. Daí por diante Vargas parecia encontrar-se ele próprio condenado: à imobilidade se pudesse manter o governo ou ao golpe de estado e à queda no ostracismo. A decisão a respeito agora não cabe a eles mas aos seus adversários.

Embora se encontre, depois destes fatos, completamente isolado ao nível político e militar e, além disso, sofrendo graves perdas em seu prestígio de massas, é ainda Vargas o grande perigo na ótica dos grupos de oposição. Não poderiam os liberais de direita, verdadeiros donos do jogo político depois de fevereiro de 1954, temperar os ataques a Var

---

cimentos de 1954: "Já no tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o sr. Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas". Os documentos militares mais importantes do período podem ser encontrados no livro de Oliveiros S. Ferreira, As Forças Armadas e o desafio da revolução. Edições GRD, Rio de Janeiro, 1964. A citação corresponde às págs. 144-145.

gas e oferecer-lhe uma saída honrosa, garantindo assim sua própria ascensão ao poder nos termos da Constituição? Não estariam exagerando os perigos e, deste modo, arriscando a perder o que haviam conseguido até aqui? Quaisquer que sejam as respostas para estas perguntas, o fato é que a UDN, já duas vezes derrotada por Vargas nas eleições presidenciais, não era tão confiante em si (ou nas regras da democracia brasileira) para esperar o seu momento constitucional de chegada ao poder. Só em 64!

Nestas circunstâncias, a UDN tendia a sobredimensionar o perigo representado por Vargas. O país já se achava então em plena campanha para as eleições estaduais de 1954 e começava a preparação para as eleições presidenciais que deveriam realizar-se no próximo ano. Não poderia o maquiavélico ex-ditador recuperar-se no ano e meio que lhe restava de mandato de modo a colocar seu prestígio popular, ainda muito grande embora decadente, a serviço de uma nova derrota de seus tradicionais adversários como já acontecera em 1945 e 1950? Por uma razão ou por outra, o fato é que a UDN decidiu não esperar pelo processamento democrático da substituição de Vargas e passou a concentrar em sua pessoa o fogo dos ataques.

Vargas, cuja sustentação militar já se encontrava bastante deteriorada, parecia assim condenado à mesma sorte que tivera Arbenz um ano antes e que a história argentina reservara a Peron para um ano depois. A comparação não é ocasional, especialmente no que se refere a Peron. É importante observar, a propósito, que, não bastassem as acusações de corrupção e de estímulo à luta de classes, e surgem, em abril de

1954, para agravar ainda mais a situação do Presidente, as acusações de João Neves da Fontoura, seu ex-Ministro das Relações Exteriores, de que o governo teria entrado em entendimentos secretos com Peron para a formação de um pacto contra os Estados Unidos. De novo, portanto, o conservantismo brasileiro se alinhava às pressões americanas contra os governos populistas da América Latina. Nestas condições, o governo de Vargas parecia chegar ao fim e com ele o populismo brasileiro. Completamente bloqueado à direita e com os movimentos presos em suas manobras à esquerda, Vargas teria ainda algumas iniciativas que, em realidade, não poderiam significar mais que a preparação de seu testamento político. Apresenta em abril o projeto ELETROBRÁS e, no 1º de maio concede, segundo seu estilo tradicional, ou seja, por meio de um discurso às massas, o aumento de 100% no salário mínimo que Goulart propôs mas não teve forças para aplicar.

Este discurso, pronunciado num clima que prenuncia o golpe de Estado que chegará alguns meses depois, tem algo de uma despedida de quem termina um governo e faz sua prestação de contas. Tem talvez algo mais que isto. Em sua exortação aos trabalhadores aconselha-os, contra toda a sua prática paternalista anterior, a unir-se e a organizar-se e nada esperar dos de cima: "Não me perdoam os que me quiseram ver insensível ante os débeis e injusto com os humildes. Continuo, não obstante, ao vosso lado. Pois minha tarefa está terminando e a sua apenas começa. O que vós conquistasteis ainda não é tudo (...) Não tendes ainda nem tesouros, nem podeis contar com as influências ocultas que movem os grandes;

interesses (...) União e organização deve ser vosso lema. Há um direito que ninguém vos pode privar, o direito de voto. Pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influenciar os destinos da Nação. Como classe, podeis dar ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituís a maioria. Estais hoje com o governo. Amanhã sereis o governo. A satisfação das vossas reivindicações (...) tudo isto está ao alcance de vossas possibilidades. Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, os mais necessitados. Deveis apertar a mão da solidariedade e não estender a mão à caridade". (1)

São palavras que indicam algo mais que a despedida de quem termina um governo por força das circunstâncias. Vindas de Vargas, elas soam como a expressão da consciência de um homem que sente esgotar-se seu papel na história.

Em meados de maio, porém, a conspiração golpista já era publicamente conhecida. Com o atentado a Lacerda e a morte do Major Vaz, os acontecimentos se atropelam. Surge assim, no dia 23 de agosto, a vez dos generais apresentarem seu manifesto. Atendendo às pressões crescentes, pedem a renúncia de Vargas. Vargas estava agora completamente só. No dia seguinte, se suicida.

Está ainda para ser feita a análise da significação deste gesto na história contemporânea do Brasil. Vargas, sem dúvida o maior político brasileiro deste século, havia patrocinado e dirigido pessoalmente a mais importante eta

(1) Cf. Folha da Manhã, 2/5/1954. Os grifos são meus (F.C.W.).

pa de modernização do Estado e seu nome estava indissoluvel - mente vinculado à história do país desde a Revolução de 1930. Deste modo, não havia ninguém no país - nem os liberais nem os comunistas para só mencionar aquelas forças políticas que se opunham a Vargas a partir de posições marcadamente ideológicas - que estivesse realmente preparado para conceber sem ele a vigência do sistema político nacional. Menos ainda havia qualquer força política que estivesse preparada para sucedê-lo nas condições críticas criadas por seu suicídio.

O grande mestre brasileiro desta concepção tipicamente elitista da política como a arte oportunista dos arranjos e dos compromissos de circunstância, deixara perplexos todos os seus pequenos discípulos - os amigos e os inimigos, da direita como da esquerda - com esta lição final que significava uma violenta afirmação de princípios. Embora por um ato exclusivamente pessoal, Vargas havia rompido com as regras do jogo elitista. Estimuladas pela divulgação de sua Carta Testamento, as massas populares saíram às ruas das grandes cidades para as manifestações mais violentas de que tem conhecimento a história brasileira desde 1930 e mudaram radicalmente a conjuntura política. O velho populismo difuso de Vargas tomava sua revanche no momento mesmo de sua derrota (1).

Significação do Suicídio de Vargas

A direita que se havia formado, como todas as outras forças da política brasileira contemporânea, na esteira da revolução de 30 e onde havia, além disso, um número de

(1) "Era incontestável que, tendo ou não tais intenções, o seu trágico gesto trazia, entre outras, estas conseqüências: a uma ameaça direta à ordem e ao regime, ao lado das perspectivas de uma vindita esmagadora". Café Filho, op.cit., pág. 353.

antigos colaboradores de Vargas, perdeu-se na confusão e na perplexidade. Sua sofreguidão, depois da queda de Goulart e do Ministro da Guerra em fevereiro, em chegar ao poder fosse como fosse, havia posto a perder tudo o que ela havia conquistado até então. Skidmore observou bem: "os antigetulistas haviam concentrado o fogo do ataque na pessoa de Getúlio. Por meio de seu ato final de sacrifício, Getúlio neutralizou as vantagens políticas e psicológicas que seus oponentes haviam acumulado" (1).

Esta paralizia política dos oponentes de Vargas e sua incapacidade em assumir o controle da situação constituiram a primeira condição para a renovação do populismo. A segunda condição foi dada pela maneira, também surpreendente, como os comunistas reagiram aos acontecimentos de agosto de 1954. Os problemas típicos da composição social e da orientação ideológica do P.C. tomavam nesta conjuntura a mesma ambiguidade de sempre. Do mesmo modo que este partido se revelara incapaz em 1945 e 1946 de aliar-se a Vargas sem submeter-se a ele, mostrava agora que era incapaz de opor-se a Vargas sem deixar de servir à direita. Como já disse antes, sua determinação contra Vargas não fora alterada com o abandono do "Manifesto de Agosto" em 1952. Não fora afetada nem mesmo pelos sinais que começaram a surgir com o fim da guerra da Co-

(1) Cf. Thomas Skidmore, op.cit., pág. 181. Pode servir como indicação do furor popular, como da perplexidade da direita, observar que Carlos Lacerda, o principal líder do movimento pela queda de Vargas e pela instalação de um "regime de emergência", abandonou o país sob pressão dos acontecimentos. Por outra parte, é significativo que o Vice-Presidente Café Filho se tenha obrigado, em seu discurso de posse, a reverenciar a memória de Vargas e a apresentar-se como seu continuador ao prometer aos "humildes a proteção que Vargas sempre lhes havia dado". Cf. Café Filho, op.cit., pág. 352.

réia e com a morte de Stalin em 1953, de uma reorientação da política soviética no sentido do que veio a chamar-se depois a política da "coexistência pacífica". Assim, os jornais comunistas encontrarão, depois do atentado a Lacerda e da morte do Major Vaz, um motivo a mais para atacar Vargas e, ao fazê-lo, não deixam de prestar solidariedade a Lacerda (evidentemente com todas as ressalvas pertinentes em tais situações).

Não obstante, a irredutibilidade comunista em face de Vargas e sua posição ambígua em face da direita, só conseguiu manter-se até o dia do suicídio. Precisamente no dia seguinte, o P.C. realiza a mudança de linha mais oportunista de toda a sua história. Muda de 180 graus a sua tática e tentá colocar-se à frente das massas sublevadas como um ardoroso defensor da memória de Vargas. A partir deste momento, a tradição nacional-populista representada pela memória de Vargas e por seus herdeiros políticos (combinada evidentemente com a política soviética da "coexistência pacífica") formará uma das linhas centrais do pensamento e da ação dos comunistas até 1964.

Na história brasileira, 1954 significou uma antecipação frustrada de 1964. Há, não obstante, algumas diferenças importantes entre estes dois momentos históricos. Para a direita civil da época, em particular a UDN, 1954 significou a perda definitiva de sua oportunidade histórica de tomar o poder. Para o populismo, 1954 significará a possibilidade de algo mais que a saída honrosa que a direita recusara a Vargas. Vargas obteve de fato o que havia sido negado pouco antes a Arbens e depois a Peron, ou seja, a possibilidade

de um novo prazo para a morte final de seu regime e de sua política. Sob o clima de tensão que se apodera do país, o que restava do velho esquema varguista pode rearticular-se e, depois de ano e meio de crises, golpes e contra-golpes, reinstalar-se no poder com o governo Juscelino Kubitschek. Garantindo a possibilidade de uma sobrevida ao regime populista no Brasil, 1954 assegurava para o movimento operário a possibilidade de sua emergência subordinada à política populista.

Vargas havia, com efeito, resolvido à sua maneira o complicado problema sociológico da transferência do carisma e, deste modo, seu espírito continuará a presidir a história brasileira por dez anos mais. Mas se 1954 concedia um novo prazo para a aplicação da sentença que pesava sobre o populismo, isto não quer dizer que a sentença não viesse a aplicar-se algum dia. Assim, em 1964, quando vem abaixo o governo Goulart, começam a cair com ele não apenas sua política e seus aliados no movimento operário, mas também seus inimigos, incluídos os que fizeram campanha pelo golpe, como Lacerda e Adhemar de Barros, ou os que simplesmente aderiram como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. A partir de 1964 é toda a época de Vargas que vem abaixo.

É básico para o entendimento do movimento operário populista o saber que ele lança raízes neste momento de profundo abalo sofrido pelo varguismo. Neste sentido, é importante definir bem o caráter crítico dos acontecimentos de 1953 e 1954. Como se sabe, a instabilidade política assumiu um caráter mais ou menos permanente e "normal" neste período da história política dos países subdesenvolvidos. Não fosse

a existência de uma crise de legitimidade das elites, ou melhor, de uma crise de hegemonia das classes dominantes, que necessidade teriam os grupos no controle do Estado de patrocinar a mobilização das massas populares como sempre ocorreu com os governos populistas? A conjuntura de 1954 não seria, portanto, uma destas muitas crises "normais" que, de certo modo, constituíam uma condição de vida do populismo e o tornavam necessário à preservação do sistema político?

Não me parece, contudo, que 1954 possa ser visto desta maneira. Antes, pelo contrário, os acontecimentos daquele ano configuraram um momento de crise de estrutura do próprio varguismo e chegaram a pôr à mostra as raízes do sistema político brasileiro. Se, apesar de tudo, a tradição varguista se salvou, foi porque Vargas apresentou a prova extrema, confirmada pelos acontecimentos de após 1964, de que nenhum de seus adversários políticos era realmente competente para substituí-lo no poder. Apresentou ainda a prova, também confirmada pelos acontecimentos de após 1964, de que a sua política era o travejamento básico de toda uma época da história brasileira e, neste sentido, comprometia não apenas as forças filiadas à sua tradição, mas a todo o sistema político, inclusive àqueles setores que se consideravam anti-Vargas.

Isto tudo não significa, porém, que o populismo varguista tenha saído ileso dos acontecimentos. Pelo contrário, saiu gravemente afetado, pois o preço de sua permanência foi, enfim, a perda de seu chefe. A Goulart só restará apoiar-se na memória de Vargas e tratar de renovar o populismo com as sobras de seu prestígio entre as massas populares.

É no quadro deste populismo renovado sobre os escombros da tradição de Vargas que emergirá o movimento sindical populista.

CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E URBANOS (CERU)
SÃO PAULO (SP)-BRASIL

# CAPÍTULO IV

## 1955-1964: OS SINDICATOS NA POLÍTICA

os de 1950 a 1954 Os anos de 1950 a 1954 foram os anos decisivos da época de Vargas. Os dez anos que se seguem a agosto de 1954 constituem o período da decadência. Por ser um período de decadência e portanto também de emergência de novas tendências estruturais e políticas, ele confundiu a análise de muitos dos contemporâneos.

Além das dificuldades próprias de uma fase de transição, o período que se extende até 1964 apresentou a peculiaridade, em parte pelas circunstâncias criadas pelo suicídio de Vargas e pela mensagem de sua "Carta Testamento", de uma presença tão influente da ideologia nacionalista como poucas vezes se terá observado em qualquer outro momento da história brasileira. Esta ideologia que vinha se desenvolvendo desde a década de 30 como dimensão secundária da "ideologia de Estado" de que se falou anteriormente, alcançou nos últimos dez anos da época de Vargas sua fase de exacerbação "revivalista" e atingiu um nível de influência na interpretação dos fatos da vida política que só tem paralelo na influência que teve sobre a conduta política dos contemporâneos. Apoiando-se na ambiguidade própria dos períodos de transição, em que o passado e o futuro se apresentam como elementos centrais dos conflitos sociais e políticos, a ideologia nacionalista parecia ganhar tanto mais influência quanto menos dizia sobre a realidade concreta do presente e quanto mais insistia na proposição de mitos para o futuro que, na realidade, não significavam mais que uma defesa desesperada do passado. Tentando fazer-nos crer num aprofundamento histórico da herança de Vargas quando se assistia precisamente à sua liquidação, lenta

IV.3

mas inexorável, a ideologia nacionalista merece atenção tanto por sua influência política quanto por seus equívocos de interpretação sobre a época de Vargas.

Nascido das condições de crise de hegemonia que vinha se prolongando na história política brasileira desde a queda das elites da República Velha e de seu regime liberal-oligárquico, o regime populista de Vargas foi em essência um grande e instável compromisso. Não podendo preencher o vazio de hegemonia política e econômica, o regime populista buscava quando menos compensá-lo através de alianças e compromissos de circunstância entre os grupos dominantes que sobreviveram à Revolução de 30. Ressaltava, portanto, a figura de Vargas, Chefe do Estado, ao qual todos os grupos econômicos e políticos de certo modo se subordinavam e que se transformava assim, em nome dos interesses gerais da Nação, em ponto de encontro de todas as forças sociais e em árbitro supremo do jogo político. Vargas fora capaz, em meio a estas condições de crise e apoiado inicialmente no controle do aparelho de Estado e depois também em seu prestígio popular, de estabelecer a soberania do Estado sobre o conjunto das classes economicamente dominantes. Na mesma medida, colocou o Estado a serviço destas classes para a promoção do desenvolvimento capitalista nacional.

A grandeza de Vargas como político e sua importância pessoal dentro da política nacional decorrem, portanto, das mesmas circunstâncias históricas que conformam a crise de hegemonia vivida pelo país nesta época: em circunstâncias de crise generalizada do sistema político tentou constituir um

um novo Estado e em circunstâncias de crise generalizada das estruturas econômicas tradicionais tentou, através do Estado, infundir um novo rumo à economia capitalista no país.

Mas, na realidade, seu regime não era mais do que isto: um regime de compromisso, um regime de substituição para responder a uma época de crise. A soberania do Estado que ele representava sobre as classes economicamente dominantes não era mais que um "substituto funcional" para a hegemonia econômica de classe, inexistente em sua época. A política de desenvolvimento capitalista nacional que ele passou a representar para os nacionalistas depois de sua morte, não era mais que a extrapolação ideológica de sua política, empírica e circunstancial, de substituição de importações e de intervenção crescente do Estado sobre a economia. Vargas era ele próprio apenas um substituto para as classes dominantes incapazes de assumir por si próprias a hegemonia política e sua força política pessoal residia principalmente em sua capacidade de remediar a incapacidade política daquelas classes.

Nesta perspectiva, o sentido histórico fundamental de agosto de 1954 está em que dá início ao processo de desmoronamento de todos os arranjos políticos e econômicos precariamente estruturados durante toda a época de Vargas, a começar precisamente pela política de desenvolvimento capitalista nacional. Do mesmo modo, porém, que o suicídio de Vargas deu à política populista a oportunidade de uma revanche no momento mesmo de sua derrota, a "Carta Testamento", que deveria ser o ponto final da carreira do nacionalismo na política prática, apareceu como o ponto de partida para um "revivalismo"

nacionalista que deveria durar por todo o decênio seguinte.

Nos anos 50 terminava com a guerra fria este período de relativo isolamento econômico em que vivia o país desde a crise de 29 e que se prolongara com a grande depressão dos anos 30 e, depois, com a guerra. O desenvolvimento capitalista nacional já não poderia encontrar as mesmas "facilidades" do período anterior, já não poderia limitar-se a crescer sobre os "vazios" criados pela crise, pela depressão e pela guerra. O fracasso de Vargas em suas relações com os Estados Unidos deixa bastante clara a relevância deste aspecto. Daí o radicalismo de seu nacionalismo nos últimos anos de seu governo. Do mesmo modo, o fracasso de sua "política de conciliação" é evidência segura de que a estrutura de poder já não poderia continuar funcionando à base de compromissos de circunstância. Daí o tom cada vez mais enfático de seus apelos aos trabalhadores e aos sindicatos. Além disso, as greves de 1953, do mesmo modo que a fulminante vitória eleitoral de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, deixavam claro que as massas populares começavam a escapar aos controles tradicionais da política populista.

Nestas circunstâncias, Vargas deu em 1954 seu combate final tanto por sua concepção de desenvolvimento econômico como por sua concepção de Estado. Sua revanche não pôde impedir que perdesse o essencial: embora se dilatasse o prazo para a liquidação final de sua concepção de Estado, sua concepção do desenvolvimento econômico fora definitivamente derrotada. Sua vitória na conjuntura de 1954 não pôde impedir que se abrisse o espaço político necessário para o surgi-

mento de um novo centro de hegemonia econômica no país. O que se segue é, portanto, a decadência da época de Vargas. Decadência obscurecida pela exasperação ideológica do nacionalismo, mas nem por isto menos real.

O decênio de 1954 a 1964 mostra no plano econômico, por um lado, a liquidação da política de desenvolvimento capitalista nacional, resultado evidente dos êxitos econômicos de Kubitschek como dos fracassos de Goulart, e por outro, a instauração da hegemonia do grande capital na indústria com a passagem da burguesia nacional a um plano meramente secundário de "burguesia associada". Mais do que um deslocamento do controle dos empresários nacionais para os estrangeiros, ocorre uma verdadeira mudança na estrutura da economia industrial com o surgimento de um centro hegemônico vinculado ao grande capital e à indústria pesada. Mudança de estrutura que a ideologia nacionalista não poderia reconhecer em toda a sua profundidade, sob pena de perder sua razão de ser como projeto de desenvolvimento nacional (1).

No plano institucional, assiste-se à permanência e ao aprofundamento de uma crise que, latente durante o governo Kubitschek e manifesta durante o governo Goulart, atestava por uma parte a incapacidade das elites políticas em substituir Vargas no poder e por outra um ascenso das massas

(1) Fernando Henrique Cardoso - Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964. págs. 84 e 85. Onde talvez se considere este processo de mudança estrutural com maior precisão é na análise da "internacionalização do mercado interno" em trabalho do mesmo autor em colaboração com Enzo Faletto, Dependencia y Desarrollo en America Latina, Instituto Latinoamericano de Planificacion Economica y Social, Santiago, 1967.

populares que ia além da capacidade de controle das estruturas institucionais do Estado populista em processo de deterioração crescente. Ascenso das massas populares que se dava cada vez mais por fora das estruturas do populismo mas que a ideologia nacionalista, buscando uma continuidade mítica com o passado, via como a grande base de apoio para seus projetos reformistas.

No plano sindical, estas mesmas tendências econômicas, políticas e ideológicas se expressam de maneira direta na subordinação dos sindicatos à orientação nacionalista, em sua progressiva aproximação com o Estado e na institucionalização da estrutura dual do sindicalismo populista. Assumida a orientação nacionalista de colaboração de classes, a subordinação ao Estado vai decorrer, paradoxalmente, da decadência dos "fatores de progresso" exaltados por aquela mesma ideologia. A liquidação da política de desenvolvimento capitalista nacional e a incapacidade da burguesia nacional em assumir o ônus econômico de uma aliança com a classe operária, passam a impor ao movimento sindical aproximar-se do Estado com o objetivo de apoiar os projetos reformistas que a ideologia imputava à burguesia mas que esta se revelava incapaz de realizar por si própria.

Assim, a aliança de classes expressa pelo sindicalismo populista não poderá ser, por incapacidade da burguesia, a aliança direta classe-a-classe que a ideologia proclamava. Terá que ser, mais ainda pelo fato de que o Estado populista se encontra em processo de deterioração e necessitado de novos apoios, uma aliança triangular, sindicatos populis-

tas-Estado populista-burguesia nacional, em que os três parceiros, beneficiando-se da incapacidade política de seus adversários, tentarão prolongar tanto quanto possível sua sobrevivência política e econômica.

Não se detém aí, contudo, o processo de "politização" do movimento sindical. Na mesma medida em que se revela inviável uma aliança direta com a burguesia, o movimento sindical passa a deslocar gradativamente seu centro de gravidade do setor privado da economia para o setor público ou para o setor de utilidade pública de preços administrados pelo Estado. E na medida em que se desloca para estes setores, onde o Estado é direta ou indiretamente o patrão, e não apenas o mediador de uma aliança, mais o movimento sindical institucionaliza sua estrutura dual e mais se afasta das bases da classe operária, especialmente do setor moderno da economia. Passa a orientar-se diretamente pelas necessidades do jogo político. Os objetivos para os quais foi criada a estrutura sindical oficial encontram então o momento mais alto de sua realização. O movimento sindical se transforma num aliado direto do Estado populista e a participação da burguesia nacional, de resto cada vez menos interessada neste jogo perigoso, reduz-se cada vez mais a um elemento de caráter meramente simbólico na aliança.

Mas nem a aliança triangular nem a aliança direta com o Estado teriam sido possíveis se devessem contar apenas com as fracas forças que as constituíam. A classe operária participou em alguma medida destas alianças e, mais do que isto, garantiu algumas vantagens para si durante os anos

de crescimento da produtividade verificados no período Kubitschek. É quando se examinam os ganhos salariais da classe operária que se chega à ironia maior deste período de ironias. Os aumentos de salário real não teriam sido possíveis sem a elevação da produtividade geral da economia industrial que, por sua vez, resultava do impacto do dinamismo das grandes empresas. Subordinado à ideologia nacionalista de colaboração de classes, o movimento sindical alimentava-se das migalhas de seus adversários.

## 1 - ESTRUTURA ECONÔMICA E IDEOLOGIA NACIONALISTA NUM REGIME EM CRISE

A nova ênfase assumida pela participação militar na política foi a forma de expressão mais direta, embora não a única, da crise que afeta o regime e as elites políticas desde 1954. Em novembro de 1955, momento crucial da transição do governo Café Filho ao governo Kubitschek, a intervenção militar era vista como necessária por qualquer das duas tendências em confronto entre as elites políticas, seja para a implantação de um "regime de exceção" como queria a UDN, seja para a defesa da continuidade do regime populista como queria a aliança PSD-PTB. Pela primeira vez depois de 1945, o país chegava assim ao limiar da guerra civil, possibilidade que se repetirá depois em 1961 e em dois ou tres momentos deste período de crise aberta e permanente que foi o governo Goulart. Desde 1954, o regime perdera de fato seu ponto de equilíbrio e entrara num processo de deterioração que deveria a-

profundar-se de maneira constante até o seu desmoronamento final em 1964.

crise do pop. ↓ crescente mobilização das massas

Além da intensificação da participação militar, a crise de poder se expressava também numa possibilidade de intervenção das massas populares que crescia na mesma proporção em que os acontecimentos escapavam ao controle das elites políticas e militares. Presente já na conjuntura de 1954, esta possibilidade deverá tornar-se mais nítida na crise de 1961 para tornar-se francamente evidente durante o período Goulart. Parecia chegado o momento em que a história brasileira assistiria à entrada de um novo ator no cenário político, superando-se assim os termos elitistas em que a crise estava colocada desde 1954. Contudo, a entrada das massas embora permanecesse sempre uma possibilidade, não foi jamais assumida como alternativa política real por qualquer setor das elites políticas que, em seu conjunto, orientavam-se precisamente para combatê-la ou pelo menos evitá-la. Onde esta alternativa foi tomada mais a sério foi entre os liberais de direita que, convencidos da necessidade da liquidação final do regime populista, viam com temor a possibilidade de que a ascensão popular, que já deixava de ser um fenômeno apenas urbano, tomasse um caminho revolucionário. No outro lado do espectro político, porém, os setores mais radicais das elites ameaçavam permanentemente com o povo mas de fato pouco faziam além de buscar desesperadamente alguma solução que evitasse sua intervenção real. Se os primeiros haviam renunciado às regras do jogo democrático e clamavam por um golpe de Estado que instaurasse um "regime de exceção", estes buscavam, im-

Momentos cruciais 54, 61, JG.

medo das elites ↓ processo revoluc. das massas

"as Ligas"

pregnados que estavam do reformismo nacionalista, alguma solução de cima que tornasse desnecessária a intervenção das massas populares. Para uns e outros, embora se colocando em posições antagônicas na crise política, era o Estado e não a sociedade (ou as classes) o principal foco de atenção.

Nestas circunstâncias, o desenvolvimento da crise de poder desde 1954 não foi, no plano das elites políticas, senão um processo de agravamento dos termos em que fora colocada em seu ponto de partida: continuidade do regime populista ou "regime de exceção"? É importante observar que no essencial e durante a maior parte do tempo, a ofensiva política coube, num sentido geral, à UDN. As forças políticas fiéis à tradição de Vargas, agrupadas majoritariamente no PSD e no PTB, não fizeram muito mais do que defender suas posições de poder. Deste modo, desde a campanha eleitoral de Kubitschek tratarão de identificar sua defesa com a defesa da democracia e do desenvolvimento(que, depois de iniciado o governo e de certa forma contra os resultados reais de sua ação econômica real, será definido como desenvolvimento nacional). Na realidade, porém, bastava a determinação da UDN em chegar ao poder a qualquer custo para que se deteriorassem e rompessem as regras de convivência entre as elites, comprometendo de maneira definitiva a sua sobrevivência. Acrescente-se a isto o fracasso da política de desenvolvimento capitalista nacional, e perceberemos que o regime populista já estava a rigor historicamente condenado. Não deixa de ser importante, contudo, registrar as decisões das elites políticas neste processo. Orientando-se todas para o Estado, do qual esperavam o sol e a

chuva, elas prepararam o caminho de sua própria liquidação. O regime populista parecia condenado a desaparecer levando consigo não apenas seus esteios principais - o PSD e o PTB - como inclusive seus adversários mais intransigentes. Para não falar de seus aliados de última hora, quais sejam o Partido Comunista e os sindicatos.

Neste quadro de profunda instabilidade política que é o decênio de 1954-1964, o governo Kubitschek aparece como um oásis de estabilidade. Exceção à regra que se combina com esta outra exceção constituída pela sucessão tranquila em que Jânio Quadros assume a Presidência.

Mas como explicar a estabilidade do governo Kubitschek e o período sucessório de 1960 sem recorrer precisamente aos fatores de crise que se desenvolvem desde 1954? A estabilidade daquele governo seria inexplicável sem o empenho político do General Lott, Ministro da Guerra de Café Filho que se passara ao campo contrário em 1955 e terminara por identificar-se politicamente com o esquema PSD-PTB até o ponto de converter-se em candidato destas forças em 1960. Do mesmo modo, seria inexplicável sem a aliança da UDN com Jânio Quadros, que vem desde a campanha eleitoral de Juarez Távora e dos acontecimentos de novembro de 1955, e que, pela primeira vez desde 1945, conferia àquele partido uma possibilidade real de chegar ao poder por meios eleitorais (1).

Do ponto de vista de uma análise do processo de crise de poder, o período Kubitschek foi, de certo modo, um

(1) Cf. Mario Victor, 5 Anos que Abalaram o Brasil, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, pags. 36 e seguintes.

jogo de cartas trocadas que, ao invés de indicar a estabilidade real do regime, poderia ser tomado como evidência do contrário. Período de estabilidade mas diretamente dependente da participação política do comando militar, talvez seja este o momento em que melhor se observa, neste processo de crise de poder, a incapacidade das elites políticas dirigirem o Estado independentemente da arregimentação das Forças Armadas para fora de suas funções institucionais e, portanto, da deterioração do princípio constitucional da supremacia do poder civil. Embora mobilizada agora pelas forças fiéis à tradição de Vargas, a pressão militar sobre o sistema político alcançou nestes anos um nível e uma constância que não se conhecia desde os anos 30. Por outro lado, a UDN embora renunciando circunstancialmente em nome de sua esperança em Jânio Quadros, à sua tática voltada para o golpe de Estado, nem por isto contribuia para a reconsolidação institucional do regime. Que significava Quadros senão o produto evidente da falência do sistema partidário do qual a UDN fazia parte? Que significava Quadros senão o populismo que se conduzia à sua contradição mais extrema e se voltava contra si próprio? Finalmente, como explicar a profunda crise de 1961 sem se referir a esta precariedade do arranjo de forças durante o governo Kubitschek? Apesar das aparências, é possível reconhecer nas linhas básicas da crise de poder uma continuidade fundamental entre todos os governos que se sucedem desde 1954.

Não fosse suficiente a gravidade da crise de poder e haveria a acrescentar que qualquer possibilidade de recuperação do regime populista durante o governo Kubitschek

teria sido certamente anulada pelos próprios resultados de sua política econômica, que por sua vez era, pelo menos parcialmente, uma herança de 1954. Herdeiro de diretrizes econômicas que começaram a estabelecer-se no governo Café Filho, das quais a Instrução 113 da SUMOC é um dos exemplos mais importantes, o governo Kubitschek orientou-se desde o início no sentido de uma política de industrialização favorável aos grandes capitais estrangeiros. É evidente que esta reorientação da ação do Estado sobre a economia não poderia por sua vez deixar de repercutir sobre o sistema político. Como disse Fernando Henrique Cardoso, iniciava-se assim um processo de divergência crescente "entre as bases sociais e políticas sobre as quais assentava o regime populista e os setores de classe que controlavam as forças produtivas", modificava-se "o eixo hegemônico do sistema de poder e a base dinâmica do sistema produtivo" que se deslocava para os grupos sociais que expressam o capitalismo internacional (1).

O resultado econômico deste processo foi uma mudança na estrutura da economia industrial que se expressou através do rápido desenvolvimento do setor de bens de consumo durável e de bens de capital e no declínio relativo do setor de bens de consumo não durável.

(1) Cf. Fernando Henrique Cardoso, O Modelo Político Brasileiro, São Paulo, 1971, (mimeo).

## EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO EMPREGO E DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

1953-1963

| TIPOS DE INDÚSTRIAS | 1953 | | | | 1963 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | OPERÁRIOS | | VALOR DA PRODUÇÃO | | OPERÁRIOS | | VALOR DA PRODUÇÃO | |
| | Nº (1000 op) | % | (Cr$1 000 000) preços corrent | % | Nº (1000 op) | % | (Cr$1 000 000 preços corrent | % |
| Bens de Consumo Não Durável (1) | 752 | 61,9 | 121 | 61,1 | 761 | 49,4 | 3 047 | 43,7 |
| Bens Intermediários (2) | 212 | 17,4 | 28 | 14,1 | 248 | 16,1 | 925 | 13,3 |
| Bens de Consumo Durável e de Capital (3) | 251 | 20,7 | 49 | 24,7 | 532 | 34,5 | 2 995 | 43,0 |
| TOTAL | 1 215 | 100,0 | 198 | 100,0 | 1 541 | 100,0 | 6 967 | 100,0 |

FONTE: Anuários Estatísticos do IBGE.

(1) Madeira
Mobiliário
Couros e peles
Textil
Vestuário e calçados
Produtos alimentares
Bebidas
Fumo

(2) Minerais não metálicos
Borracha
Prod. farmacêuticos
Perfumaria
Matérias plásticas
Editorial e gráfica
Diversos

(3) Metalúrgica
Mecânica
Mat. elétrico e comunicação
Mat. de transporte
Papel e papelão
Química

Contudo, os efeitos no plano político foram talvez mais rápidos do que podem fazer supor estes dados econômicos. Não ficaram de modo algum restritos à criação de organismos paralelos à administração central do Estado, o que por si só constitui uma contribuição a mais ao desenvolvimento desta tendência secular à hipertrofia do Executivo, como afetaram de maneira quase imediata à estrutura da burguesia industrial e da classe operária com repercussões diretas sobre as relações de alianças entre grupos e classes sociais, do mesmo modo que sobre suas organizações corporativas e, inclusive, sobre o sistema partidário. Pode-se dizer que é dos primeiros anos desta mudança estrutural a vigência de uma aliança política dirigida pelos grupos nacionalistas entre a burguesia nacional e os sindicatos sob controle dos comunistas. Aliança que será de fato desfeita pouco depois mas que, transformada em mito pela ideologia nacionalista, assegurou até 1964 uma influência decisiva sobre as orientações do movimento sindical no país.

O ano de 1957 parece ter sido o momento de auge da aliança entre os setores sociais e políticos que se sentiam prejudicados pelos novos rumos assumidos pela política econômica no país. Manifestações em favor da indústria nacional, em especial contra qualquer política de restrições ao crédito, vinham de todas as partes. Desde a Confederação Nacional das Indústrias (C.N.I.) e dos sindicatos operários até o Ministro da Guerra, que endossa em entrevista publicada em agosto as idéias da Frente Parlamentar Nacionalista recém-fundada (1). Vem depois

(1) No caso dos sindicatos refiro-me ao Projeto de Programa do P.U.I. publicado em janeiro de 1957. Cf. Notícias de Hoje, 26/01/1957.

a campanha contra a cessão da ilha de Fernão de Noronha ao governo americano para a instalação de uma base militar, do mesmo modo que a crise do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que passa ao controle dos nacionalistas radicais. Apoiada em forças sociais e políticas que apenas tratavam de defender posições em um processo de mudança estrutural que eram incapazes de controlar, a ideologia nacionalista encontrou nos anos de 1957 a 1959 o ponto de partida de um processo de expansão que deveria transformá-la numa espécie de idioma político dominante no país.

Não obstante, a realidade das novas tendências em curso na economia não parece ter sido fundamentalmente afetada por todo este ascenso ideológico do nacionalismo. O mais provável é que tenha ocorrido precisamente o contrário: a oportunidade histórica do nacionalismo como ideologia parecia decorrer, de maneira muito coerente com as características defensivas que assumiu, da própria situação de decadência em que se encontrava o setor nacional da indústria. Em certos momentos, a nova realidade da economia chegava a encontrar alguma maneira de se infiltrar diretamente nas próprias fileiras do nacionalismo. (É sabido, por exemplo, que a campanha contra a American Can em 1958 foi financiada por um industrial brasileiro associado à sua principal competidora, a Continental Can). Nada disto, porém, que indicava que a ideologia já começava a se desprender de suas condições reais na economia, parecia suficiente sequer para atenuar o elan suscitado pelo nacionalismo entre alguns grupos políticos como entre alguns setores da classe média, em especial os estudantes e os intelectuais e alguns setores mili-

tares. É assim que em 1958, o Partido Comunista lançava a sua declaração de Março em que recolocava sua orientação anterior na linha ideológica de um estilo quase isebiano.

De qualquer forma, é importante reconhecer que os anos de 1957 a 1959 foram certamente o período de maior eficácia do nacionalismo no plano econômico, depois de Vargas. Embora impotente para mudar o curso básico seguido pelo processo econômico, o movimento nacionalista pôde, pelo menos, obter a neutralização das pressões que vinham do lado contrário, em especial do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), no sentido da aplicação de uma política de estabilização monetária e de controle da inflação. Em 1958, o governo parece ter feito sua última tentativa importante neste sentido, com a saída de José Maria Alkimin do Ministério da Fazenda e sua substituição por Lucas Lopes. A tentativa resultou porém num fracasso político para o governo que, em 1959, rompia relações com o F.M.I.. Chegava-se assim a uma espécie de compromisso, ou melhor, de empate, pelo qual o governo, embora sem alterar no fundamental sua orientação econômica, ao mesmo tempo mantinha uma política de crédito fácil para a indústria ao lado de uma política de abertura no plano salarial que permitiu uma certa elevação do salário real no período. Destas poucas glórias, o nacionalismo deverá viver até 1964 como ideologia principal dos seguidores da tradição de Vargas e como influência decisiva sobre o movimento operário.

Latente durante o período Kubitschek, a crise de poder se reabre em 1961 e se aprofunda pelos anos seguintes do governo Goulart. Já agora não era apenas a crise estritamente

1961 → crise de poder

político-institucional que resultava da quebra das normas de convivência dentro do sistema político, nem apenas a crise resultante da defasagem entre o regime e as novas bases econômicas surgidas da expansão do grande capital industrial. Acrescentavam-se a ambas a depressão econômica e um processo inflacionário que parecia ter escapado a qualquer possibilidade de controle. É então que a ideologia nacionalista alcança seu ponto mais alto de influência sobre o comportamento dos sindicatos. Do mesmo modo, é então que o movimento sindical alcança seu ponto mais alto de "politização" e de institucionalização. Transforma-se numa espécie de "quarto poder" de um regime que se achava em franca bancarrota.

estava tudo no Gov. JG.

dentro da ideol. nacion.

## 2 - DESENVOLVIMENTO E CRISE DO SINDICALISMO POPULISTA

A solução dada à crise de novembro de 1955 foi recebida com aplausos por parte dos sindicatos. O curto governo de Café Filho não apenas dera início a uma reorientação da política de industrialização à base do grande capital, de que a Instrução 113 viria a ser um dos principais instrumentos, como também tentara, de maneira coerente com o sentido geral desta política e com o caráter anti-Vargas de suas origens, restabelecer a orientação repressiva do Estado perante o movimento sindical. Nas circunstâncias políticas de 1954 e 1955 esta orientação não podia evidentemente ser aplicada com o mesmo rigor do governo Dutra alguns anos antes. Mas, de qualquer modo, Café Filho foi o primeiro a tentar inaugurar na política brasileira

esta correlação entre política de abertura ao grande capital, política de estabilização monetária e política de controle repressivo sobre os sindicatos que virá a ser a norma desde 1964.

política Café Filho → pol. sindical repressiva

Juscelino Kubitschek vem depois de Café Filho e apoiado precisamente no movimento contrário àquele governo. Deste modo, se pôde herdar de Café Filho os instrumentos de política econômica que favoreciam a expansão do grande capital (de resto também uma imposição das condições econômicas vigentes desde os últimos anos do governo Vargas) não encontrará condições políticas na própria coligação que o levara ao poder para uma aplicação consequente das políticas de estabilização e de controle sindical. Especialmente esta última, pois é bem provável que alguma liberalização das atividades sindicais estivesse prevista desde a campanha eleitoral, feita com apoio dos comunistas e de Goulart, candidato à Vice-Presidência e chefe do PTB. Assim, já em novembro, depois de resolvida a crise militar, um número de sindicatos do Rio e de São Paulo não tem dúvidas em manifestar seu apoio ao Presidente eleito. Nestas circunstâncias, se o governo Café Filho foi uma espécie de antecipação de 1964, o governo Kubitschek deveria ser a oportunidade para a retomada da aliança iniciada em 1954 entre Goulart e os comunistas e que, desde então, prosseguirá sem maiores interrupções até 1964.

Não obstante, convém registrar o fato de que esta aliança de certo modo se impõe a Kubitschek por força das condições políticas em que chegara ao governo e que este não a aceita de bom grado. Em realidade, como declarou logo no início do governo, Kubitschek preferia alguma solução para o pro-

blema sindical que evitasse Goulart e os comunistas. Daí a oscilação de seu governo entre a tentativa de estabelecer relações diretas com os sindicatos e a repressão, que existe em todo o período embora de maneira discreta e que deveria alcançar um momento de concentração em 1959, quando o Conselho de Segurança Nacional chegou a sugerir medidas no sentido da supressão das "organizações paralelas" do sindicalismo. Deste modo, embora não deixasse de consultar Goulart quando da indicação de seus Ministros do Trabalho, tratava de impor-lhes sua própria política e Goulart só veio a adquirir pleno controle sobre o Ministério com João Batista Ramos, o último dos tres ministros do período (1).

política de JK

Do mesmo modo, é interessante observar que Kubitschek tentou sugerir no início de seu governo sua própria alternativa para os sindicatos. Parte de suas atividades em seu primeiro ano de governo foram dedicadas ao problema sindical e é possível admitir-se que Kubitschek tivesse suas próprias idéias a respeito. Pouco tempo depois de uma reunião com líderes sindicais ocorrida em março, anunciou as novas bases para o salário-mínimo. Nesta oportunidade, Kubitschek anunciou também alguns objetivos básicos de sua política econômica que tentou apresentar em termos simpáticos aos trabalhadores: luta contra a inflação que "pulveriza os salários", luta contra a "alta dos preços" e algumas medidas objetivando controlar a expansão do

(1) Como diz Erickson, "José Parsifal Barroso vowed to take any measure necessary to prevent extremists from gaining control of the sindicatos, including the nullification of elections won by the Communists. After he left the post (...) Fernando de Nobrega followed similar policies". Kenneth Paul Erickson, op.cit., pag. 113.

crédito bancário.

Buscava evidentemente conciliar sua política econômica que exigia controle sobre a inflação com uma política de abertura para a classe operária: "Quero e espero que os salários mínimos hoje estabelecidos passem a valer alguma coisa, que correspondam a uma melhoria na existência dos homens do labor, dos que mourejam incessantemente e não sejam devorados pela ganância dos que procuram lucros fáceis, agravando ainda mais a triste situação de vida das massas operárias". Mais do que isto, tratava realmente de indicar seu interesse numa aliança direta com os sindicatos: "Não precisais de intérpretes estranhos junto ao governo: vós mesmos estais à altura de discutir com as autoridades os vossos problemas e no que toca pessoalmente ao Presidente jamais as portas deste palácio estarão fechadas ou haverá falta de tempo para ouvir os reclamos e defender os direitos dos trabalhadores". "Convosco conseguiremos empreender o imenso trabalho do desenvolvimento nacional. (...) Sem a vossa participação entusiástica e militante será desgraçadamente retardado o nosso encontro com um grande e poderoso destino".

JK → Negociação direta c/ os sind. → fracassada → objetivo → enfraquecer Jango e o apoio dos comunistas.

Contudo, a posição de Kubitschek não era fácil na área sindical. Não apenas era demasiado recente a sua aproximação com os sindicatos, como não contava com nenhuma equipe política ou sindical que lhe permitisse enfrentar a competição inevitável com a influência de Goulart que saíra prestigiado de todas as crises de 1955 e era tido como o continuador de Vargas em linha direta. Além disso, a competição política na área sindical parecia tornar-se ainda mais complicada com a recente emergência de Jânio Quadros, governador do Estado mais industria

* Esperança de JK → era de q. se criasse uma nova tendência na ação sindical, por isso lhes deu liberdade mas controlada pela tentativa de negociação direta.

lizado do país, como um novo polo de atração para os sindicalistas. Finalmente, haveria a mencionar que o Partido Comunista parecia de princípio excluído das cogitações de Kubitschek, além de que já estava comprometido com Goulart e cada vez mais identificado com uma orientação de tipo nacionalista que se dirigia precisamente contra alguns aspectos da política econômica do governo. Deste modo, Kubitschek ficava na dependência de um fenômeno de maturação talvez demasiado lenta para seus objetivos, qual seja, o surgimento de uma nova tendência no movimento sindical, que deveria localizar-se nos setores mais modernos da indústria, evidentemente os mais favorecidos pelos resultados de sua política econômica.

PCB identificado com a pol. nac. mas contra a pol. econ.

Ressurgia portanto no campo da política sindical o mesmo empate a que aludimos antes por referência à política econômica. Se com referência a esta última o governo teve que ceder em suas intenções de controle do crédito, no campo da política sindical ele se mostrava praticamente incapaz de competir. Contudo, é preciso não esquecer também o outro lado da medalha: se os nacionalistas perdiam o essencial no campo da política econômica, o controle hegemônico de Goulart e dos comunistas sobre a política sindical não poderá deixar de pagar um alto preço pelos efeitos que a mudança da estrutura econômica vem a provocar sobre a estrutura da classe operária e, por conseqüência, sobre o movimento sindical. Interessado na liberalização do movimento sindical mas incapaz de oferecer ou de implementar sua própria alternativa política para os sindicatos, o governo Kubitschek estará sempre no limite da repressão, limite dificilmente superável pelo próprio fato de que seus adversá-

rios na área sindical são os seus aliados na área política. Com o controle dos sindicatos, mas identificados com o nacionalismo e com a burguesia nacional, os comunistas, juntamente com Goulart, terão que dar prosseguimento a uma orientação voltada para os setores decadentes da indústria e para o setor público, revelando-se incapazes de assumir o controle sobre a classe operária dos setores privados modernos, ou seje, dos setores potencialmente decisivos do movimento operário.

Nestas circunstâncias políticas, pode-se dizer que as mudanças havidas na estrutura econômica nestes anos teve conseqüências no plano da política sindical que vão precisamente no sentido contrário ao das novas tendências em curso no processo de industrialização. Enquanto o capital se desloca para os setores modernos, a atividade sindical se reafirma nos setores tradicionais. Uma rápida comparação entre o setor metalúrgico e o setor têxtil, que podem ser considerados grosso modo como moderno e tradicional respectivamente, indica claramente a defasagem a que se refere acima. Como se vê na tabela seguinte, a classe operária do setor metalúrgico mostrou durante o governo Kubitschek um crescimento bastante grande, em contraste com um decréscimo em números absolutos no setor têxtil.

contradição do movto sindical

OPERÁRIOS OCUPADOS NO PAÍS
NOS RAMOS METALÚRGICO E TÊXTIL

| RAMOS DE INDÚSTRIA | 1955 | | 1957 | | 1959 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nºs Abs. | % (*) | Nºs Abs. | % (*) | Nºs Abs. | % (*) |
| Metalúrgica, Material de Transporte, Material Elétrico e Mecânica | 205 740 | 18,5 | 228 208 | 22,2 | 294 165 | 23,4 |
| Têxtil | 346 734 | 31,2 | 291 527 | 28,3 | 306 122 | 24,4 |

(*) As porcentagens são tiradas sobre os totais gerais do país para cada ano. Por isso a soma é menor que 100.

FONTE- Anuários do IBGE.

Numa situação política de atividade sindical relativamente livre como a destes anos, seria de se esperar que houvesse uma correlação entre expansão do emprego no setor com uma elevação correspondente das atividades sindicais. Do mesmo modo, seria razoável esperar que a depressão do emprego obrigasse a uma depressão das atividades sindicais. Se no primeiro caso o operário tem condições de considerar seu emprego assegurado e pode, portanto, assumir uma atitude mais confiante em suas reivindicações, no segundo normalmente se observa o contrário.

Nos dois casos em exame, as condições de ordem política, especialmente referentes à orientação dos grupos hegemônicos sobre o movimento sindical parecem ter levado as linhas de atividade do movimento sindical a ocorrer ao revés das tendências estruturais nos respectivos setores. Assim, na tabela seguinte sobre a freqüência de greves nestes, se observa uma tendência comum ao ascenso em ambos os setores que é realmente

surpreendente nas condições econômicas vividas pelo setor têxtil:

FREQUÊNCIA DE GREVES NOS SETORES METALÚRGICOS E DE FIAÇÃO E TECELAGEM

| CATEGORIAS | 1945-1946 | 1947-1950 | 1951-1954 | 1955-1960 |
|---|---|---|---|---|
| Fiação e Tecelagem | 13 | 14 | 12 | (25) |
| Metalúrgicos | 16 | 3 | 3 | (15) |

Embora estes dados comparativos entre setores constituam uma indicação de uma tendência à elevação das atividades sindicais nas áreas mais tradicionais da indústria, eles tendem a subestimar o fenômeno porque supõem em cada um dos setores considerados uma homogeneidade estrutural que efetivamente não possuem. Num e noutro existem empresas tradicionais e modernas e a comparação tal como apresentada não permite distinguir entre elas. Os objetivos das greves são certamente um indicador mais preciso. Comparando tres períodos para os quais temos informações sobre este tópico, encontramos os seguintes resultados para o conjunto dos setores.

DAS GREVES (CONJUNTO DOS SETORES)

Em porcentagem

| OBJETIVOS | 1945-1946 | 1951-1954 | 1955-1960 |
|---|---|---|---|
| Aumento de Salários | 70 | 61 | 49 |
| Atraso de Salários e Não Cumprimento de Acordos | 5 | 14 | 32 |
| Abonos e Taxas | 19 | 14 | 11 |
| Condições de Trabalho | 6 | 10 | 8 |
| Soma das Referências | 100 (109) | 100 (49) | 100 (213) |

Observação: Trata-se de uma tabela de referências múltiplas. A soma dos objetivos não é, portanto, idêntica à soma das greves nos períodos respectivos.

É importante observar na tabela acima a elevada freqüência observada para o item "Atraso de salários e não cumprimento de acordos" no período 1955-1960, ocorrência típica das empresas tradicionais e decadentes de qualquer setor da economia industrial. Estes dados mostram, de maneira mais direta que os anteriores, a tendência que vínhamos observando no movimento sindical do período Kubitschek. Numa fase de moderniza - ção da indústria, o movimento sindical concentrou suas atividades no setor mais tradicional.

Além das razões de orientação ideológica mencionadas anteriormente, é importante chamar a atenção para o aspecto organizatório do problema. Embora decadentes, os setores tradicionais eram evidentemente os que contavam com algum grau de organização e de incorporação às estruturas do sindicalismo oficial, não apenas por serem mais antigos como também porque, pelo próprio fato de serem atrasados do ponto de vista tecnoló-

gico, acabavam oferecendo mais motivos para a ação do sindicato. Problemas relativos a condições de trabalho, bem como os referentes ao cumprimento das leis sociais são, como se sabe, mais freqüentes nestas empresas que nas empresas modernas, em especial as estrangeiras. Deste modo, é bastante provável que os contingentes operários das empresas mais atrasadas tenham uma presença muito mais efetiva nos sindicatos de suas respectivas categorias que aqueles das empresas mais modernas. Tendo-se em conta além disso que a estrutura sindical oficial organiza os trabalhadores segundo categorias bastante amplas e heterogêneas e não segundo empresas, pode-se concluir que em muitas categorias os contingentes operários das empresas mais tradicionais tendiam à hegemonia dentro de seus respectivos sindicatos, ou seja, tendiam a transformar o seu problema particular no problema geral da categoria. No mínimo, as reivindicações próprias destes contingentes encontravam mais ressonância dentro da organização sindical que os problemas vividos pela classe operária nas empresas mais modernas.

Assim, do mesmo modo que a C.N.I., pelo lado dos empregadores, protestava contra as tentativas do governo no sentido da restrição de crédito em nome dos setores mais tradicionais do empresariado, assim também os sindicatos operários, mais sensíveis aos problemas dos contingentes operários destas empresas. É assim que estes sindicatos, ou as "organizações paralelas" que os congregavam, apresentaram uma tendência permanente a politizar-se e a politizar as greves. Embora as reivindicações econômicas fossem apresentadas contra os patrões, os problemas econômicos vividos pelas empresas eram, por sua vez,

transferidos ao governo. Seguindo uma ideologia nacionalista de colaboração de classes, sua orientação poderia ser traduzida nos seguintes termos: o empregador deve conceder o aumento de salário aos operários e o governo deve garantir ao empregador condições para que conceda este aumento. Nesta linha são vários os protestos vindos dos sindicatos e dirigidos ao governo sobre o desemprego no setor têxtil, problema que o Projeto de Programa do P.U.I. de janeiro de 1957 vincula precisamente à "restrição de crédito à indústria e ao comércio nacional". Era a aliança triangular de operariado, burguesia e Estado em funcionamento.

política de colaboração de cl.

Nas condições políticas desta aliança e tendo em conta a hegemonia dos setores tradicionais, tanto da burguesia industrial como da classe operária, sobre seus respectivos sindicatos, é realmente curioso assistir à consolidação da estrutura sindical corporativista oficial ao mesmo tempo em que ocorrem mudanças estruturais na indústria e na classe operária. A estrutura sindical oficial, criada para a estrutura industrial pré-existente e que nunca chegara a ter eficácia com exceção de alguns curtos períodos, atingia seu nível mais alto de representação e de mobilização precisamente quando as bases econômicas de sua existência começavam a ser corroídas pelas novas tendências do processo econômico. Estrutura criada para condições passadas, ela de certo modo revivia, como a ideologia nacionalista que a orientava, na tentativa de ajudar a preservar o passado.

Convém, contudo, não exagerar na eficácia desta estrutura sindical, nem mesmo para os primeiros anos do governo Kubitschek que foram os de sua maior eficácia, pelo menos no

plano das reivindicações econômicas. Embora o movimento sindical pretendesse servir, e de fato serviu, como um grupo de pressão aliado aos interesses dos setores atrasados da indústria, o fato é que sua maneira mais eficaz de pressionar o governo passava inevitavelmente por uma pressão, através da greve, sobre os empregadores tradicionais, ainda mais porque os sindicatos eram extremamente frágeis nos setores modernos. A rigor, a aliança triangular era um processo contraditório de cooperação a nível político e conflito a nível social. Por sua própria natureza contraditória, a aliança triangular só poderia ter um prazo de vigência muito curto. Só poderia durar enquanto durasse o interesse político dos empresários tradicionais em opor restrições à política econômica do governo. De fato, a dissolução desta aliança, como aliança efetiva, foi um processo relativamente rápido segundo o qual o movimento sindical deslocou seu foco de atenção do setor privado para o setor público.

contradição da aliança triangular

A dissolução do P.U.I. no Conselho dos Trabalhadores do Estado de São Paulo e a formação do P.U.A., constituem dois pontos de referência deste processo. Como se sabe, o P.U.I. sediado em São Paulo, congregava desde 1955 sindicatos que, em sua maioria, representavam categorias vinculadas à economia de mercado: metalúrgicos, têxteis, gráficos, bancários, aeroviários, ferroviários, marceneiros, padeiros, laticínios, papel e papelão e construção civil. O declínio desta "organização paralela" que desempenhou um importante papel na dinamização das atividades sindicais nestes anos, parece ter começado com a greve de 1957, ponto de encontro de uma forte luta de tendências entre comunistas, janistas e ademaristas no movimento sindical

de São Paulo e motivo de fortes protestos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) contra a ausência de controle governamental do processo grevista. Desde então a pressão contra o P.U.I. é crescente entre as organizações representativas dos empregadores chegando a transferir-se também para setores políticos e militares. Submetido a pressões externas e, além disso, ao aprofundamento do conflito de tendências, o P.U.I. é dissolvido em 1959, dando lugar à formação do Conselho dos Trabalhadores.

Na realidade, porém, o Conselho nunca chegou a resolver o conflito interno nem teve jamais o mesmo nível de atividade. O que houve efetivamente foi um passo a mais no sentido da institucionalização do movimento sindical nas áreas de economia de mercado, processo que aparentemente atendia aos desejos não apenas do governo e das organizações representativas dos empregadores, como de todas as forças políticas interessadas. A propósito, é importante registrar a opinião dos comunistas: "O movimento sindical deu em 1958 importantes passos que reforçaram sua unidade e organização. Para isso contribuiram as conferências sindicais do Distrito Federal e de diversos Estados e principalmente a Primeira Conferência Sindical Nacional, que uniu em nível mais alto as correntes de maior influência entre os trabalhadores brasileiros. É necessário, pois, desenvolver esse processo unitário, atuando de acordo com a estrutura legal da organização sindical brasileira" (1). Ao lado desta

(1) Luiz Carlos Prestes, A Situação Política e a Luta por um Governo Nacionalista e Democrático, 1959, Editorial Vitoria, pags. 32-33. Os grifos são meus (F.C.W.).

orientação no sentido da institucionalização do movimento sindical, os comunistas tratavam igualmente de chamar a atenção para os objetivos nacionalistas de sua estratégia, considerando "vulgar economicismo" e errônea e nociva "a preocupação que ainda existe em radicalizar ao máximo a luta de classes entre o proletariado e a burguesia na atual etapa da revolução brasileira" (1).

Como em 1945, o movimento sindical passaria a ser orientado para cumprir objetivos políticos mais do que econômicos. É assim que, contraditando as palavras anteriores que revelam a preocupação de atuar "de acordo com a estrutura legal da organização sindical brasileira", os comunistas fundam, pouco antes da dissolução do P.U.I., a Frente de Unidade Inter-Sindical de Ferroviários, Marítimos e Portuários, primeira designação do Pacto de Unidade e Ação. Tendo sede no Rio de Janeiro e atuando no setor público da economia ou em setores de utilidade pública, a nova "organização paralela" vem dar expressão a uma das tendências dominantes do movimento sindical brasileiro desde o após-guerra. Na realidade, não apenas dava expressão a uma tendência desde há muito existente como deveria reforçá-la preparando o caminho para a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (C.G.T.) em que deveria desempenhar uma função decisiva nas greves políticas do período Goulart.

Processo de institucionaliz. do mov. Sindical ⇓ dissolução e fundação de org. paralelas c/ este caráter

PUI / PUA / CGT.

(1) Luiz Carlos Prestes, op.cit., pág. 48.

DISTRIBUIÇÃO DAS GREVES SEGUNDO TIPOS DE EMPRESA

1956-1963

Em porcentagem

| TIPOS DE EMPRESA | 1956-1957 | 1958-1959 | 1960 | 1961 | 1962 | 1963 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Empresas de Mercado Livre | 48,0 | 39,0 | 39,0 | 34,0 | 55,0 | 43,0 |
| Empresas Públicas ou de Utilidade Pública | 52,0 | 60,0 | 61,0 | 54,0 | 44,0 | 57,0 |
| Não Consta | - | 1,0 | - | 1,,0 | 1,0 | - |
| TOTAL | 100 (44) | 100 (100) | 100 (69) | 100 (141) | 100 (135) | 100 (161) |

Este processo de institucionalização do movimento sindical cujo centro de gravidade se deslocava para o setor público, tinha seu correspondente numa tendência a um afastamento crescente em relação às bases da classe operária do setor privado, já não apenas moderno como também tradicional. Em realidade, aquele processo significava que o movimento sindical passava a orientar-se menos pelas reivindicações econômicas dos trabalhadores deste setor que por uma programação política que se inspirava na ideologia do nacionalismo e que deveria atingir seu ponto alto na campanha pelas reformas de base. Subordinado a estes objetivos políticos, as reivindicações econômicas passaram a constituir para o movimento sindical um aspecto secundário de suas atividades. Tanto assim que o período Goulart, com toda a intensidade da ação sindical existente à época, é também o período de menor eficácia do movimento sindical no plano das

reivindicações econômicas e de deterioração permanente dos salários.

As greves políticas do período Goulart são talvez o ponto máximo no desenvolvimento do sindicalismo populista. Conforme um estudo recente, as greves políticas tinham seu êxito limitado quase que apenas às empresas públicas ou de utilidade pública (1). Mais ainda, as greves tinham êxito na dependência de dois fatores, um de tipo político, outro de tipo econômico-social. O primeiro era a disposição das Forças Armadas que deveria ser quando menos tolerante com os objetivos da greve. O segundo dependia do grau a que houvesse chegado a deterioração dos salários no momento para o qual era proposta a greve (2). Quanto maior o grau de deterioração, maior a probabilidade de êxito na conquista da massa operária para o movimento. O movimento sindical populista chegava assim nas greves políticas aos seus limites finais. Orientara-se desde seus inícios para o Estado e terminara sendo tão dependente dele que, em última instância, dava-se no âmbito do próprio Estado. Sua última premissa política era a disposição das Forças Armadas. Da classe operária só se esperava a adesão que se imaginava política mas que significava de fato a simples oportunidade de um protesto fundado em razões econômicas. A última tentativa de uma greve política do sindicalismo populista deu-se em 1º de abril de 1964. Faltou-lhe, porém, a sua premissa política e o sindicalismo populista desmoronou com o regime de Goulart.

---

(1) Maria Herminia Tavares de Almeida e Cassiano Marcondes, As Greves Políticas de 1962 e 1963, (manuscrito).

(2) K. Erickson, op.cit..

# APÊNDICE

## LEVANTAMENTO DAS GREVES OCORRIDAS ENTRE 1945 E 1964

1 - Este levantamento não tem pretensões de ser completo. Na ausência de dados estatísticos oficiais sobre greves, exceto para alguns poucos anos, tive que recorrer às informações de imprensa. Utilizei durante todo o período ... 1945-1964 as informações da Folha de São Paulo e para o ano de 1946 também O Estado de São Paulo. Evidentemente a imprensa registra apenas as greves que, a seu ver, têm interesse como notícia, o que significa que provavelmente deixa passar muitos casos sem registro, especialmente entre as pequenas greves. Além disso, só recorri a informações de alguns jornais de São Paulo. Creio, porém, que, apesar das limitações indicadas acima, este levantamento pode ser útil para uma avaliação das tendências gerais do movimento operário no período.

CONVENÇÕES UTILIZADAS

2 - As "categorias" registradas não correspondem sempre à classificação legal das categorias sindicalizadas.

- Em muitos casos, registrou-se o ramo industrial em que se deu a paralização.
- Nos casos de greves de funcionários públicos, sempre que possível indicou-se o setor profissional (professores, médicos, operários etc.) classificando-o como "publ." na coluna "tipo de empresa".
- Os trabalhadores da zona portuária foram classificados em "portuários" - abrangendo o pessoal de terra, mesmo que desempenhando tarefas a bordo - e "marítimos" - abrangendo o pessoal embarcado ou cuja atividade é ligada permanentemente às embarcações.

3 - A abreviatura "colet." indica transportes coletivos rodoviários, urbanos ou não; o ramo dos transportes rodoviários de carga é designado por "colet.".

4 - A sigla U.P. utilizada na coluna "tipo de empresas" refere-se aos serviços considerados de utilidade pública, e que, por essa razão, têm preços administrados pelo Estado. Nessa classificação entram portuários, marítimos, ferroviários, transportes coletivos e de carga, comunicações. Quando há indicações precisas de que se trata de empresa pública, anota-se "publ.".

5 - Quando a relação de reivindicações econômicas é muito extensa e detalhada, é designada por "vantagens econômicas" ou "vant.ec." na coluna de "objetivos".

6 - Na coluna "organização", a anotação "F.S." indica não intervenção do Sindicato ou deflagração do movimento fora do sindicato (mesmo que em seguida o sindicato tenha assumido a direção). A anotação "comissão" é utilizada quando há menção explícita desse organismo extra-sindical no noticiário referente ao movimento.

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 23/03/45 | 23/03/45 | Campinas-SP | Ferrov. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Comissão | Direta | N/C |
| 26/03/45 | 31/03/45 | Campinas-SP | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | Sindicato | N/C |
| 28/03/45 | 01/04/45 | N/Consta | Ferrov. | 1 | Publ. | Solidariedade | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 29/03/45 | 03/04/45 | Campinas-SP | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | F.S. | Sindicato | Pol. |
| 29/03/45 | 02/04/45 | Campinas-SP | Eletric. | 1 | U.P. | Aum./Solidar. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 01/04/45 | 02/04/45 | Santos-SP | Portt. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | Marinha | N/C |
| N/C | 21/05/45 | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | MUT | N/C |
| N/C | 22/05/45 | S.Paulo-SP | Met. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol/Pr. |
| 19/07/45 | 19/07/45 | S.Paulo-SP | Seguros | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 01/10/45 | 05/10/45 | S.Paulo-SP | Texteis | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 10/10/45 | 10/10/45 | S.Paulo-SP | Bancár. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 27/12/45 | Guanab.-GB | Texteis | 1 | Pr. | Não Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 27/12/45 | 28/12/45 | Salvador-BA<br>S.Paulo-SP<br>P.Alegre-RS<br>Natal-RN<br>Recife-PE<br>Vitória-ES | Telegr. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 27/12/45 | N/C | Guanab.-GB | Telefon.<br>Gás<br>Coletiv. | 1 | U.P. | Abono | Comissão | M.Trab. | N/C |
| 27/12/45 | 03/01/46 | Campinas-SP<br>C.Branca-SP<br>R.Preto-SP<br>Guaxupé-MG<br>Franca-SP | Ferrov.<br>Coletiv.<br>Telegrafistas | 3 | U.P. | Aum. Salarial /Abono/Pagamento Horas Extras | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊN CIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 27/12/45 | 29/12/45 | S.Paulo-SP | Eletr. | 1 | U.P. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 27/12/45 | N/C | P.Alegre-RS | Coletiv. | 1 | Publ. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 28/12/45 | 03/01/46 | Santos/S.Vicente-SP | Coletiv. | 1 | U.P. | Abono/Fardamento | N/Consta | Sindicato | Pol. |
| 29/12/45 | N/C | Avanhandava/Franca-SP | Eletric. | 1 | U.P. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 29/12/45 | N/C | S.Paulo-SP | Curtume | 1 | Pr. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 31/12/45 | Campinas-SP | Ferrov. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 31/12/45 | Maceió-AL | Coletiv. | 1 | Publ. | Abono | N/Consta | M.Trab. | N/C |
| N/C | 31/12/45 | Fortal.-CE | Eletric. | 1 | U.P. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 30/12/45 | Campinas-SP | Coletiv. | 1 | U.P. | Taxas/Abono | Sindicato | M.Trab. | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| N/C | 17/02/46 | Guanab.-GB | Mármore | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | M.Trab. | N/C |
| 01/01/46 | 14/01/45 | Est.do Rio | Texteis | 2 | Pr. | Aum./Abono | Sindicato | Sindicato | N/C |
| N/C | 02/01/46 | Santos-SP | Coletiv. | 1 | U.P. | Abono/Fardam. | UGTB | N/Consta | N/C |
| N/C | Jan/46 | Niterói-RJ | Navais | 4 | Pr. | Abono/Taxas | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| N/C | 03/01/46 | Guanab.-GB | Bancár. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | Direto | N/C |
| N/C | 03/01/46 | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum/Taxas/Ab. | Comissão | Direto | N/C |
| N/C | Jan/46 | Manaus-AM | Coletiv. | 1 | Publ. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 06/01/46 | 07/01/46 | S.Jerôn.-RS | Mineiros | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Direto | Pol/Pr. |
| 06/01/46 | 07/01/46 | Gravatas-RS | Frig. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 08/01/46 | 10/01/46 | Niterói-RJ | Coletiv. | 1 | U.P. | Abono | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 08/01/46 | 11/01/46 | S.Paulo-SP | Fumo | 1 | Pr. | Aum./Abono | Comissão | Sindicato | Piq/Pol. |
| 09/01/46 | 17/02/46 | Fortal.-CE | Port. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/01/46 | N/C | Guanab.-GB | Quím. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 10/01/46 | 15/01/46 | Guanab.-GB | Fumo | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | Sindicato | N/C |
| 11/01/46 | 12/01/46 | P.Alegre-RS | Latic. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 11/01/46 | Fortal.-CE | Constr. Civil | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 12/01/46 | 17/01/46 | P.Feliz-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum./Abono | Comissão | Sindicato | N/C |
| 12/01/46 | 16/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | Sindicato | N/C |
| 12/01/46 | 18/01/46 | Itatiba-SP | Texteis | 1 | Pr. | Reg.Cart.Profissional/Aumento Salar./Taxas/Abono | Comissão | Sindicato | Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 15/01/46 | 15/01/46 | S.Paulo-SP | Quím. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Síndicato | Sindicato | Pol. |
| N/C | 16/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum./Abono | N/Consta | Sindicato | N/C |
| N/C | 20/01/46 | Camocin-CE | Salin. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 12/01/46 | 20/01/46 | Salvador-BA | Texteis | N/C | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 20/01/46 | 03/02/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum/Ab./Tax. | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 22/01/46 | 23/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Abono | Comissão | Sindicato | N/C |
| N/C | 11/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Direto | N/C |
| 22/01/46 | 25/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 22/01/46 | 03/02/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Sindicato | N/C |
| 22/01/46 | N/C | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 23/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Dispensa | N/Consta | Sindicato | N/C |
| N/C | 23/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Abono/Taxas | N/Consta | Sindicato | N/C |
| N/C | 23/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Taxas/Abono | Comissão | Sindicato | N/C |
| 24/01/46 | 13/02/46 | P.Alegre/x Florianóp./ S.Paulo/B. Horizonte/ Int.Minas/ Curit/Belém S.Luís/Rec/ Maceió/João Pessoa/Fort. ABC/Santos/ Soroc/Araraq Bauru/Camp/ R.Preto/S. Carlos | Bancários | Geral 1 Cat. | Publ. Pr. | Abono/Salário Profissional/ Contra Dispensa/Taxas Extras/Solidariedade | Sindicato | M.Trab. | Pol./ Piq./ Pr./ Passeatas |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| N/C | 24/01/46 | Uruguaiana-RS | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 23/01/46 | 24/01/46 | Santos-SP | Lixeir. | 1 | A.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 26/01/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Taxas/H.Extr. | Sindicato | Sindicato | N/C |
| 26/01/46 | 01/02/46 | S.Paulo-SP | Gráfic. | 3 | Pr. | Aum./Abono | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 28/01/46 | 18/02/46 | Barretos-SP | Frig. | 1 | Pr. | Aum./Cond.Trab | N/Consta | Sindicato | Passeata |
| 29/01/46 | 08/02/46 | N.Friburgo-RS | Texteis | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 29/01/46 | N/C | P.Alegre-RS | Beb. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pancad. |
| 30/01/46 | 11/02/46 | Guanab.-GB | Salinas | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 30/01/46 | 22/02/46 | S.Paulo-SP | Texteis | 2 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Direto | N/C |
| 30/01/46 | N/C | Niterói-RJ | Ad.Publ. | 1 | Publ. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 01/02/46 | Salvador-BA | Port. | 1 | U.P. | Aum./Nacionaliz.das Docas | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 01/02/46 | 08/03/46 | Butiá/Arroio dos Ratos/S.Jerônimo-RS | Mineiros | 3 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Exército Intervem Dispensa em Massa |
| N/C | 01/02/46 | S.André-SP | Borracha | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | N/Consta | N/C |
| N/C | 02/02/46 | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | N/Consta | Sindicato | N/Consta | N/C |
| N/C | 02/02/46 | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 02/02/46 | 03/02/46 | Santos-SP | Combust. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 05/02/46 | 06/02/46 | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 06/02/46 | 12/02/46 | Guanab.-GB | Port. | 1 | U.P. | Aum./Cond.Trab. | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 06/02/46 | 12/02/46 | Guanab.-GB | Met. | 2 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | Demissão |
| 08/02/46 | 11/02/46 | Guanab.-GB | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/02/46 | 20/02/46 | P.Alegre-RS | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 11/02/46 | N/C | Jundiaí-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 15/02/46 | 15/02/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 13/02/46 | 15/02/46 | S.Paulo-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 14/02/46 | 22/02/46 | S.Paulo-SP | Texteis | 10 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | Sindicato | Comícios |
| 14/02/46 | N/C | S.Paulo-SP | Frig. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 13/02/46 | 22/02/46 | S.Paulo-SP | Coletiv. | 15 | U.P. | Aum./8 Horas de Trabalho | N/Consta | Sindicato | Pr.Pol. |
| N/C | 13/02/46 | J.Pessoa-PA | Laticin. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 14/02/46 | 23/02/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 15/02/46 | 15/02/46 | S.André-SP | Borracha | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | N/Consta | N/C |
| 16/02/46 | 02/04/46 | S.Paulo-SP | Met. | 10 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | M.Trab. | Dispensa |
| N/C | 16/02/46 | S.Paulo-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 17/02/46 | S.Paulo-SP | Ascensoristas | - | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 19/02/46 | 28/02/46 | R.G.do Sul | Ferrov. | Geral | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Exército atira em grevistas/Prisões |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 20/02/46 | 23/02/45 | Valparaíso-SP | Agric. | N/C | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 21/02/46 | S.Paulo-SP | Met. | 3 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 21/02/46 | 23/02/46 | S.Paulo-SP | Calçad. | 4 | Pr. | Abono/Taxas | F.S. | Sindicato | N/C |
| 23/02/46 | N/C | S.Paulo-SP | Papel | 3 | Pr. | Aum./H.Extras | F.S. | Sindicato | N/C |
| 26/02/46 | N/C | B.Horiz.-MG | Eletric. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 26/02/46 | 28/02/46 | R.Grande-RS | Port. Coletiv. | | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 26/02/46 | N/C | Santos-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 02/03/46 | Niterói-RJ | Coletiv. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 07/03/46 | N/C | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Política | UGTS | N/Consta | N/C |
| 28/02/46 | 10/03/46 | S.Paulo-SP | Plást. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 07/03/46 | 08/03/46 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| Fev/46 | 10/03/46 | S.Paulo-SP | Quim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Prisões |
| 31/03/46 | 04/06/46 | Interior-SP | Ferrov. | 1 | Publ. | Aum./Abono/Solidariedade/Reconhec.Associação Classe | Sindicato | N/Consta | Prisões |
| 08/04/46 | N/C | S.Paulo-SP | Lixeir. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Prisões |
| 18/04/46 | N/C | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Política | UGTS | N/Consta | Prisões |
| N/C | 26/04/46 | Interior-SP | Agric. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/05/46 | N/C | Piracic.-SP | Coletiv. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 20/05/46 | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | Aum./Protesto | N/Consta | N/Consta | Prisões |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 21/05/46 | N/C | B.Mansa-RJ | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 28/05/46 | N/C | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Política | UGTS | N/Consta | N/C |
| 31/05/46 | 01/06/46 | Guanab.-GB | Colet./ Telef./ Gás | 3 | U.P. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | Ocupação /Pol. |
| 01/07/46 | N/C | S.Paulo-SP | Ferrov. | 1 | Publ. | Solidariedade | F.S. | N/Consta | N/C |
| N/C | 04/06/46 | Recife-PE | Port. | 1 | U.P. | N/Consta | F.S. | N/Consta | N/C |
| N/C | 08/06/46 | Niterói-RJ | C.Civil | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 12/06/46 | N/C-MG | Met. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 07/08/46 | 19/08/46 | Santos-S.Vicente/Guarujá-SP | Constr. Civil | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | DRT | Prisões |
| 03/10/46 | 06/10/46 | Est.do Rio | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | DRT | N/C |
| 06/11/46 | N/C | Guanab.-GB | Aerov. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | DNT | Demissão |
| 08/11/46 | 10/11/46 | B.Horiz.-MG | Colet. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 07/11/46 | 29/11/46 | Guanab.-GB | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | DNT | N/C |
| 06/12/46 | 17/12/46 | S.Paulo-SP | Vidro | Cat. | Pr. | Descanso Remunerado | Comissão | M.Trab. | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊN CIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 04/01/47 | 04/01/47 | Guanab.-GB | Port. | 1 | U.P. | Reg.da Profis. | N/Consta | M.Trab. | N/C |
| 10/01/47 | N/C | R.G.do Sul | Frigor. | N/C | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 07 03/47 | N/C | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Sindicato | N/C |
| 07/02/47 | 21/02/47 | Interior-SP | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | CTB | N/Consta | N/C |
| 11/02/47 | 13/02/47 | Santos-SP | Lixeir. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Comissão | N/Consta | Pol. |
| 21/02/47 | 22/02/47 | S.Paulo/Mogi das Cruzes/Cotia-SP | Prefeituras | 3 | Publ. | Atraso Pagto. | F.S. | N/Consta | N/C |
| 23/02/47 | N/C | Petropolis-RJ | Ferrov. | 1 | | Política | N/Consta | N/Consta. | N/C |
| 24/02/47 | 25/02/47 | S.Paulo-SP | F.Publ. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 27/03/47 | N/C | Recife-PE | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Inquér. |
| 01/04/47 | N/C | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/04/47 | N/C | P.Alegre-RS | Port. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 10/04/47 | 10/04/47 | Guanab.-GB | Colet. | 8 | U.P. | Pression.Just. | F.S. | Sindicato | N/C |
| 06/05/47 | N/C | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Atraso Pagto. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 10/07/47 | N/C | Salvador-BA | Telegr. | 1 | Publ. | Atraso Pagto. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 02/12/47 | 05/12/47 | Interior-SP | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | Pr./Pol. |
| 23/12/47 | N/C | S.Paulo-SP | F.Publ. | 1 | Publ. | Abono | N/Consta | N/Consta | Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 16/05/48 | 19/05/48 | Itajubá/ Divinópolis/ B.Mansa/Ibiá Lavras | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum.Salarial/ Atraso Pgto. | N/Consta | N/Consta | Pas./Pr. de Jornalist. |
| N/C | N/C | Estr.Ferro-SP-GO | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 08/06/48 | N/C | Rib.Preto-SP | Beb. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C./ |
| 17/08/48 | 19/09/48 | Cons.Lafaiete-MG | Estr. Ferro | 1 | Pr. | Demora Andam. Dissid. | N/Consta | M.Trab. | Pr. de Adv./ |
| 08/48 | 08/48 | V.Redonda-RJ | Met. | 1 | Publ. | Solidariedade | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 23/08/48 | N/C | Recife-PE | Colet. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pr. |
| 27/08/48 | 29/08/48 | Sabará-MG | Met. | 1 | Pr. | Aum./Salar./e Cond.Trabalho | Comissão | Direto | N/C |
| 29/09/48 | 29/09/48 | Salvador-BA | Texteis | 4 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | N/Consta | N/C |
| 11/10/48 | 12/10/48 | Nova Lima-MG | Mineir. | 1 | Pr. | Aum.Salar./Solid./Vant.Ec. | Comissão | Sindicato | N/C |
| 02/12/48 | 04/12/48 | B.Horiz.-MG | Colet. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | Sindicato | N/C |
| 08/01/48 | 08/01/48 | Caçapava-SP | Texteis | 1 | Pr. | Pg.Abono Natal | Comissão | N/Consta | Piq./Pr. Ch. |
| 10/12/48 | 16/12/48 | Divinonópolis-MG | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum.Sal./Ret. Ferrov.ao Gov. Federal | Comissão | Governo | Pol./Pr. Oc. |
| 18/12/48 | N/C | P.Alegre-RS | Colet. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 04/02/48 | 04/02/48 | R.Janeiro-DF | Adm.Pub. | 1 | Publ. | Pgto.H.Extras | N/Consta | N/Consta | Pr. |

A.12

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊN-CIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 11/02/48 | 11/02/48 | R.Janeiro-DF | Colet. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | D.N.T. | N/C |
| 20/02/48 | 25/02/48 | S.Paulo-SP | Texteis | 2 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Direto | N/C |
| 23/02/48 | 25/02/48 | Est.Rio e GB | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Comissão | Direto | Pol./Pr./ Ch. |
| 24/02/48 | 27/02/48 | Campinas/ Rib.Preto-SP | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial e Cond.Trab. | Comissão | Sindicato | Pol./Pr. |
| 13/03/48 | 14/03/48 | S.Paulo-SP | Jorn. e Gráf. | 1 | Pr. | Aum.Sal./e Outras Vant.Ec. | Comissão | N/Consta | Pol. |
| 07/06/48 | 18/06/48 | Campinas,Rib. Preto-SP/Guaxupé,Uberlandia,Araguari, Uberaba-MG | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum.Sal./Outr. | Comissão | D.R.T. | Pol./Pr. |
| 08/06/48 | 08/06/48 | Campinas-SP | Telegr. | 1 | U.P. | Solidar.à Mog. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/06/48 | 14/06/48 | Campinas-SP | Escrit. | 1 | U.P. | Solidar.à Mog. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 14/06/48 | 14/06/48 | Campinas-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum.Sal./Vant. Econômica | N/Consta | Sindicato | Pr. |
| 09/07/48 | 09/07/48 | S.Paulo-SP | Bebidas | 1 | Pr. | Solidariedade | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 24/08/48 | 26/08/48 | S.Paulo-SP | Gás | 1 | U.P. | Apressar Dissídio | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 24/09/48 | 08/10/48 | S.Gonçalo-RJ | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Direto e D.R.T. | Pol./Pr. |
| 10/10/48 | 19/10/48 | S.André-SP | Texteis | 2 | Pr. | Apressar Dissídio | N/Consta | D.R.T. | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊN-CIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 11/10/48 | 12/10/48 | Sorocaba-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | D.R.T. | Inq. |
| 29/11/48 | 29/11/48 | Santos-SP | Lix. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 03/12/48 e | N/C | R.Janeiro e S.Paulo-SP | Graf./ Jorn./ Radiot. | 1 | Pr. | Aum.Sal./e Solidariedade | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 09/12/48 | Niterói-RJ | Gás | 1 | U.P. | Atraso Pagto. | Comissão | Direto | N/C |
| 07/12/48 | N/C | N/Consta | Águas e Esgotos | 1 | Publ. | Aum.Sal./Vant. Ec./Cond.Trab. | Comissão | Direto e Governo | N/C |
| 17/12/48 | 27/12/48 | Niterói-RJ | Texteis | 1 | Pr. | Aum.Sal./Abono Natal | Comissão | Governador | Pol./Pr./ Oc. |
| 22/12/48 | | N/Consta | Med.e Eng. | - | Publ. | Equip.Sal.aos Advogados | N/Consta | N/Consta | Inq./Pol. |

A.14

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 18/01/49 | 22/01/49 | Santos-SP | F.P.Fer. | Var.Empr. | U.P. | Volta Trabalhador Demitido | Comissão | N/Consta | Pr./Pol. Inq. |
| 21/01/49 | 22/01/49 | Bauru-SP | Ferr. | 1 | U.P. | Solid./Aum.Sal. | Comissão | N/Consta | Pol. Inq. |
| 20/01/49 | 21/01/49 | Bauru-SP | Ferr. | 1 | U.P. | Solid./Aum.Sal. Federaliz.Empr. | Comissão | N/Consta | N/C. |
| 27/01/49 | N/C | S.Amaro-BA | N/C | N/C | N/C | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol./Pr. |
| 12/02/49 | N/C | Imbituba-SC | Port. | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | M.Trab. | N/C |
| 19/05/49 | N/C | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pr. |
| 02/06/49 | 03/06/49 | (?) - RJ | Texteis | Várias | Pr. | Solidariedade | Sindicato | DRT Justiça Trab. | Pr. |
| 15/06/49 | 06/07/49 | Niterói-RJ | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | DRT/M.Tr. | N/C |
| 18/06/49 | N/C | Niterói-RJ | Op.Nav. | 1 | U.P. | Pagto.Abono | Comissão | M.Trab. | N/C |
| 24/06/49 | N/C | Pirapora-MG | Port. | 1 | U.P. | Sal.Atrasado | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 06/07/49 | N/C | Nova Lima-MG | Mineir. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol/Inq. |
| 13/07/49 | 21/07/49 | Sorocaba-SP | Texteis | Várias | Pr. | Prot.Atr.Pag. | N/Consta | N/Consta | Pr./Pol. |
| 16/08/49 | 23/08/49 | Pirapora-MG | Port. | 1 | U.P. | Pagto.Abono Fam. Férias/ Regulariz.no Inst.Marít. | Círculo Operário | N/Consta | N/C |
| 22/09/49 | N/C | Niterói-RJ | Op.Nav. | 2 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 23/09/49 | 27/09/49 | B.Mansa-RJ | Ferrov. | 1 | U.P. | Cumpr.Contr. | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 16/11/49 | N/C | Belém-PA | Port. | 1 | U.P. | Pag.Sal/Aum. | N/Consta | N/Consta | Pol./Pas. |
| 12/11/49 | 15/11/49 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | Políticos | Ch/Pr/Pol. |
| 10/12/49 | N/C | R.Janeiro-GB | Vidr. | 1 | Pr. | Pag.Sal.Atras. | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 12/01/50 | 22/01/50 | B.Horiz./Lafaiete/Barbacena/Sete Lagoas/Santos Dumont-MG/Est.Rio | Ferrov. | 1 | Publ. | Vant.Econ. | Comissão | Direto | Pol/Dem. |
| 28/01/50 | N/C | Botucatu-SP | Ferrov. | 1 | Publ. | Obter Dem.Diretor | Comissão | N/Consta | Ch./Pr./Inq. |
| 13/02/50 | 13/02/50 | Bauru-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | Sal.Atrasado | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 07/02/50 | N/C | Araçatuba-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | Não Remoção de Func. | N/Consta | N/Consta | Com. |
| 21/03/50 | N/C | Petrópolis-RJ | N/C | 1 | Pr. | Aum.Sal./Abono/Prot.contra Reunião de Emb.Americ. | Comissão | Direto | Pol. |
| 24/03/50 | 24/03/50 | S.Paulo-SP | Banc. | V.Empr. | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | | Com./Pas. |
| 17/04/50 | 17/04/50 | R.Janeiro-GB | Doentes Hosp. | 1 | Pr. | Prot.contra Cond.Hospit. | Comissão | N/Consta | Inq. |
| 22/05/50 | N/C | Cruzeiro-MG | Ferrov. | 1 | U/P. | Sal.Atrasado | F.S. | N/Consta | Pol. |
| 12/07/50 | N/C | R.Janeiro-GB | Vidr. | 1 | Pr. | Vant.Econ. | Comissão | N/Consta | N/C |
| 23/08/50 | 23/08/50 | Salto de Itu-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 28/02/51 | 10/03/51 | Maranhão | Geral | - | Publ. e Pr. | Demissão do Governador | Oposição Coligada | T.J. | Ch./Pr./Pol. |
| 10/04/51 a | 11/04/51 | Barretos-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Solidar.4 Colegas Presos | Comissão | D.R.T. | Pol./Pr. |
| 17/05/51 | 17/05/51 | R.Grande-RS | Colet. | Cat. | U.P. | Vant.Econ. | F.S. | N/Consta | N/C |
| 15/05/51 | 17/05/51 | S.Maria-RS | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum.Salarial | F.S. | Governador | -/Dem |
| 06/06/51 | 06/06/51 | Juiz de Fora-MG | Colet.e Eletr. | 1 | U.P. | Municipalização Bondes | Sindicato | N/Consta | N/C/Pr |
| 05/07/51 | 05/07/51 | S.Paulo-SP | Banc. | N/C | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | Pass. |
| 29/08/51 | 30/08/51 | S.Paulo-SP | Banc. | N/C | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pass. |
| 29/09/51 | N/C | S.Paulo-SP | Banc. | Geral | Publ. Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Comissão Parlam. | Pass/Pol. Ch./Dem/ Pr. |
| 12/09/51 | 12/09/51 | S.João del Rei-MG | Texteis | Geral | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Delegados M.T.e do IAPC | N/C |
| 29/08/51 | 27/11/51 | S.Paulo-SP/ B.Hor.-MG | Banc. | Geral | Publ. e Pr. | Aum. Salarial | F.S. | M.T./TRT | Pass/Pr./ Ch./Dem. |
| 19/09/51 | 10/10/51 | Maranhão | Geral | Geral | - | Demissão do Governador | F.S. | M.J. | Ch./Pr./ Com./Pass. Depr./Oc. |
| 03/12/51 | 03/12/51 | Piracic.-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | Prefeito | N/C |
| 07/12/51 | 09/12/51 | Campinas-SP | Transp. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | F.S. | Delegado | N/C |

A.17

IRE

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 08/12/51 | 15/12/51 | Nacional | Aeron.e Aerov. | Geral | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato e Com.Nac. de Greve | M.Trab. | Pol. |
| 19/12/51 | 28/12/51 | R.Janeiro-GB | Texteis | Cat. | Pr. | Forçar Ac.Salarial | Comissão | Direto | N/C |
| 17/12/51 | 22/12/51 | S.Paulo-SP | Met. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | Pass. |
| 18/12/51 | N/C | S.Roque-SP | Texteis | N/C | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 18/12/51 | N/C | Rib.Preto-SP | Texteis | N/C | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 15/01/52 | N/C | S.André-SP | N/C | N/C | N/C | Aum. Salarial | | | Pol. |
| 18/01/52 | N/C | S.Bern.-SP | Móveis/ Texteis | N/C | N/C | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 03/01/52 | 12/01/52 | S.Paulo-SP | Texteis | Várias | Pr. | Aum.Sal./Excl. Assid.,Obrig. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 04/02/52 | N/C | S.Paulo-SP | Texteis | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 06/02/52 | N/C | S.Paulo-SP | N/C | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Manif./ Ch. |
| 04/03/52 | 05/03/52 | S.Paulo-SP | Mot.Táxi | N/C | N/C | Falta Segurança Trabalho | N/Consta | N/Consta | Pol./Ch |
| 02/04/52 | N/C | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/05/52 | N/C | P.Alegre-RS | Colet. | N/C | N/C | Prot.Falta Pagam./Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 20/07/52 | N/C | S.Paulo-SP | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 16/09/52 | 17/09/52 | J.de Fora-MG | Colet. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 03/10/52 | N/C | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Vant.Econôm. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 14/10/52 | 20/10/52 | Recife-PE | Texteis | Várias | Pr. | Cumpr.Aum.Sal. | N/Consta | Políticos | N/C |
| 14/10/52 | N/C | Criciuma-SC | Mineir. | 1 | Pr. | Aum, Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/02/52 | N/C | S.Paulo-SP | Texteis | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 08/12/52 | 24/01/53 | R.Jan.-GB | Texteis | Cat. | | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol./Ch. Mortes |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 21/01/53 | 24/01/53 | S.Caetano-SP | Cerâm. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| /53 | /53 | S.Paulo/Interior-SP | Geral | - | - | Aum.Sal./Lib. Presos | Sindicato e Comis. | D.R.T. e Políticos | Choques |
| 30/03/53 | 23/04/53 | S.Paulo-SP | Papel. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Direto | N/C |
| 30/03/53 | 50 dias | R.Jan.-GB | Port. | Cat. | U.P. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 12/05/53 | N/C | N.Lima e Raposos-MG | Min. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Governador | N/C |
| 16/06/53 | 22/06/53 (?) | R.Jan./Niterói/Santos/P.Alegre/Recife/Salvador | Marit. | Cat. | U.P. | Abono/Vant.Econômica | Sindicato | D.N.T./Marinha | Piq./Pr. |
| 12/08/53 | N/C | Rio,Belém e Santos | Marit. | Cat. | U.P. | Pag.Sal.Julho | Com.Geral de Greve | N/Consta | N/C |
| N/C | 15/08/53 | V.Cidades-RS | Banc. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | D.T. | N/C |
| 25/08/53 | N/C | R.Jan.-GB | Garçons | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | M.T./DNT | Pol./Pr. Piq. |
| 27/08/53 | 27/08/53 | R.Jan.-GB | Vidr. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 14/10/53 | 13/11/53 | N.Lima e Raposos-MG | Min. | 1 | Pr. | Pg.Grat.Prop. | N/Consta | T.S.T. | Pass. |
| 16/10/53 | N/C | R.Jan-GB | Mar. | Cat. | U.P. | N/Consta | Sind./Comis.G.Gr. | | Ch./Pr. |
| 12/11/53 | 12/11/53 | R.Jan.-GB | Aeron. | 1 | Pr. | Vant.Econ. | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 13/11/53 | 16/11/53 | S.Paulo-SP | Gás | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | Prefeito | Pol. |
| 20/11/53 | 20/11/53 | S.Paulo-SP | F.Publ. | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | Governador | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 12/01/54 | N/C | R.Jan.-GB | Bebidas | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 23/02/54 | 25/02/54 (?) | R.Jan.-GB | Colet. | N/C | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Piq./Depred. |
| 15/03/54 | N/C | R.Jan.-GB | Colet. | N/C | U.P. | Aum.Sal./Readmis.de Colega | Sindicato | N/Consta | Piq./Pol. |
| 21/04/54 | 29/04/54 (?) | R.Jan.-GB | Aeron. | 1 | Pr. | Impedir Admissão Oficiais da F.A.B. | N/Consta | N/Consta | N/C Ev. ind. |
| 29/04/54 | N/C | R.Jan.-GB | Marcen. | N/C | | N/Consta | Sindicato | N/Consta | Piq./Pol. |
| 07/08/54 | 09/08/54 (?) | R.G.do Sul | Geral | - | - | Congelamento de Preços | "Lid. p/ João Goulart" | N/Consta | N/C |
| 21/08/54 (?) | N/C | Santos-SP | Serv.Municip. | Cat. | Publ. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Piq. |
| 02/08/54 | N/C | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Pagto.Sal.Atr. | Sindicato | M.Viação | N/C |
| 01/09/54 | 05/09/54 (?) | S.Paulo-SP | Trab.Rurais | 1 | Pr. | Sal. Mínimo | Sindicato | T.S.T. | N/C |
| 25/09/54 | N/C | R.Jan.-GB | Ferrov. | 1 | U.P. | Pagto.Adic. Atr./Aplic.do Sal. Mínimo | Sindicato | N/Consta | Interv. no Sind. |
| 17/12/54 | 18/12/54 | S.Paulo-SP | Gás | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | COAP | Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 15/01/55 | 02/02/55 | Guanab.-GB | Aeron. | 1 | Pr. | Readmis.Companheiros Desp. | F.S. | Sindicato | M.Trab. |
| 15/01/55 | N/C | Santos/Campinas/Barretos-SP | Alim. | 3 | Pr. | Garantia Salários na Entre Safra | F.S. | Direto | N/C |
| 13/02/55 | 13/02/55 | Cubatão-SP | C.Civil | 1 | U.P. | Sal.Atrasados | F.S. | N/Consta | N/C |
| 03/05/55 | 04/05/55 | Guanab.-GB | Met. | 1 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.N.T. | N/C |
| 11/05/55 | N/C | Guanab.-GB | Telef. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | Pr./Pol. |
| 21/05/55 | 21/05/55 | S.Paulo-SP | Alim. | 1 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 02/06/55 | N/C | N.Lima-MG | Mineir. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 06/06/55 | 14/06/55 | S.Paulo-SP | Calçad. | 1 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Direto | N/C |
| 01/07/55 | N/C | Santos | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | M.Trab. | Pol. |
| 18/07/55 | 23/07/55 | S.Paulo-SP | Feirant. | N/C | Pr. | Protesto | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 29/08/55 | 01/09/55 | S.Paulo-SP | Papel | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Federação | N/Consta | N/C |
| 10/10/55 | 15/10/55 | S.André-São Paulo-SP | Vidros | 1 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 18/10/55 | N/C | S.Paulo-SP | Met. | 1 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 17/10/55 | 27/10/55 | S.Paulo-SP | Marcen. | 1 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 21/11/55 | 22/11/55 | S.Paulo-SP | F.Publ. | 1 Cat. | Publ. | Protesto | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 02/02/56 | N/C | V.Redonda/ B.Mansa-RJ | Met. | 2 | Publ. | Aum.Sal./Visita de Nixon | F.S. | N/Consta | Pol./Ex. |
| 23/03/56 | 18/04/56 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Aumento/Abono | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 04/04/56 | N/C | Porecatu-GO | Posseir. | N/C | Pr. | Posse de Terra | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 10/04/56 | 11/04/56 | Barretos-SP | Frigor. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | D.R.T. | N/C |
| 11/04/56 | N/C | S.Paulo-SP | Banc. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol./Pr. |
| 19/04/56 | N/C | Guanab.-GB | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 27/04/56 | 29/04/56 | Interior-RS | Ferrov. | Cat. | U.P. | Atr.de Sal. | F.S. | N/Consta | Pol. |
| 04/05/56 | 05/05/56 | Guanab.-GB | Port. | 1 | U.P. | Horas Extras | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 10/05/56 | 15/05/56 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pr./Pol. |
| 03/07/56 | 07/07/56 | R.G.do Sul | Colet. | Cat. | Publ. | Sal. Mínimo | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 18/07/56 | 24/07/56 | Nacional | Aerov. | Geral | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol./Pr. |
| 22/08/56 | 31/08/56 | S.Paulo-SP | Calçad. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 21/09/56 | 25/09/56 | Nacional | Marit. | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | Federação | M.Trab. | Pol. |
| 16/10/56 | 18/10/56 | Guanab.-GB | Colet. | Cat. | Pr./ Publ. | Sal.Atrasados | Sindicato | D.N.T. | Pol. |
| 08/12/56 | 09/12/56 | Guanab.-GB | Comb. | Cat. | Pr. | Taxa de Periculosidade | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 11/02/56 | 14/02/56 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Relações de Trabalho | Sindicato | N/Consta | Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊN CIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 18/01/57 | 19/01/57 | Carvalho Brito-MG | Texteis | 2 | Pr. | Atr.Pagamento | Comissão | Sindicato | N/C |
| 26/03/57 | 30/03/57 | S.Paulo-SP | Gás | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 09/04/57 | N/C | Manaus-AM | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 11/04/57 | N/C | Recife-PE | Texteis | 1 | Pr. | N/Consta | Comissão | N/Consta | N/C |
| 06/06/57 | N/C | S.Luís-MA/ Fortal.-CE | Telegr. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 26/06/57 | 27/06/57 | P.Alegre-RS | Texteis | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 29/06/57 | 06/07/57 | S.Maria, Ramiz Galvão/ P.Fundo/Cruz Alta/Cacequi/Bagé-RS | Ferrov. | Cat. | Publ. | Relações de Trabalho | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 19/07/57 | 20/07/57 | Butiá-RS | Mineir. | 1 | Pr. | Atr.Pagamento | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 22/07/57 | 30/07/57 | Guanab.-GB | Met. | Cat. | | Aum. Salarial | Sindicato | Direto | N/C |
| 27/07/57 | N/C | Guanab.-GB | Calçad. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | N/C |
| 06/08/57 | N/C | Guanab.-GB | Marit. | 3 | U.P. | Repouso Remun. | F.S. | N/Consta | N/C |
| 20/08/57 | 27/08/57 | Santos-SP | Marit. | 6 | U.P. | N/Consta | N/Consta | Políticos | N/C |
| 23/09/57 | 03/10/57 | Franca-SP | Calçad. | 9 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | Piq/Pol. |
| 25/09/57 | 27/09/57 | Santos-SP | Colet. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | Pol. |
| 26/09/57 | N/C | Londrina-PR | Transp. | Cat. | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 01/10/57 | 10/10/57 | S.Paulo-SP | Calçad. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 15/10/57 | 25/10/57 | S.Paulo/ABC Interior-SP | Texteis Graf./ Met/Curtumes/ Quim/Papel | 6 Cat. | Pr. | Aum.Salarial/ Luta contra a Carestia | Sindicatos/CGG | T.R.T./Políticos | Pol/Pr. Dep/Piq. |
| 06/11/57 | N/C | Recife-PE | Port. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 08/11/57 | N/C | C.Lafaiete-MG | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 11/11/57 | 14/11/57 | Nacional | Aerov. | Cat. | Pr. | Aum.Sal./Luta contra Carest | Sindicato | M.Trab. | N/C |
| 13/11/57 | 23/11/57 | Salvador-BA | Graf./ Jornal. | 2 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 21/11/57 | 28/11/57 | S.Paulo-SP | Texteis | 8 | Pr. | Cumpr.Dec.TRT | Comissão | N/Consta | N/C |
| 22/11/57 | 23/11/57 | Santos-SP | C.Naval | 1 | Pr. | Atr.Pagamento | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 26/11/57 | N/C | P.Alegre-RS | Eletric. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 16/12/57 | 17/12/57 | S.André-SP | Texteis | 5 | Pr. | Cumpr.Dec.TRT | Comissão | N/Consta | N/C |
| 18/12/57 | N/C | S.Paulo-SP | Texteis | 5 | Pr. | Dec.TRT/Abono Natal | Comissão | N/Consta | N/C |
| 19/11/57 | N/C | Jundiaí-SP | Texteis | 1 | Pr. | Dec.TRT/Sal. Atrasados | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 30/12/57 | N/C | B.Horizonte/ Cidade Industrial/ Marzagão-MG | Texteis | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 21/01/58 | 28/01/58 | Nacional | Marit. | Cat. | Publ. | Cumpr.Leis,Acordos,Portarias,Circul. | Sindicato | M.Trab. | Piq/Pr. Pol. |
| 21/01/58 | 13/03/58 | Recife-PE | Texteis | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Políticos | Gov.Declara Gr.Ilegal |
| 23/01/58 | 24/01/58 | Atibaia-SP | Texteis | 1 | Pr. | Atr.Pagamento | F.S. | N/Consta | N/C |
| 27/01/58 | N/C | Maceió-AL | Graf. | N/C | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 31/01/58 | 21/02/58 | Belém/Manaus | Marit. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 01/02/58 | 01/02/58 | S.Paulo-SP | Rodov. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Direto | Pol. |
| 11/03/58 | 22/03/58 | Jundiaí-SP | Texteis | 1 | Pr. | Cumpr.Dec.TRT | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 24/03/58 | N/C | S.Paulo-SP | Pad. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 05/04/58 | N/C | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Pr. | Solidariedade | F.S. | N/Consta | N/C |
| 23/04/58 | 10/05/58 | Lauro Muller/Uruçanga/Criciuma-SC | Mineir. | 1 | Pr. | Aum.Salarial/ Cond.Trabalho | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 15/05/58 | 26/05/58 | Nacional | Telegr./ Radiot./ Radiotel. | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | Políticos | N/C |
| 03/06/58 | 07/06/58 | Guanab.-GB | Rodov. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | M.Trab. | Pol/Pr. |
| 10/06/58 | 11/06/58 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Pr. | Pagto.Indeniz/ Descanso Semanal/Uniformes | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 10/06/58 | 18/06/58 | S.Paulo-SP | Latic. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊN-CIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 24/07/58 | 28/07/58 | Rio/Santos/ S.Vicente/ Guarujá | Pescadores | N/C | Pr. | Política | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 31/08/58 | 18/09/58 | Jundiaí-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum.Tarefas Não Remuner. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 12/09/58 | 14/09/58 | Guarulhos-SP | Colet. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 19/09/58 | 23/09/58 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Sindicato | N/C |
| 07/10/58 | 11/10/58 | S.Paulo-SP | Aeron. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 15/10/58 | 17/10/58 | S.Paulo-SP | Prof. | Cat. | Publ. | Pagto.Cotas | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 18/10/58 | 21/10/58 | S.Bern./S. Caetano-SP | Colet. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 16/10/58 | 30/11/58 | S.Paulo-SP | Cimento | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 29/10/58 | N/C | Brotas-SP | Alim. | 1 | Pr. | Legisl.Trab. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 18/11/58 | 26/11/58 | Santos-SP | Colet. | 2 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | Sindicato | N/C |
| 10/12/58 | 19/12/58 | B.Mesa-RJ | F.Munic. | Cat. | Publ. | Atr.Pagamento | F.S. | N/Consta | N/C |
| 15/12/58 | 31/12/58 | S.Paulo-SP | C.Civil | 2 | Pr. | Contr.Trab. | Sindicato | Sindicato | N/C |
| 18/12/58 | N/C | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Pr. | Readm.5 Cobradores Demit.7 H.Extras/Almoço 20 Minutos | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 23/12/58 | 25/12/58 | S.Paulo-SP | Colet. | Cat. | Pr. | Abono Natal | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 29/12/58 | 31/12/58 | Guanab./Est. Rio/Est.S. Paulo | Alim. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGO-RIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANI-ZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊN CIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 19/01/59 | 20/01/59 | Guanab.-GB | Port. | 1 | U.P. | Pagto.Atras. | N/Consta | D.R.M. | N/C |
| 22/01/59 | 23/01/59 | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Cumpr.Acordo | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 23/01/59 | 24/01/59 | S.Luís-MA | Texteis | 1 | Pr. | Exig.Sal.Mín. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 13/02/59 | 13/02/59 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Atr.Pagto. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 11/02/59 | 14/02/59 | Ilha do Via na-RJ | Marit. | 1 | Publ. | Abono | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 16/02/59 | 17/02/59 | N/Consta | C.Civil | 1 | Pr. | Sal.Atrasado | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 17/02/59 | N/C | Guanab.-GB | Alf/Sapat./Eletr/Vidr./Texteis/Panificad. | N/C | Pr. | Pagto. Novos Níveis Salário Mínimo | Sindicatos/PUA/CNTI | N/Consta | N/C |
| 18/02/59 | 20/02/59 | Americana-SP | Texteis | N/C | Pr. | Pagto. Novos Níveis Salário Mínimo | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 25/02/59 | 27/02/59 | Niterói-RJ | Frig. | 1 | Pr. | Pagto. Novo Sal.Mínimo | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 02/03/59 | 03/03/59 | S.Paulo-SP | C.Civil | 1 | Pr. | Pagto.Salár. Mínimo | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 11/03/59 | 16/03/59 | Guanab./S. Paulo/Salvador/B.Horiz Santos/Campinas | Prof.Secundários | N/C | Esc. Pr. | Dispensa Professores e Aumento Salar. | Comissão de Greve | N/Consta | Disp./ Piq./ Polic. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 11/03/59 | 12/03/59 | Mauá/R.Pires/S.Caetano-SP | Ceram. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pic./Pol Pr. |
| 12/03/59 | 13/03/59 | S.Paulo-SP | Cimento | 1 | Pr. | Atr.Pagamento | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 24/03/59 | 25/03/59 | Guanab.-GB | Colet. | N/C | Pr. | Pagto.Salário Mínimo | Sindicato | Governo Federal | N/C |
| 25/03/59 | N/C | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | Abono/Unific. Salarial | Sindicato | M.Trab. | N/C |
| 26/03/59 | 27/03/59 | Recife-PE | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 27/03/59 | 30/03/59 | S.Paulo | Met. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Protesto contra Punição Comp. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 13/03/59 | 08/04/59 | S.André-SP | Quim. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Encampação Cia. | Sindicato | N/Consta | Pass./Ameaça Demis. Colet. |
| 07/03/59 | 08/04/59 | S.Paulo-SP | Vidro | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Sabot. |
| 14/04/59 | 17/04/59 | Araraquara/Bauru/Campinas/Americana/Jundiaí/Olimpia/Marília/Jaú/R.Claro-SP | Ferrov. | 1 | U.P. | Aum.Salarial/Equiparação Benefícios aos Ferrov.Estad. | Sindicato | Presidente da República/D.R.T. | Pol/Pr. |
| 16/04/59 | 17/04/59 | S.Paulo-SP | N/C | 1 | Pr. | Sal.Atrasados | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 17/04/59 | 03/05/59 | S.André-SP | Colet. | 2 | Pr. | H.Extras/Aum. Sal./Pagto.de Sal. Mínimo | Sindicato | N/Consta | Piq./Demissões |
| 18/04/59 | N/C | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Sal.Atrasados | F.S. | Sindicato | Piq. |
| 20/04/59 | 15/07/59 | S.André-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum.Sal./Pagamento Dias de Greve | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 24/04/59 | 28/04/59 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Enquadramento como Marítimos dos Doqueiros | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 06/05/59 | 08/05/59 | S.Paulo-SP | Adm.Pub. | Cat. | A.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 23/05/59 | N/C | Guanab./Niterói-RJ | Marit. | Cat. | U.P. | Sal.Atrasados | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 23/05/59 | 05/06/59 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Enquadramento Categ.Marit. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 25/05/59 | 27/05/59 | Guanab.-GB | F.Publ. | Cat. | A.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 01/07/59 | 02/07/59 | Guanab.-GB | Marit. | 2 | Publ. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/06/59 | N/C | S.André-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 20/06/59 | 15/07/59 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Cumpr.Leis | N/Consta | D.R.T. | Piq/Ch. |
| 22/06/59 | 23/06/59 | Curitiba-PR | C.Civil | 1 | Pr. | Sal.Atrasados | F.S. | D.R.T. | N/C |
| 20/06/59 | 30/06/59 | H.Lage-SC | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | M.Trab. | N/C |
| 08/07/59 | 12/07/59 | J.Fora-MG | Rodov. | 1 | Pr. | Aum. Tarifas | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 10/07/59 | N/C | S.Catarina | Mineir. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 04/08/59 | 05/08/59 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Reg.Profissional | Sindicato | N/Consta | Pr./Ch. |

A.25

A.30

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 25/08/59 | 01/09/59 | S.Sebastião | Lavrad. | 2 F. | Pr. | Pagto.Tarifas | Associação | Sec.Agr. | Pol. |
| 26/08/59 | 28/08/59 | Campinas-SP | C.Civil | 21 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 01/09/59 | 31/08/59 | S.Paulo-SP | Cimento | 1 | Pr. | Dem.80 Empreg. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 02/09/59 | N/C | Est.S.Paulo | Geral | 35 Cat | Pr. | Aum. Salarial | Sindicatos | N/Consta | Pr./Pol. |
| 08/09/59 | 10/09/59 | Contagem/ Barreiros/ B.Horiz.-MG | Met. | 1 Cat. | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | Sindic. | N/C |
| 21/09/59 | 22/09/59 | S.Paulo-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | N/C |
| 01/10/59 | 02/10/59 | S.Paulo-SP | Mármore | 90 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 12/10/59 | 21/10/59 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Aum./Dimin.da Dist.a Percorrer p/Carregador/Apenas o Sind.tem Direito Indicar Trab.Avulsos | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 12/10/59 | 14/10/59 | S.Paulo-SP | Colet. | 3 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 15/10/59 | 18/10/59 | Est.do Rio | Ferrov. | 1 | Publ. | Atr.Pagamento | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 20/10/59 | 07/11/59 | Guanab.-GB | Marit. | 2 | Publ. | Aprov.Quadros de Carreira | N/Consta | D.N.T. | N/C |
| 23/10/59 | 27/10/59 | M.Cruzes-SP | Mineir. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 30/10/59 | 31/10/59 | Vitória-ES | Cimento | 1 | Pr. | Sal.Atrasados | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 31/10/59 | N/C | Campinas-SP | F.Publ. | 1 | A.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 11/10/59 | 14/11/59 | S.Paulo-SP | Colet. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | M.Trab. | Pol/Pr. |
| 15/11/59 | 20/11/59 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Atr.Pagamento | Comissão | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 16/11/59 | 21/11/59 | Pirajuí-SP | Alim. | 1 | Pr. | Atr.Pagamento | N/Consta | N/Consta | Disp.Tr. |
| 17/11/59 | 20/11/59 | Est.Minas | Prof. Prim. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 20/11/59 | 24/11/59 | Jundiaí-SP | Colet. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Abono Natal/Uniformes/Pagto. H.Extras | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 02/12/59 | 03/12/59 | S.Paulo-SP | Geral | Geral | - | Aum.C.de Vida | Sindicato | N/Consta | Pol/Pr/Ch. |
| 09/12/59 | 11/12/59 | Guanab./São Paulo/P.Alegre | Aerov. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | M.Trab. | N/C |
| 14/12/59 | 16/12/59 | Recife-PE | Marit. | N/C | Pr. | Aum. Salarial | Federação | M.Trab. | N/C |
| 14/12/59 | 20/12/59 | B.Horiz.-MG | Colet./ Limp.Publ./ Águas/Gás | N/C | Publ. | Sal.Atrasados | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 21/12/59 | N/C | V.Redonda | F.Munic. | N/C | Publ. | Sal.Atrasados | N/Consta | N/Consta | Comic. |
| 22/12/59 | N/C | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | N/Consta | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 22/12/59 | 26/12/59 | Santos/Rec/Vit./Paranaguá/R.Grande/P.Alegre | Marit. | Cat. | U.P. | Contr.Trab. | Sindicato | M.Trab. | N/C |
| 22/12/59 | 23/12/59 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Pr. | Demis.Colegas p/Particip.em Greve | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 24/12/59 | 25/12/59 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Abono Natal | Sindicato | N/Consta | Pol. |

A.32

A.32

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 14/01/60 | 15/01/60 | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | Reajust. Pensões e Aposentadoria | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 03/02/60 | N/C | Macau/Areia Branca-RN | Port. | 1 | Publ. | N/Consta | N/Consta | M.Trab. | N/C |
| 06/02/60 | 07/02/60 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Pagto.Diferencial Salários | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 10/02/60 | 13/02/60 | Nove Pontos | Marit. | Cat. | U.P. | Pagto.Atrasado/Fusão Loide-Costeira | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 06/03/60 | 01/04/60 | Guanab./São Paulo | Aeronautas | 2 | Pr. | Regulamentação Profissão | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 10/03/60 | 17/03/60 | S.André/Jundiaí/Santos Adamantina/Bauru-SP | Ferrov. | 2 | Publ. | Aum.Sal./Outr. Reivindicações Econômicas | Sindicato | Federação | N/C |
| 01/04/60 | 12/04/60 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 14/04/60 | 29/04/60 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | N/Consta | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 13/04/60 | N/C | R.Janeiro/M.Gerais | Ferrov. | 1 | Publ. | Sal.Atrasados | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 26/04/60 | 30/04/60 | Curitiba-PR | Colet. | N/C | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 28/04/60 | 03/05/60 | Niterói-RJ | Colet. | 2 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | M.Trab. | Pol. |
| 30/04/60 | N/C | S.Paulo-SP | Rodov. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol/Pr. |
| 19/05/60 | 21/05/60 | Santos-SP | Marit. | 1 | U.P. | Atr.Pagamento | N/Consta | N/Consta. | N/C |
| 23/05/60 | 26/05/60 | Caieiras-SP | Papel | 1 | Pr. | Abono/Cond.de Trab./Contr. Coletivo | N/Consta | Sindicato | N/C |

A.33

A.33

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 25/05/60 | N/C | S.Paulo-SP | Func.de Hospit. | N/C | Pr. | Atr.Pagto./Aumento Salario | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 30/05/60 | N/C | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Sal.Minimo/Adicion.Notur. | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 31/05/60 | 09/06/60 | Cabo Frio | Quim. | 1 | Publ. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol/Pr. |
| 01/06/60 | 13/06/60 | S.Caet.-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 15/06/60 | 17/06/60 | Sorocab.-SP | F.Publ. | N/C | A.P. | Sal.Atrasados | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 22/06/60 | 02/12/60 | S.Paulo | Alim. | 1 | Pr. | Solidar./Afastam.Chefe Pessoal/Readm.de Comp.Demitidos | N/Consta | D.R.T. | Passeatas |
| 23/06/60 | 29/06/60 | Campinas-SP | Padeir. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | Piq/Pol. |
| 24/06/60 | 28/06/60 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 26/06/60 | 27/06/60 | Guanab.-GB | Marit. | 2 | Publ. | Taxa de Insalubridade | Sindicato | N/Consta | Ilegal |
| 01/07/60 | 02/07/60 | Santos-SP | Geral | Geral | Publ/Pr. | Solidariedade | Sindicatos | N/Consta | N/C |
| 25/05/60 | 04/07/60 | Pirapora-BA | Nav.Fluvial | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | M.Trab. | N/C |
| 12/07/60 | 20/07/60 | S.Rita-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 13/07/60 | 14/07/60 | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | Sal.Atrasados | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 20/07/60 | N/C | S.Paulo-SP | Gás | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 22/06/60 | 22/07/60 | Santos-SP | Alim. | 1 | Pr. | Solidariedade | Sindicato | N/Consta | Piq. |
| 26/07/60 | N/C | Cotia-SP | Frig. | 1 | Pr. | Segur.contra Acidente | F.S. | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 02/08/60 | N/C | Igarapava-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 04/08/60 | 06/08/60 | S.Paulo-SP | Padeir. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 08/08/60 | 09/08/60 | Guanab.-GB | Rodov. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | Direto | N/C |
| 10/08/60 | 16/08/60 | P.Alegre-RS | Alim. | N/C | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 12/09/60 | 13/09/60 | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | N/Consta. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 16/08/60 | 22/08/60 | R.G.do Sul | Ferrov. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | Político | N/C |
| 20/09/60 | 21/09/60 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Sal.Atrasados | F.S. | N/Consta | N/C |
| 28/09/60 | N/C | Vitória-ES | Port. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 04/10/60 | 11/10/60 | S.Paulo-SP | Mármore | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 18/10/60 | 19/10/60 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 19/10/60 | 20/10/60 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Sal.Atras./Férias Remun. | F.S. | Direto | N/C |
| 20/10/60 | 29/10/60 | M.Cruzes-SP | Mineir. | 1 | Pr. | Aum./Abono | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 23/10/60 | 03/11/60 | Guarujá-SP | Marit. | 1 | Publ. | Exig.Inclusão Categ.Marit. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 24/10/60 | 28/10/60 | S.Paulo-SP | Calçad. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 27/10/60 | 05/11/60 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Piq/Pol. |
| 11/10/60 | N/C | P.Alegre-RS | Gás | 1 | U.P. | Taxa Pericul. | F.S. | N/Consta | N/C |
| 01/11/60 | 04/11/60 | Salvador-BA | Quim. | 1 | Publ. | Paridade Vencimentos | N/Consta | N/Consta | Tropas Federais |
| 14/11/60 | 20/11/60 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Atr.Pagamento | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 15/11/60 | 19/11/60 | Cubatão-SP | Quim. | N/C | Pr. | Aum./Abono | Sindicato | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIA | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 29/11/60 | N/C | Santos-SP | Ferrov. | 1 | Publ. | N/Consta | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 21/10/60 | N/C | Tutóia-MA | Port. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 19/11/60 | N/C | Salvador-BA | Graf. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 01/11/60 | 08/11/60 | S.Paulo-SP | Met. | Cat. | Pr. | Aum./Abono | Sindicato | M.Trab. | N/C |
| 15/11/60 | N/C | Moreno-PE | Texteis | 1 | Pr. | Contra Aumen. Taxa Habitaç. | F.S. | N/Consta | N/C |
| 15/12/60 | 20/12/60 | S.Paulo-SP | Papel | Cat. | Pr. | Abono/Adic.Noturno | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 15/12/60 | 22/12/60 | S.Paulo/Rio Brasília/P. Alegre/B.Horizonte | Aerov. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 19/12/60 | N/C | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Atr.Pagamento | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 20/12/60 | 26/12/60 | B.Horiz.-MG | F.Publ. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 20/12/60 | 21/12/60 | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | Abono | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 20/12/60 | N/C | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Atr.Pagamento | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 22/12/60 | N/C | Jundiaí-SP | Quím. | 1 | Pr. | Abono | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 23/12/60 | 28/12/60 | S.Catarina | Ferrov. | 1 | Publ. | Atr.Pagamento | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 24/12/60 | N/C | Guanab.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | Abono | F.S. | N/Consta | Pol. |
| 24/12/60 | 27/12/60 | Osasco-SP | Met. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 27/12/60 | 30/12/60 | Osasco-SP | Quim. | 1 | Pr. | Abono | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 28/12/60 | 29/12/60 | Mauá-SP | Gás | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 28/12/60 | 29/12/60 | S.Bern.-SP. | Borrac. | 1 | Pr. | Abono | N/Consta | Sindicato | Pol. |
| 29/12/60 | N/C | S.Paulo-SP | Gás | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 02/01/61 | 12/01/61 | Est.S.Paulo | Quim. | 1 | Pr. | Abono Natal | N/Consta | T.R.T. | Dem. |
| 03/01/61 | 03/01/61 | S.Bernardo-SP | F.Publ. Braçais | Cat. | Publ. | Aum.Sal./Dem. do Chefe | Comissão | Direto | N/C |
| 05/01/61 | 05/01/61 | R.Jan.-GB | Aerov. | Várias | U.P. | Solid.a Col. Demitido | N/Consta | M.Trab. | Pass. |
| 13/01/61 | 14/01/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Pontualidade nos Pagtos. | Sindic. e F.S. | Sindicato | Pol./Pr. |
| 20/01/61 | 24/01/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Não Pag.Sal. | Sindicato | Sind./Vereador | Piq./Com. Dem. |
| 14/01/61 | 14/01/61 | Cap.e Interior-SP | Bombeiros | Cat. | Publ. | Aum. Soldos | Comissão | Governo | Com./Piq. Pr. |
| 14/01/61 | 23/01/61 | Cap.e Interior-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | Aum. Soldos | Comissão | Governo | Com./Pas. Pr. |
| 23/01/61 | 24/01/61 | R.G.Sul/M. Gerais/Vitória | Ferrov. | 1 | U.P. | Sal.Atr./Vantagem Econ. | Com.de Greve | "Líderes" | N/C |
| 26/01/61 | 26/01/61 | R.Jan.-GB | Port. | Cat. | U.P. | Novo Conv.de Trab. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 10/02/61 | 10/02/61 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Solid.a Colegas Mortos | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 17/01/61 | 18/01/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Vant.Ec./Condições Trab. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 17/01/61 | 18/01/61 | S.André-SP | Quim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 24/02/61 | N/C | R.Jan.-GB | Port. | Cat. | U.P. | Pagto.Dívida p/c/Sind. | Sindicato | N/Consta | Pol./Pr. |
| 03/03/61 | 03/03/61 | S.Paulo-SP | Couro | 1 | Pr. | Solid.Colega | F.S. | Sindicato | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 18/03/61 | 22/03/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Pagto.Sal.Atr. | F.S. | Sindicato | N/C |
| 24/03/61 | 24/03/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Publ. | Pagto.Sal.Atr. | F.S. | Sindicato | N/C |
| 25/03/61 | 25/03/61 | R.Jan.-GB | Prof. | Var.Cat | N/C | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 15/04/61 | 15/04/61 | S.Vicente-SP | Serv.Município (Oper.) | Cat. | Publ. | Renúncia Prefeito | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 28/04/61 | 10/05/61 | S.Paulo-SP | Brinq. | 1 | Pr. | Solid.Colega Dem./Vant.Ec. | Sindicato | T.R.T. | Piq./Pol. |
| 25/07/61 | N/C | P.Alegre-RS | Colet. | 1 | | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 02/05/61 | 02/05/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Afast.Chefes/ Vant.Econôm. | Sindicato | Sindicato | N/C |
| 09/05/61 | 09/05/61 | Brasília-DF | Telef. | Cat. | U.P. | Vant.Econôm. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 04/05/61 | 04/05/61 | R.Jan.-GB | Port. | Cat. | U.P. | Taxa de Férias | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 26/05/61 | 26/05/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Solid.Colegas | F.S. | Sindicato | N/C |
| 25/05/61 | 26/05/61 | Suzano/Jundiapeba-SP | Papel | 2 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Piq. |
| 31/05/61 | 03/06/61 | Int.S.Paulo | Ferrov. | 1 | U.P. | Encamp.C.P.p/ Ferr.Federal | Sindicato | Governo | N/C |
| 30/06/61 | 30/06/61 | Brasília-DF | Colet. | 1 | U.P. | Vant.Econ. | N/Consta | N/Consta | Pr. |
| 21/06/61 | N/C | Osasco-SP | Met. | 1 | Pr. | Pagto.Sal.Atr. | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 06/07/61 | 07/07/61 | S.Paulo-SP | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | F.S. | D.R.T. | Piq/Pol. |
| 10/07/61 | N/C | Caieiras-SP | Papel | 1 | Pr. | Aum.Sal./Vant. Econômicas | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 14/07/61 | 16/07/61 | N/C - SP | Transp. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | DRT/CNP | Piq/Pol/ |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 14/06/61 | N/C | Rib.Pires-SP | Quím. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 15/07/61 | 17/07/61 | S.Paulo-SP | Func. SESC | Cat. | Publ. | Readm.Membro da Diretoria | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 20/07/61 | 20/07/61 | ABC - SP | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 19/07/61 | 27/07/61 | Susano-SP | Quím. | 2 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | Piq. |
| N/C | 27/07/61 | S.André-SP | Met. e Borr. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Sindicato | N/C |
| 02/08/61 | 02/08/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Libert.Col.Presos | Sindicato | N/Consta | Piq./Pr. |
| 31/07/61 | 03/08/61 | S.Paulo-SP | Pad. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | Piq./Ch. |
| 05/08/61 | 07/08/61 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Taxas | Sindicato | M.Trab. | Piq/Pol/ Pr. |
| 10/08/61 | 10/08/61 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Vant.Econôm. | F.S. | Sindicato | Pol. |
| 14/08/61 | N/C | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Elim.Chapa de Identificação | Sindicato | T.R.T. | N/C |
| 18/08/61 | 18/08/61 | Santos-SP | C.Civil | 1 | Pr. | Pgto.Aum.Sal. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 12/09/61 | N/C | Niterói-RJ | Médicos | 1 | N/C | Sal.Atr./Cond. de Trabalho | Assoc.Médica | N/Consta | N/C |
| 05/08/61 | 08/08/61 | S.Caet.-SP | Colet. | 1 | U.P. | Readm.Colega | N/Consta | S.T.T. | Pol. |
| 19/09/61 | 21/09/61 | Campinas-SP | Borr.e Alim. | 3 | Pr. | Aum.Sal./Solidar.Col.Demit. | Sindicato | T.R.T. | Pass. |
| 14/08/61 | 14/08/61 | Morro Velho MG | Min. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 25/09/61 | 27/09/61 | S.Bern.-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Sindicato | Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 25/08/61 | 06/09/61 | M.Gerais/E.Santo/R.de Janeiro | Ferrov. | 1 | U.P. | Retorno Jânio | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 28/08/61 | 28/08/61 | Susano-SP | | Várias | Pr. | Posse Jango | N/Consta | N/Consta | Pr. |
| 28/08/61 | N/C | Niterói-RJ | | Várias | Pr. | Posse Jango | | | |
| 01/09/61 | 02/09/61 | R.Jan.-GB | Port. | Cat. | U.P. | Posse Jango | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 01/09/61 | 06/09/61 | Rio/Niterói | Port./ Marit. | Cat. | U.P. | Posse Jango | Sindicato | N/Consta | Pr. |
| 01/09/61 | N/C | R.Jan.-GB | Colet. | Várias | U.P. | Posse Jango | Sindicato | N/Consta | Pr. |
| 01/09/61 | N/C | Vitória-ES | Com./ Port./ Colet. | Várias | U.P./ Pr. | Posse Jango | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 04/09/61 | 04/09/61 | Campos-RJ | Geral | - | - | Posse Jango | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 04/09/61 | 06/09/61 | Salvador-BA | Várias Categ. | - | Publ/ Pr./ U.P. | Posse Jango | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 28/09/61 | 29/09/61 | S.André-SP | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | Piq/Pol/ Pr/Ch. |
| 03/09/61 | 09/09/61 | Recife-PE | Port. | Cat. | U.P. | Lib.de Presos | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 27/09/61 | 27/09/61 | Salvador/Interior BA | Geral | - | - | Prot.contra aut.fed. que não querem a transf.Petrobrás p/Bahia | Imprensa/ Câm.Vereadores/Ass. Legislat./ Clas.Conservadoras | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 01/10/61 (?) | N/C | Natal-RN | Port. | Cat. | U.P. | Maior número pessoal p/realizar carga e descarga no porto | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 02/10/61 | 05/10/61 | Barretos-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | Pol. |
| 07/10/61 | 07/10/61 | Atibaia-SP | Texteis | 1 | Pr. | Readm.Colegas Cond.Trabalho | Sindicato | Direto | N/C |
| 12/10/61 | 14/10/61 | S.André-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | Pagto.Sal.Atr. | Comissão | Com.Ver. | Pol. |
| 10/10/61 | 12/10/61 | R.Jan.-GB | Colet. | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 13/10/61 | 13/10/61 | S.Caet.-SP | Quím. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 16/10/61 | 16/10/61 | Cubatão-SP | Petr. | 1 | Publ. | Vant.Econom. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 20/10/61 | 27/10/61 | S.Paulo-SP | Banc. | 2 | Publ/ Pr. | Aum.Sal./Solidariedade | Sindicato | N/Consta | Piq./Concentr. |
| 19/10/61 | N/C | Fortal.-CE | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Piq. |
| 18/10/61 | 26/10/61 | R.Jan.-GB | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | Manif. |
| 19/10/61 | N/C | Vitória-ES | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Piq. |
| 20/10/61 | 26/10/61 | J.Pessoa-PA | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pass. |
| 24/10/61 | N/C | Santos/S.Vicente/Guarujá - SP | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pass. |
| 22/10/61 | 26/10/61 | Salvador-BA | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | Sindicato | J.T. | N/C |
| 22/10/61 | N/C | S.Luís-MA | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pass. |
| 20/10/61 | N/C | Recife-PE | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 20/10/61 (?) | N/C | Aracaju-SE | Banc. | 2 | Publ/ Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 20/10/61 | N/C | Curitiba-PR | Banc. | Todos | - | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 26/10/61 | N/C | Campinas-SP | Banc. | 1 | Publ. | Aum.Sal./Sol. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 27/10/61 | 01/11/61 | S.Caet.-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Bispo | Pr./Pol. |
| 07/11/61 | 08/11/61 | S.Paulo/ABC Interior SP | Banc. | Várias | N/C | Aum.Sal./Sal. Profis. | Sindicato | T.R.T. | Pol. |
| 09/11/61 | 09/11/61 | R.Claro-SP | Quim. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Readmis.Colegas | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 10/11/61 | 10/11/61 | Fortal.-CE | Colet. | Todas | U.P. | Aum. Tarifas | N/Consta | N/Consta | Pol/Pr. |
| N/C. | 14/11/61 | Fortal.-CE | Ferrov. | 1 | U.P. | Subst.Diretor | N/Consta | N/Consta | Depr. |
| 03/10/61 | 10/10/61 | S.Paulo-SP | Eng. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 02/10/61 | 03/10/61 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Férias Remun. | Sindicato | Presid. | N/C |
| 06/11/61 | 06/11/61 | S.André-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | Direto | Pol. |
| 17/11/61 | 21/11/61 | Santos-SP | Transp. | Cat. | U.P. | Aum. Carreto | Sind/Com. | Delegado | Piq. |
| 24/11/61 | 24/11/61 | R.Jan.-GB | Radial. | Cat. | Pr. | Abono de Em. | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 27/11/61 | 27/11/61 | R.Jan.-GB | Ferrov. | 1 | Publ. | Parid.Sal.c/ Ferr.Leopold. | Sindicato | Presid. | N/C |
| 25/11/61 | 27/11/61 | Guaratinguetá-SP | Texteis | 1 | Pr. | Refeitório/Solidariedade | N/Consta | Direto | N/C |
| 01/12/61 | 06/12/61 | S.Paulo-SP | Jornal. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 04/12/61 | 06/12/61 | S.Paulo-SP | Brinq. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 07/12/61 | 07/12/61 | Cuiabá-MT | Juízes | Cat. | Publ. | Aum. Venc. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 12/12/61 | 13/12/61 | S.Paulo-SP | Radial. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 11/12/61 | 14/12/61 | S.Paulo-SP | Juízes | Cat. | Publ. | Aum. Venc. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 14/12/61 | 15/12/61 | S.Paulo/Interior SP | Várias | - | - | Abono Natal/ 13º Salário | Vários Sindicatos | N/Consta | Piq/Ch./ Pol.(ex) Pr/Il/dmm. |
| 14/12/61 | N/C | Baix.Santista - SP | C.Civil | Cat. | Pr. | Aum.Sal./Vantag.Econôm. | N/Consta | Sindicato | Piq./Pr. |
| 14/12/61 | 16/12/61 | Florian.-SC | Colet./ Transp. | Cat. | U.P. | Aum.Sal./Solidariedade | Sindicato | C.N.P. | Piq. |
| N/C | 16/12/61 | Natal-RN | Port. | Cat. | U.P. | N/Consta | N/Consta | Del.Trab. | N/C |
| 16/12/61 | N/C | Pirajuí-SP | Alim. | 1 | Pr. | Pgto.Sal.Atr. | Sindicato | T.R.T. | N/C |
| 21/12/61 | 22/12/61 | Santos-SP | Marit. | Cat. | U.P. | Pagto.Sal.Atr. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 07/01/61 | 12/01/61 | Alagoas/Pernamb/Paraiba/R.G.Norte | Ferrov. | 1 | U.P. | Pgto.Dif.Sal. Fam./Outr.Vantag.Econom. | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| N/C | 17/01/61 | Santos-SP | Arm.Ger. | 1 | U.P. | Cumpr.Acordo | Sindicato | T.R.T. | N/C |
| 23/12/60 | 14/01/61 | V.Itajaí-SC | Ferrov. | 1 | U.P. | Vant.Econ. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 27/01/61 | 04/02/61 | Salvador-BA | Ferrov. | N/C | U.P. | Vant.Econ. | F.S. | N/Consta | Piq. |
| 28/01/61 | 04/02/61 | S.Luís,Terezina/Coroata - MA | Ferrov. | 1 | U.P. | Benef.Lei da Paridade | N/Consta | N/Consta | Pass/Sab. |
| 26/01/61 | 04/02/61 | Curitiba-PR | Ferrov. | 1 | U.P. | Benef.Lei da Paridade | Com.Centr. Ferr./UFB | N/Consta | Pass. |
| 26/01/61 | 29/01/61 | Paraná/Sta. Catarina | Ferrov. | 1 | U.P. | Benef.Lei da Paridade | Idem | N/Consta | Piq/Com. |
| 03/01/61 | 03/01/61 | Brasília-DF | C.Civil | 1 | Pr. | Novo Mínimo | F.S. | J.T. | Pass. |
| 05/01/61 | 05/01/61 | Brasília-DV | C.Civil | 1 | Pr. | Novo Mínimo | F.S. | N/Consta | Ch/Tir/Dep. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 06/01/62 | 15/01/62 | Bahia | Petr. | 1 | Publ. | Prot.contra Exon.Diretor | Sindicato | Presid. | Com./Pass. |
| N/C | 11/01/62 | Nilópolis-Rj | F.Publ. | Cat. | Publ. | Pgto.Sal.Atr. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 11/01/62 | 18/01/62 | C.Lafaiete-MG | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pass/Piq. |
| 16/01/62 | 17/01/62 | S.Paulo/Interior SP | Securit | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Assoc.dos Securit. | T.R.T. | Depr. |
| 16/01/62 | 16/01/62 | Baix.Santista - SP | Min. | Várias | Pr. | Pgto.Sal.Atr. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 22/01/62 | 25/01/62 | R.Jan.-GB | Op.Nav. | 1 | Pr. | Afast.Chefe/ Solid.Colegas | N/Consta | Direto | N/C |
| 27/01/62 | 30/01/62 | Guaratinguetá-SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | N/C |
| 24/01/62 1 | 29/01/62 | Interior-SP | Ferrov. | 1 | Publ. | Paridade Venc. c/R.F.F.S.A. | Sindicato | N/Consta | Pol/Pr./ Sab/Pol. (EX)/Piq. Com. |
| 29/01/62 | 02/02/62 | Salvador-BA | Marit./ Port. | Cat. | U.P. | Pgto.Benef. | Com.de Greve(Sind.) | N/Consta | Pol. |
| 31/01/62 | 31/01/62 | Bebedouro-SP | Trab. Rurais | Cat. | Pr. | Sal.Mínimo | F.S. | N/Consta | Piq/Pol. |
| 22/02/62 | 22/02/62 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Prot.contra falec.colega no Presídio | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 13/02/62 2 | 20/02/62 | Jaboticabal SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Sal.Mínimo | "Fed.dos Circ.Operários" | Promotor | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| N/C | 22/02/62 | Jaboticabal SP | Trab. Rurais | Div. Emp. | Pr. | Sal.Min./Aum. Sal./Vant.Ec. | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 17/02/62 | 22/02/62 | Ilhéus-BA | Port. | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| N/C | 22/02/62 | Itumbiara/ Anápolis/ Brasília-GO | Transp. | Cat. | U.P. | Aum. Fretes | Comissão | N/Consta | Pol.(Ex) |
| 20/02/62 | 20/02/62 | Salvador-BA | Colet. | Várias | U.P. | Aum.Tarifas p/Aum.Sal. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 20/02/62 | 20/02/62 | Maceió-AL | Petr. | 1 | Publ. | Equip.Sal.a Mataripe | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 01/03/62 | N/C | Marília-SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Cumpr.Acordo | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 02/03/62 | 03/03/62 | Santos-SP | Colet. | 1 | Publ. | Apressam.do Contr.Colet. | Sindicato | Pref. | Pl/Piq. |
| 16/03/62 | 17/03/62 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Vant.Econ. | Sindicato | Min.Viação | N/C |
| 14/03/62 | 20/03/62 | ABC(?)-SP | Met. | 1 | Pr. | Pontualidade Pagto.Sal. | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| N/C | 10/04/62 | Rincão-SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Aum.Sal./Vantag.Econ. | Comissão | N/Consta | N/C |
| 07/04/62 | 08/04/62 | S.Paulo-SP | S.Publ. | Cat. | Publ. | Pro-Labore ref.Sab.Dom. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 08/05/62 | 08/05/62 | B.Cocais-MG | Met. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 12/05/62 | 12/05/62 | Cubatão-SP | Couros | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Direto | N/C |
| 18/05/62 | 18/05/62 | S.Franc.do Sul/Joinville-SC | Marit. | Cat. | U.P. | Pgto.Benef.Atras./Solid. | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 19/05/62 | 21/05/62 | Campinas-SP | Colet. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 26/05/62 | 28/05/62 | Rio/Niterói RJ | Mar. | 1 | U.P. | Pgto.Sal.Atr. | N/Consta | Assessor Presid. | N/C |
| N/C | 26/05/62 | Santos-SP | Colet. | 1 | Publ. | Afast.Chefe | N/Consta | F.S.P. | N/C |
| 29/05/62 | 29/05/62 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | Pr. | Readm.Colegas | N/Consta | N/Consta | Piq/Depr/ Pr. |
| N/C | 30/05/62 | Galia-SP | Texteis | 1 | Pr. | Aum.Sal./Reg. Empr. | Mov.Renov. Sindical | N/Consta | N/C |
| 30/05/62 | 31/05/62 | Nacional | Radiotel | 7 | Pr./ U.P. | Aum.Sal./Van-tag.Econ. | Sindicato | Min.Just. | N/C |
| 01/06/62 | 08/06/62 | S.Rosa do Viterbo-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 1 N/C | 13/06/62 | S.Paulo-SP | Papel | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | N/C |
| 2 N/C | 13/06/62 | S.Paulo-SP | Papel | 1 | Pr. | Aum.Sal./Van-tag.Econ. | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 02/06/62 | 16/06/62 | Brasília-DF | Banc. | Várias | Pr./ Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | Pol./Prs. |
| 12/05/62 | 03/06/62 (?) | Natal/Interior-RN/Fortaleza-CE | Banc. | 1 | Pr. | Equip.Sal. ao Bco.do Brasil | Sindicato | N/Consta | Piq/Pass. |
| /05/62 | /01/63 (?) | S.Paulo-SP | Cimento | 1 | Pr. | Aum.Sal./Pgto Sal.Atrasado | FNT/Sind. | D.R.T. | Pass/Pr./ Gr.fome |
| 18/05/62 | 19/05/62 | Jundiaí-SP | Quim. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Vant Econômicas | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| N/C | 19/05/62 | Assis-SP | Trab. Rurais | 2 | Pr. | Ret.Pres.Sind. Demitido | Sindicato | N/Consta | Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 04/06/62 | 15/06/62 | Santos/S.Vicente/Cubatão-SP | Gás/Aliment./Port./Eletr/Coletivos | Várias Empr. | Pr./U.P. | Aum. Salarial | Sindicatos | Pref./TRT | Ilegal. |
| 22/05/62 | 30/05/62 | Santos-SP | Marit. | 1 | U.P. | Pgto.Sal.Atr. | N/Consta | J.T. | N/C |
| 13/06/62 | 24/06/62 | Caçapava-SP | Met. | 1 | Pr. | Pgto.Sal.Atr. | Comissão | Presid. | N/C |
| 30/08/62 | N/C | Caçapava-SP | Met. | 1 | Pr. | Pgto.Sal.Atr. | Comissão | F.M.S.P. | N/C |
| 02/07/62 | N/C | Chavantes-SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | N/C |
| 03/07/62 | 03/07/62 | S.Caet.-SP | Quim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 05/07/62 | 05/07/62 | Nacional | Port./Colet./Ferrov/Petr./Graf./Banc. | - | UP./Pr. | Escolha Conselho Ministros Nacionalista e Democrático | P.U.A. | N/Consta | Piq./Pr. Inq. |
| N/C | 11/07/62 | Jaú/Sertãozinho-SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 11/07/62 | 13/07/62 | S.Bern.-SP | Met. | 2 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/C |
| 13/07/62 | 17/07/62 (?) | Natal-RN | Min.e Energia | Várias Empr. | U.P./Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 15/07/62 | 21/07/62 (?) | Santos-SP | Colet. | 1 | Publ. | Equip.Sal. c/ Pessoal Bordes | N/Consta | F.S.D. | N/C |
| N/C | 12/07/62 | Santos-SP | Min.e Comb. | Várias Empr. | U.P. (?) | Várias Reivindicações | Sindicato | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 14/07/62 | 19/07/62 (?) | Recife-PE | Petr. | Várias Empr. | U.P. | N/Consta | N/Consta | Min.Trab. | N/C |
| 17/07/62 | 25/07/62 | Brasília-DF | F.Publ. | Cat. | Publ. | Aum.Sal./Pgto. Sal.Atrasado | "Com.Greve"/Comissão | Min.Trab. e Presidente | N/C |
| 21/07/62 | 21/07/62 | Brasília-DF | C.Civil | Várias Empr. | Pr. | Equip.Sal.aos Func.Novacap | "Comissão de Greve" | Min.Trab. | Piq/Pass. |
| N/C | 24/07/62 | M.Cruzes-SP | Quim. | N/C | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol.(F.P.) |
| 23/07/62 | 24/07/62 | R.Claro-SP | Bebid. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 24/07/62 | 24/07/62 | S.Bern.-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | F.S. | N/Consta | N/C |
| N/C | 31/07/62 | Paranaguá-PR | Port. | Cat. | U.P. | Taxa Insalub. | N/Consta | Min.Just. | Pol. |
| 29/07/62 | 31/07/62 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Aum.Sal./Sol. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 09/08/62 | 09/08/62 | Belém-PA | Prof. | Cat. | Publ. | Pgto.Venc.Atr. Solidariedade | N/Consta | N/Consta | Com./Dem. |
| 07/08/62 | 16/08/62 (?) | Diadema-SP | Colet. | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | Il./Piq./ Pr. |
| 23/07/62 | 15/08/62 | Assis-SP | Trab. Rurais | 2 | Pr. | N/Consta | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 05/08/62 | 07/08/62 | Santos/Guarujá-SP | F.Publ. (Ferry Boats) | Cat. | Publ. | Enquadramento c/Marítimos | Sindicato | M.T. | Piq./Pr. |
| 25/08/62 | 25/08/62 | Adamantina-SP | Med. | Cat. | Publ. | Livre Escolha dos Facultat. p/Associados | N/Consta | Pres. do IAPB | N/C |
| N/C | 27/08/62 | Natal-RN | Calçad. | Várias Emp. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 20/08/62 | 21/08/62 | S.Paulo-SP | Padeir. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | Piq/Ch./ Pr. |
| N/C | 29/08/62 | Brasília-DF | F.Publ. | 1 | Publ. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 30/08/62 | 30/08/62 | Jundiaí-SP | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 15/09/62 | 19/09/62 | Nacional | Geral | Várias Cat. | Publ/ Pr./ U.P. | | CGT/CNTI | | Piq./Pr./ Pol.(Ex) Ch. |
| 12/09/62 | 15/09/62 | Santos-SP | Ferrov/ Port./ C.Civil Marit./ Petr./ F.Publ. | Várias Cat. | Pr./ Publ/ U.P. | Aum.Sal./Solidar.Grevistas da SMTC | F.S.D. | N/Consta | Pr. |
| 05/09/62 | 19/09/62 | Santos-SP | Colet. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | Sindicato | | Pr./Il./ Piq. |
| 15/09/62 | 20/09/62 | C.Frio-RJ | Quim. | 1 | Publ. | Aum.Sal.-Fam/ Vant.Econ. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 22/09/62 | N/C | N/C - PE | F.Publ. | Cat. | Publ. | Plano Reclassific./Abono | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| N/C | 24/09/62 | Jacareí-SP | Quim. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Solidar./Vant.Ec. | F.S. | N/Consta | N/C |
| 02/10/62 | 03/10/62 | R.Jan.-GB | Radial. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Min.Trab. | Piq. |
| 02/10/62 | 03/10/62 | S.Luís-MA | Colet. | N/C | U.P. | Pgto.Sal.Atr. | N/Consta | Governad. | N/C |
| 15/09/62 | 19/09/62 | Rio/Santos/Outr. | Marit. | Sind. | U.P. | Hierarquia da carreira nauticos a outras | Sindicato | Min.Trab. | N/C |
| 02/10/62 | N/C | Araras-SP | Met. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Fed.Met. | Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 03/10/62 | 10/10/62 | Taubaté-SP | Met. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Fed.Met. | Pol. |
| 11/10/62 | 11/10/62 | Monte Alegre-PR | Papel | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Direto | N/C |
| 13/10/62 | 13/10/62 | S.Bern.-SP | Colet. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | "Autoridades" | N/C |
| 18/10/62 | 18/10/62 | S.Paulo-SP | Calçad. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Direto | N/C |
| 20/10/62 | 20/10/62 | S.Paulo/Rio Santos | Colet. | 3 | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 23/10/62 | 23/10/62 | S.Paulo-SP | Serr. | 1 | Pr. | Solid.Colega Suspenso | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 18/10/62 | 22/10/62 | S.Bern.-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 19/10/62 | 19/10/62 | Catanduva-SP | Telef. | 1 | U.P. | Não Cumpr. Acordo Pgto.Salário Atras. | N/Consta | Pref./Câmara | Pol. |
| 27/10/62 | 31/10/62 | S.J.Campos-SP | Met. | 1 | Pr. | Antec.do Aum. Salarial | N/Consta | N/Conste | N/C |
| 30/10/62 | 01/11/62 | S.Paulo-SP | Met. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | Piq/Ch/Pr. |
| 01/11/62 | 07/11/62 | S.Paulo-SP | Graf. | Várias | Pr. | Aum.Sal./Vantag. Econ. | Sindicato | D.R.T. | Piq./Depr. |
| 02/11/62 | 06/11/62 | Campinas-SP | Colet. | 1 | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | Dem/Pol. |
| 09/11/62 | 08/11/62 | ABC - SP | Colet. | 1 | U.P. | Aum.Sal./Vantag. Econ. | Sindicato dos Quim. | Pref. | Pol. |
| 03/11/62 | 07/11/62 | Santos-SP | Transp. | N/C | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Piq./Pol. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | Várias Categ. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | Met. | 1 | Pr. | Pagto.Aum.Antecipado | N/Consta | Fed.Met. | N/C |
| [illegible] | 16/11/62 | S.Jan.-CB | Graf./ Jorn. | Cat. | Pr. | Aum.Sal./Sol. | Sindicato | T.R.T. | Piq. |
| 06/11/62 | 10/11/62 | Brasília-DF | C.Civil | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | M.Trab. | N/C |
| 03/11/62 | 07/11/62 | S.Paulo-SP | Alim. | Várias | Pr. | N/Consta | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 06/11/62 | 06/11/62 | Niterói-RJ | Em.Elet. | 1 | U.P. | Aum.Sal./Vantag.Econ. | "C.G.G." | N/Consta | N/C |
| 13/11/62 | 19/11/62 | S.Paulo-SP | Eng. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | Assoc.Engenheiros | Inst.Eng./ Assoc.Empreiteiros | N/C |
| 13/11/62 | 16/11/62 | Santos-SP | Bagrinhos | Cat. | U.P. | Greve de fome pela Sindicalização | Comissão | M.T./FSD | N/C |
| 17/11/62 | 18/11/62 | Santos-SP | Serv. Munic. | Cat. | | Aum.Sal./Vantag.Econ. | Assoc.dos Servid. | F.S.D. | N/C |
| 18/11/62 | 18/11/62 | S.Paulo/Osasco-SP | Frig. | 5 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | Piq. |
| 20/11/62 | 22/11/62 | Est.Rio | Op.Nav. | Várias | Pr. | Vant.Econ. | Sindicato | T.R.T. | |
| 22/11/62 | 22/11/62 | Santos-SP | Alim. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| N/C | 22/11/62 | Niterói-RJ | Trab.em Cinemas | Cat. | Pr. | N/Consta | N/Consta | T.R.T. | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 07/11/62 | 24/11/62 | Santos-SP | Gelo | 1 | Pr. | Aum.Sal./Vantag.Econ. | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 24/11/62 | 24/11/62 | Jundiaí-SP | Texteis | 1 | Pr. | Pgto.Sal.Atr. | N/Consta | Sindicato | N/C |
| 22/11/62 | 30/11/62 | Belém-PA | Trab. Fluviais | 1 | U.P. | Exon.Diretor do SNAPP/Outros | N/Consta | Enviado do Gov.Federal | Pass. |
| 04/12/62 | N/C | Piracicaba-SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Abono Natal | F.S. | N/Consta | Pol. |
| 21/11/62 | 21/11/62 | S.Paulo-SP | Alim. | Várias Empr. | Pr. | Aum.Sal./Vantag.Econ. | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 04/12/62 | 07/12/62 | S.Paulo/Brasília/Guanabara | Banc. | Vários | Publ/Pr. | Pagto.13º Sal/Solid. Min.do Trab./Contra Ref.Banc. | Sindicato | N/Consta | Piq. |
| N/C | 10/12/62 | Bonsucesso | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Pgto.Sal.Atr. | F.S. | Direto | N/C |
| 11/12/62 | 11/12/62 | Osasco-SP | Colet. | 4 | U.P. | Pgto.13º Sal. | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 30/11/62 | 12/12/62 | Pedro Leopoldo-MG | Texteis | N/C | Pr. | Readm.Colega | F.S. | Sindicato | N/C |
| 18/12/62 | 20/12/62 | Santos-SP | F.Publ. (Saneamento) | Cat. | Publ. | Abono Emerg./Taxa de Insalubridade | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 21/12/62 | 22/12/62 | Est.Rio | Colet. | Cat. | U.P. | Pgto.13º Sal. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 24/12/62 | 27/12/62 | Jacareí-SP | Met. | 1 | Pr. | 13º Sal./Vantag.Econ. | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 23/12/62 | 27/12/62 | Santos-SP | Quim. | 1 | Pr. | Pgto.Sal.Atr/ 13º Salário | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 25/04/62 | 07/05/62 | Cubatão-SP | Petroquim. | Várias Emp. | Pr. | Aum.Sal./Taxas | Sindicato | T.R.T. | Piq/CM./ Pr./Pass. |
| 08/05/62 | 09/05/62 | Santos/Cubatão/S.Vicente-SP | Geral | - | - | Solid.à Greve dos Petroquímicos | F.S.D. | Gov.Fed. | Piq. |
| 22/11/62 | 22/11/62 | Santos ou Cubatão (?) | Met./ C.Civil | Várias Emp. | Pr. | 13º Salário | F.S. | N/Consta | |
| 21/12/62 | 26/01/63 | Nacional | Marit. | - | U.P. | Aum.Sal./Volta ao Escalonam.Hierárqu. | Sindicato | Gov.Fed./ Min.Trab. | Il./Inq. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 02/01/63 | 04/01/63 | Santos-SP | Transp. | Cat. | U.P. | Aum. Frete | F.S. | "Autoridades" | Bloq.Estradas |
| N/C | 12/01/63 | R.Jan.-GB | Op.Nav. | 1 | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 04/01/63 | 10/01/63 | Vit.Sto.Antão-PE | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Não Cumpr.Promes.Venda Terra aos Camp. | Ligas Camponesas | Padres/Advogados | Pol. |
| N/C | 11/01/63 | Curitiba-PR | Várias | N/C | Pr. | Pgto.13º Sal. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 11/01/63 | 11/01/63 | R.Jan.-GB | Banc. | Cat. | Pr. | Pgto.13º Sal. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 11/01/63 | 12/01/63 | Santos-SP | Marit. | Cat. | U.P. | 13º/Pgto.Dif. Sal.e Atras. | N/Consta | D.R.T. | N/C |
| 08/01/63 | 14/01/63 | B.Horiz.-MG | Securit. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Governad. | N/C |
| 11/01/63 | 19/01/63 | R.Jan.-GB | Colet. | 6 | Pr. | Pgto.Integral 13º Salário | N/Consta | Depto.Concessões Estado | Pol. |
| 13/01/63 | 13/01/63 | S.Paulo-SP | Colet. | 1 | U.P. | Vant.Ec./Condiç.Trab./Sol | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 16/01/63 | 16/01/63 | Santos-SP | Colet. | 1 | Publ. | Sal.Atrasados | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | 16/01/63 | Natal-RN | Ferrov. | Cat. | U.P. | Solidariedade | N/Consta. | N/Consta | N/C |
| 16/01/63 | 16/01/63 | R.Jan.-GB | Telegr. | 7 | U.P. | Pgto.Gratif. Natal | N/Consta | Secr.do Trab. | N/C |
| N/C | 18/01/63 | Campos-RJ | F.Publ. | Cat. | Publ. | Pgto.Sal.Atr/ 13º Salário | Comando Sindical | Governador. | N/C |
| 22/01/63 | 22/01/63 | S.Paulo-SP | Banc. | Várias | Pr. | 13º/Outr.Vantagens Econ. | Sindicato | T.R.T. | Piq/Pol. |
| N/C | 22/01/63 | Niterói-RJ | Marit. | Cat. | U.P. | Pgto.13º Sal. | N/Consta | S.Transp. | N/C |

A.54

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 21/01/63 | 24/01/63 | S.Paulo-SP | Texteis | 1 | Pr. | Pgto.13º Sal/ Gratificação | F.S. | Sindicato | Piq./Pol. Pr. |
| 25/01/63 | 25/01/63 | Santos/Cubatão/S.Paulo | Port./ Met./Petroquim Petrol/ Alim. | Várias Cat. | Pr./ U.P./ Publ. | Não Diplomação Cand.Acusados Ativ.Comun.e Sarg.Eleitos | Forum Sindical de Debates | N/Consta | Pol. |
| 22/01/63 | 28/01/63 | Santos-SP | Quim. | 1 | Pr. | Sal.Atrasados | F.S. | N/Consta | N/C |
| N/C | 04/02/63 | Curitiba-PR | Banc. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| N/C | 06/02/63 | Guaíra-SP | Trab. Rurais | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Comissão | Prefeito | Depr. |
| 29/01/63 | 04/02/63 | R.Jan.-GB | Securit. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | N/C |
| 03/02/63 | N/C | B.Horiz.-MG | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | Prefeito | Depr. |
| 02/02/63 | 12/02/63 | Ourinhos-SP | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Pgto.Sal.Min. e 13º | Comissão | D.R.T. | Disp.Pas. Pol. |
| 05/02/63 | N/C | R.Jan.-GB | Banc. | 1 | Pr. | Pgto.Gratif. Natal | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 05/02/63 | 06/02/63 | Santos-SP | Col./ Transp. | Várias | U.P. | Aum.Sal./Vantag. Ec./Sol. | Sindicato | Min.Trab. | Pr./Pol/ Piq./Oc. |
| 06/02/63 | N/C | Recife-PE | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 07/02/63 | 20/02/63 | R.Jan.-GB | Banc. | 4 | Publ/ Pr. | Pagto. 13º | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 20/02/63 | 21/02/63 | Santos-SP | Met. | 2 | Pr. | Solid./Vant. Econôm. | Sindicato | Min.Trab. | Pol. |
| 23/02/63 | 23/02/63 | S.Paulo-SP | Colet. | Várias | Publ/ Pr. | Adiant.s/Aum. Futuro | N/Consta | Não Houve | Piq/Pol/ Il. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 28/02/63 | 28/02/63 | S.Paulo-SP | Colet. | Várias | U.P. | Solidariedade | Sindicato | T.R.T. | Pol/Pr./ Depr. |
| 23/02/63 | 04/03/63 | Santos-SP | Port. | 1 | U.P. | Vant.Econ. | Sindicato | M.Trab. | N/C |
| 28/02/63 | N/C | Itanhaem-SP | Trab. Rurais | Várias | Pr. | Aplic.C.L.T. | Assoc.Trabalh.Agrícol. Itanhaem | N/Consta | Pol/Pr./ Oc./Il. |
| 11/02/63 | 11/02/63 | Barretos-SP | Trab. Rurais | Várias | Pr. | Aplic.C.L.T./ Aum.Sal./Cond Trabalho | Comissão | Prefeito | N/C |
| 11/02/63 | 23/02/63 | Curitiba/Outras-PR | Prof. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | Fora Controle Associação | N/Consta | Pas./Inq. |
| 13/03/63 | N/C | Natal-RN | Banc. | 1 | Pr. | Solidariedade | N/Consta | N/Consta | N/C |
| N/C | N/C | Natal-RN | Banc. | Cat. | N/C | Pgto.Gratif. Natal | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 19/03/63 | 23/03/63 | Santos/Cubatão/Guarujá S.Vic.-SP | Met. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | General | Pol/Pr./ Piq. |
| N/C | 21/03/63 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 21/03/63 | 10/04/63 | Recife-PE | Graf./ Jorn. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | J.T. | Piq./Pas. |
| N/C | 23/03/63 | Recife-PE | Comerc. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Governad. | Pas./Il. |
| 25/03/63 | 25/03/63 | Santos-SP | Marit. | 1 | U.P. | Pgto.Sal.Atr. | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 27/03/63 | 04/04/63 | R.Jan.-GB | Colet. | 1 | Publ. | Obtenção de Contr.Colet. | | | Il./Dem. |
| 29/03/63 | 04/04/63 | R.Jan.-GB | Colet. | 1 | U.P. | Solidariedade | Sindicato | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 30/03/63 | 30/03/63 | R.Jan.-GB | Ferrov. | 2 | Publ. | Solidariedade | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 22/03/63 | 29/03/63 | Florian.-SC | Madeira | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 05/04/63 | N/C | Campos-RJ | Ferrov. | 1 | U.P. | Contra Invasão Sind. p/ Polícia | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 04/03/63 | 12/03/63 | S.Paulo-SP | Met. | 1 | Pr. | Pgto.Dif.Sal/ Solidariedade | F.S. | D.R.T. | N/C |
| 01/04/63 | 08/04/63 | Angra dos Reis-RJ | C.Naval | 1 | Pr. | Solid.Colega Demitido | N/Consta | T.R.T./ Governad. | N/C |
| 20/04/63 | 22/04/63 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Pgto.Sal.Atr. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 17/04/63 | 19/04/63 | Brasília-DF | Prof./ Med. | Cat. | Publ. | Municipalização Instituições | N/Consta | Presidente | Piq./Pol/ Pr. |
| N/C | 24/04/63 | Vitória-ES | Prof. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | Arcebispo | N/C |
| 18/04/63 | 18/04/63 | Guaratinguetá-SP | Texteis | 1 | Pr. | Sal.Atrasados | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 06/05/63 | 09/05/63 | Recife-PE | Met. | Cat. | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Governad. | N/C |
| N/C | 05/05/63 | R.Jan.-GB | Met. | 1 | Publ. | Aum.Sal./Vantag.Econ. | N/Consta | N/Consta | Piq. |
| N/C | 08/05/63 | S.André-SP | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 07/05/63 | 23/05/63 | Santos-SP | Port. | Várias | U.P. | Aum.Sal./Vantag.Econ. | Sindicato | T.R.T. | Piq. |
| 09/05/63 | 09/05/63 | Niterói-RJ | Med. | Cat. | Publ. | Solid.Colega Demitido | F.S. | N/Consta | N/C |
| 14/05/63 | 14/05/63 | Niterói-RJ | Colet. | Cat. | U.P. | Cumpr.Leis Trab. | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| N/C | 16/05/63 | Curitiba-PR | Ferrov. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | Direto | N/C |
| N/C | 20/05/63 | Natal-RN | C.Civil | Várias | Pr. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | Piq/Ch./ Pr. " |
| N/C | 23/05/63 | S.Paulo-SP | C.Civil | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | |
| 28/05/63 | 28/05/63 | Santos-SP | Marit. | Cat. | U.P. | Vant.Econom. | Sindicato | N/Consta | N/C |
| 27/05/63 | 22/06/63 | Santos/S.Vicente/Cubatão/Guarujá SP | Min. | 16 | Pr. | Aum.p/Empreitada/Vant.Ec. | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| 29/05/63 | 30/05/63 | C.do Sul-RS | Met. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 30/05/63 | 03/06/63 | Nacional | Aeron./ Aerov./ Port./ Ferr./ Marit./ Op.Nav. | Várias Cat. | Publ/ U.P. | Readm.do Com. Mello Bastos/ Solidariedade | P.U.A./ Sindicato | | Piq. |
| 05/06/63 | 05/06/63 | Brasília-DF | Banc. | Cat. | Publ/ Pr. | Reformas de Base/Cumpr.Ac. Salarial | N/Consta | N/Consta | Com. |
| 14/06/63 | 14/06/63 | B.Cubas-SP (?) | Instr. Music. | 1 | Pr. | Sal.Atrasados | N/Consta | Adv. | N/C |
| N/C | 17/06/63 | GB/RJ | Op.Nav. | Cat. | Pr. | Novo Contr.Coletivo | N/Consta | T.R.T. | N/C |
| N/C | 18/06/63 | S.Paulo-SP | Borr. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 19/06/63 | N/C | S.Luís-MA | Comun. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/C |
| N/C | 20/06/63 | Paranaguá-PR | Port. | Cat. | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/C |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 09/07/63 | 10/07/63 | Santos-SP | Colet. | Cat. | Publ. | Aum.Sal./Vantag.Econom. | Sindicato | T.R.T./ Pref. | Pol. |
| 16/07/63 | 21/07/63 | Santos/Cubatão-SP | Distr. Gás | Cat. | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | M.Trab. | Pr. |
| 19/07/63 | 20/07/63 | S.Vicente-SP | Func. Publ. | Cat. | Publ. | Sal.Atrasados | Assoc.Servidores | Pref. | N/C |
| 21/07/63 | 21/07/63 | P.Alegre/Outras-RS | Ferr./ Petr. | 2 | Publ. | Prot.contra Lacerda | Com.Sind. | N/Consta | Pr./Ch./ Depr. |
| 22/07/63 | 29/07/63 | Brasília-DF | C.Civil | Cat. | Pr. | Vant.Econom. | Sindicato | Presid./ M.Trab. | N/C |
| 26/07/63 | N/C | Palmares-Pe | Trab. Rurais | 1 | Pr. | Prot.contra Assas.Campones | N/Consta | Enviado Covernad. | Pol. |
| 26/07/63 | 01/08/63 | R.Jan.-GB | Banc. | 3 | Pr. | Pgto.Grat.Semestr. | Sindicato | T.R.T. | Il. |
| 30/07/63 | 06/08/63 | Santos/Cubatão/Guarujá SP | C.Civil | 4 | Pr. | Cumpr.Sentença Concedendo Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol. |
| 01/08/63 | 02/08/63 | R.Jan.-GB | Ferr. | 1 | U.P. | N/Consta | Sindicato | Min.Viac. | N/C |
| 31/07/63 | 01/08/63 | N/Consta | Bombeiros | Cat. | Publ. | Transf.p/Esfera Estadual | N/Consta | N/Consta | N/C |
| 07/08/63 | N/C | Maceió-AL | Port. | Cat. | U.P. | Aum.Sal./Encamp.Federal | Sindic./ P.U.A. | N/Consta | Pol. |
| 08/08/63 | 08/08/63 | R.Jan.-GB | Port./ Ferrov. | Cat. | U.P. | Prot.contra Prisões Durante Manif.contra Carestia | Sindicato | N/Consta | Pass/Com/ Pol.(Ex.) Ch./Mortes Pr. |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| N/C | 10/08/63 | B.Horiz.-MG | Prof. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 10/08/63 | 12/08/63 | Florian.-SC | Graf. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Sindicato | N/Consta |
| 13/08/63 | 13/08/63 | R.Jan.-GB | Transp. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | Pol. |
| N/C | 16/08/63 | S.Paulo-SP | Graf. | 1 | Publ. | Aum.Sal./Grat. | N/Consta | Sec.Just. | N/Consta |
| 18/08/63 | 21/08/63 | Santos-SP | Port./ Transp/ Adm. | Cat. | U.P. | Pgto.Gratif. de Natal | Sindicato | N/Consta | Pr./Pol. Pass. |
| 19/08/63 | N/C | Teresina-PI | Pol.Militar | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Manif./Oc. |
| 20/08/63 | 20/08/63 | R.Jan.-GB | Marit. | 1 | U.P. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | N/Consta |
| 26/08/63 | 10/09/63 | Santos-SP | Enf. | Cat. | Pr./ U.P. | Aum.Sal./Vantag.Econom. | F.S. | T.R.T. | Piq/Pass. Com./Pol. |
| 01/09/63 | 05/09/63 | Baixada Santista-SP | Port./ Ferr./ Outras | Geral | Pr./ U.P./ Publ. | Solidariedade aos Enfermeiros | F.S.D./ U.S.O.M. | Presidente | Pol./Pr./ Pass./Com. |
| N/C | 03/09/63 | Brasília-DF | Serv.em Hospit. | 1 | Publ. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 11/09/63 | N/C | Natal-RN | P.Milit. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta. | N/Consta | Pol.(Ex.) |
| 17/09/63 | 19/09/63 | B.Horiz.-MG | Met. | 7 | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | N/Consta | Pol./Ch./ Piq. |
| 12/09/63 | N/C | P.Alegre-RS | F.Publ. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| N/C | 19/09/63 | Cid.Ind.-MG | Met. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | Governad. | N/Consta |
| 22/09/63 | 22/09/63 | R.Jan.-GB | Bondes | 1 | Publ. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 24/09/63 | 24/09/63 | Brasília-DF | Banc. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 24/09/63 | 03/10/63 | S.Paulo/Rio | Banc. | 1 | Publ. | Vant.Econom. | Sindicato | N/Consta | Pol./Pr. |
| 18/09/63 | 12/10/63 | Nacional | Banc. | Cat. | Publ/ Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | Presidente/T.R.T. | Il./Piq. Dem./Pr. |
| 03/10/63 | 05/10/63 | P.Alegre/R. Grande/Pelotas-RS | Geral | - | U.P./ Pr. | Solidariedade aos Bancários | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| N/C | 01/10/63 | Paranaguá-PR | Port. | Cat. | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 30/09/63 | N/C | Amazonas(?) | Petr. | 1 | U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 30/09/63 | N/C | R.Jan.-GB | Graf./ Port. | N/C | Pr./ U.P. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 30/09/63 | 30/09/63 | Brasília-DF | Colet. | 1 | Publ. | Sal.Atr./Dem. Dir.Empresa | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 03/10/63 | 07/10/63 | S.Paulo/Outras-SP | Ferrov. | 4 | U.P. | Aum:Sal./Sol. Serv.DAE-DER | Sindicato | Gov. | Piq./Pol. |
| 03/10/63 | 07/10/63 | S.Paulo-SP | F.Publ. (DAE e DER) | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 30/09/63 | 30/09/63 | R.Jan.-GB | Op.Nav. | 1 | Pr. | Solid.Empreg. Demitido | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 04/10/63 | 05/10/63 | Brasília-DF | Prof. | Cat. | Publ. | Atr.Pagto.Sal. | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| N/C | 13/10/63 | R.Jan.-GB | Colet. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| N/C | N/C | R.Jan.-GB | Gás/En. Eletr. | Cat. | Publ. | Sol.Colegas dos Coletivos | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 11/10/63 | N/C | Maceió-AL | F.Publ. | Cat. | Publ. | Atr.Pgto.Sal. | N/Consta | N/Consta | N/Consta |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| N/C | 14/10/63 | J.Pessoa-PB | Colet. | Cat. | Publ. | Vant.Econom. | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 13/10/63 | N/C | Santos-SP | Colet. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |
| 16/10/63 | 23/10/63 | R.Jan.-GB | Port. | Cat. | U.P. | Entrega Armazens aos Armadores | N/Consta | Min.Viação/Min. Trab. | Pol. |
| 18/10/63 | N/C | Campos-RJ | Águas e Esgotos | Cat. | Publ. | Aum.Sal./Vantag.Econom. | N/Consta | N/Consta | Il. |
| 17/10/63 | 18/10/63 | Santos-SP | Port. | Cat. | U.P. | Abono | Sindicato | N/Consta | N/Consta |
| 25/10/63 | 30/10/63 | S.Paulo-SP | Taxi | Cat. | U.P. | Aum. Tarifa | Sind./Com | Deputado | Pr./Piq. |
| N/C | 29/10/63 | Aracajú-SE | F.Publ. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | Com.Greve | N/Consta | N/Consta |
| 16/10/63 | 21/10/63 | Est.S.Paulo | Prof. | Cat. | Publ. | Aum.Sal./Vantag.Econom. | Comissão de Greve | N/Consta | Piq./Pass. |
| 29/10/63 | 03/11/63 | Est.S.Paulo | Geral | - | Pr./ U.P. | Aum. Salarial | P.A.C. | Govern./ D.R.T. | Pol.(Ex.) Piq./Com./ Pr./Ch. |
| 02/11/63 | 03/11/63 | Santos-SP | Met. | 2 | Pr. | Pgto. 13º Sal. | N/Consta | Sindicato | N/Consta |
| 03/11/63 | 03/11/63 | S.Paulo-SP | Op.de Cinema | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | D.R.T. | N/Consta |
| N/C | 04/11/63 | Campinas-SP | Padeir. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | D.R.T. | N/Consta |
| 04/11/63 | 04/11/63 | Campinas-SP | Alim. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 05/11/63 | 05/11/63 | Baurú-SP | Vidrc. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| N/C | 07/11/63 | Curitiba-PR | Jornal. | Cat. | Pr. | Rev.Ac.Sal. | Com.Greve | Politicos | Piq./Pol. |
| 06/11/63 | 06/11/63 | Sandovalina SP | Func. Publ. | Cat. | Publ. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Pol. |

A.62

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 13/11/63 | 18/11/63 | S.Paulo-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | Aum.Sal./Vantag.Econom. | Assoc.dos Servid. | N/Consta | Pol./Pr. Pass. |
| N/C | 14/11/63 | S.André-SP | Petr. | 1 | Pr. | Equip.à Petrobrás | N/Consta | Presid./ M.Trab. | Disp. |
| 12/11/63 | 13/11/63 | RS/MG/GB/RJ | Petr. | Várias | Publ/ Pr. | Solid.a Capuava | Sindicato | - | Com. |
| 13/11/63 | 13/11/63 | Cubatão-SP | Petroquim. | 5 | Pr. | Aum.Sal./Vantag.Econom. | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 13/11/63 | 20/11/63 | Santos-SP | Comerc. | Várias | Pr. | Aum.Sal./Contrato Trab. | Sindicato | T.R.T. | Pr. |
| 13/11/63 | 24/11/63 | R.Jan.-GB | Op.Nav. | 1 | U.P. | Taxa de Insal. | Sindicato | - | N/Consta |
| 20/11/63 | N/C | Brasília-DF | F.Publ. | 1 | Publ. | Pgto.13º Sal. | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 20/11/63 | 21/11/63 | Baurú-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | Vant.Salarial | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| N/C | 21/11/63 | João Monlevade-MG | Met. | 1 | Pr. | Aum. Salarial | N/Consta | T.R.T. | N/Consta |
| 22/11/63 | 27/11/63 | R.Jan.-GB | Rad. | Cat. | Pr. | Aum.Sal./Reg. da Prof. | Sindicato | N/Consta | N/Consta |
| 18/11/63 | 25/11/63 | Cubatão-SP | Petroqu. | 1 | Pr. | Aum.Sal./Vantag.Econom. | N/Consta | D.R.T. | N/Consta |
| 23/11/63 | 23/11/63 | S.André-SP | Colet. | Várias | U.P. | Aum. Salarial | N/Consta | N/Consta | Piq./Pol. |
| 29/11/63 | 02/12/63 | R.Jan.-GB | Prof. | Várias | Pr. | Aum. Salarial | Sindicato | T.R.T. | N/Consta |
| 12/11/63 | 30/11/63 | Est.S.Paulo | Ferrov. | 1 | U.P. | Vant.Econom. | U.F.S. | M.Trab. | Pol.(Ex.) |
| 21/11/63 | N/C | Santos/Jundiaí-SP | Ferrov. | 1 | U.P. | Solid.aos Grevistas Soroc. | Sindicato | - | Pol.(Ex.) |

| DATA | | LOCAL | CATEGORIAS | Nº DE EMP. E CATEG. | TIPO DE EMP. | OBJETIVOS | ORGANIZAÇÃO | MEDIAÇÃO | OCORRÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Início | Término | | | | | | | | |
| 06/12/63 | N/C | Santos-SP | F.Publ. | Cat. | Publ. | N/Consta | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 17/12/63 | 17/12/63 | R.Jan.-GB | Telegr. | Cat. | U.P. | Vant.Econom. | Sindicato | M.Trab. | N/Consta |
| 28/12/63 | N/C | S.Cruz do R.Pardo-SP | Func. Publ. | Cat. | Publ. | Sal.Atr./Abono | N/Consta | N/Consta | N/Consta |
| 24/12/63 | 28/12/63 | S.Luís-MA | F.Publ/ Port. | Cat. | Publ. | Aum.Sal./Reclas.Cargos | Assoc.dos Servid. | N/Consta | Dem. |
| 30/12/63 | N/C | S.Paulo-SP | C.Civil | 2 | Pr. | 13º Salário | N/Consta | N/Consta | N/Consta |

A.64